

Universidade Federal do Espírito Santo  
Centro de Ciências Humanas e Naturais  
Programa de Pós-graduação em História Social das  
Relações Políticas

Daniela Simiqueli Durante

Ciganos nas terras do Espírito Santo  
Representações sócio-políticas (1870-1936)

Vitória

2014

Daniela Simiqueli Durante

Ciganos nas terras do Espírito Santo  
Representações sócio-políticas (1870-1936)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Cleonara Maria Schwartz.

Vitória

2014

D355o Durante, Daniela Simiqueli Durante.

Ciganos nas terras do Espírito Santo: Representações sócio-políticas  
(1870-1936) / Daniela Simiqueli Durante. -2014

146 f.

Orientador: Cleonara Maria Schwartz.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,  
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Ciganos. 2. Imprensa – Espírito Santo (Estado). I. Schwartz,  
Cleonara Maria. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de  
Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU 93/99

**DANIELA SIMIQUELI DURANTE****CIGANOS NAS TERRAS NO ESPÍRITO SANTO (1870-1936):****REPRESENTAÇÕES SOCIO-POLÍTICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Cleonara Maria Schwartz  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientadora

---

Profa. Dra. Juçara Luzia Leite  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Profa. Dra. Tânia Mara Z. Guerra Frizzera Delboni  
Universidade Vila Velha

A Miguel, luz da minha vida.

Aos ciganos, por sua resistência.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu querido companheiro Victor, por toda a sua ajuda nestes dois anos de pesquisa, pelas palavras amigas durante os momentos mais difíceis e por acreditar no meu potencial. Sem a sua presença, nada teria sido possível.

A minha orientadora, Professora Cleonara Maria Schwartz, pela compreensão e confiança fundamentais para a execução deste trabalho.

Aos professores e demais funcionários do programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo.

Aos professores Sebastião Pimentel Franco e Juçara Luzia Leite pelas contribuições imprescindíveis na qualificação.

Aos amigos do mestrado, companheiros desta caminhada. Em especial, agradeço a Bruno Sobroza Duarte, Diego Stanger, Dinorah Lopes Rubim Almeida, Joana D'Arck Caetano, José Carlos Rocha Junior, Larissa Milanezi Fabriz e Silvia de Souza Dias. Agradeço ainda à Fabíola Martins Bastos por ouvir minhas angústias durante a pesquisa.

Fossem ciganos a levantar poeira  
A misturar nas patas  
Terras de outras terras, ares de outras matas  
Eu, bandoleiro, no meu cavalo alado  
Na mão direita o fado  
Jogando sementes nos campos da mente.

E se falasses magia, sonho e fantasia  
E se falasses encanto, quebranto e condão  
Não te enganarias, não te enganarias  
Não te enganarias, não!

Fossem ciganos a levantar poeira  
A misturar nas patas  
Terras de outras terras, ares de outras matas  
Eu, bandoleiro, no meu cavalo alado  
Na mão direita o fado  
Jogando sementes nos campos da mente.

E se falasses magia, sonho e fantasia  
E se falasses encanto, quebranto e condão  
Feitiço, transe, viagem, alucinação  
Miragem.  
Luli e Lucina/Bandolero

## RESUMO

A dissertação desenvolvida no âmbito do PPGHIS/UFES versa sobre as populações ciganas no Brasil e tem como objetivo realizar um estudo de cunho historiográfico, utilizando um recorte espaciotemporal específico entre os anos de 1870 a 1936 no Estado do Espírito Santo. Para esta investigação, baseou-se no pensamento de Roger Chartier. O conceito de representação social defendido pelo autor propõe que há uma busca constante em legitimar uma identidade social onde, muitas vezes, pode ocorrer o desmerecimento de outros grupos sociais. A compreensão da determinada realidade social conduz ao desvelamento do seu contexto, a partir da análise dos diferentes atores sociais que a integram. Estudar os ciganos no período referenciado só foi possível através da compreensão da sociedade da época, examinando o discurso utilizado pelos periódicos analisados, o papel do cigano e o que ele representava para o grupo dominante. Para tal intento, pesquisaram-se os jornais do Estado do Espírito Santo no período focado. Neles, constatou-se diversas representações dos ciganos presentes na sociedade da época estudada onde a apropriação destas contribuiu significativamente para a invisibilidade desta minoria étnica no estado.

Palavras-chave: Ciganos – imprensa capixaba – História do Espírito Santo.

## ABSTRACT

The dissertation was developed in PPGHIS/UFES field is about Brazilian gipsies population and it has as one's objective to carry out a historiography study, using a time space between 1870 to 1936 ages in the Espírito Santo state. This investigation based on Roger Chartier theory. The Social representation argued author aim that there is a constant search to legitimize a social identity where, many time, it occurs other social groups despise. Social reality comprehension specific transports to remove the blindfold from this context, through social actors analysis. Reference period gipsies study was possible through age society comprehension, examining periodical speech, gipsy action and what he represented for dominant group. For this purpose, Espírito Santo state journals were researched in this fixed period. Then, many gipsies representation were proved in studied age society where their appropriation significant contributed to invisible ethnic minority in state.

Keywords: gipsies – capixaba journal – Espírito Santo historiography.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Exôdo dos ciganos .....	32
Figura 2: Modon .....	34
Figura 3: Cartaz que anuncia a venda de escravos ciganos na Valáquia.....	35
Figura 4: Residência de ciganos de Jean Baptiste Debret .....	60
Figura 5: Mercado de escravos na Rua Valongo de Jean Baptiste Debret.....	62
Figura 6: Fragmento da primeira página do jornal <i>O Correio da Victoria</i> .....	72
Figura 7: Fragmento da primeira página do jornal <i>A Regeneração</i> .....	74
Figura 8: Fragmento da primeira página do <i>Jornal da Victoria</i> .....	77
Figura 9: Fragmento da primeira página do jornal <i>Folha da Victoria</i> .....	83
Figura 10: Fragmento da primeira página do jornal <i>O Horizonte</i> .....	83
Figura 11: Fragmento da primeira página do jornal <i>Estado do Espírito Santo</i> ..	84
Figura 12: Fragmento da primeira página do <i>Jornal Oficial</i> .....	84
Figura 13: Fragmento do jornal <i>Diário da Manhã</i> .....	85
Figura 14: Fragmento da primeira página do jornal <i>O Estandarte</i> .....	86
Figura 15: Fragmento da primeira página do jornal <i>O Cachoeirano</i> .....	87
Figura 16: Fragmento da primeira página do jornal <i>O Constitucional</i> .....	87

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 DIÁSPORA DOS HOMENS SEM DONO</b> .....	27
1.1 Degredados, meirinhos e vadios: Os ciganos no Brasil .....	50
<b>2 CIGANOS NOS PERIÓDICOS CAPIXABAS</b> .....	65
2.1 “Garantir a ordem pública e a propriedade particular” - ciganos e a ordem social .....	90
2.1.1 o cigano Deolindo .....	106
<b>3 “ QUEM TEM NARIZ CHATO SERVE DE BARRACA PARA CIGANO”:</b> as diversas representações dos ciganos nos periódicos capixabas .....	111
3.1 Imigração, vadiagem e mendicância.....	111
3.1.2 Canibalismo e rapto de crianças.....	115
3.2 – Ciganos: Política e comunismo.....	117
3.3 – O Bohemio .....	120
3.4 – Os Ciganos Carnavalescos.....	121
<b>4- CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	125
<b>5 REFERÊNCIAS</b> .....	130
<b>APÊNDICE</b> .....	135

## Introdução

As primeiras ideias para esta dissertação surgiram há cerca de sete anos quando ingressamos em um grupo de dança cigana em Juiz de Fora, Minas Gerais. O grupo denominado “União Cigana” era composto por descendentes de ciganos calons e por simpatizantes da cultura cigana. Compreender esse grupo étnico significou uma busca rumo ao desconhecido, a um terreno dúbio repleto de fantasia e temor.

Assim, iniciamos estudos mais aprofundados sobre os ciganos durante a elaboração da monografia de conclusão de curso de Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Carlos Chagas (ISEECC) situado na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, intitulada: “Educação cigana: perspectivas pedagógicas de uma minoria étnica” (DURANTE, 2009). Nela, buscamos discutir os mecanismos de exclusão escolar sofridos por esse grupo.

Como não existiam estudos específicos no Brasil, utilizamos na monografia autores europeus que, há certo tempo, dedicam suas pesquisas educacionais às crianças e jovens ciganos. Percebemos durante a elaboração da monografia a necessidade de estudos historiográficos sobre os povos ciganos com o intuito de compreendermos melhor o seu papel na construção histórica de nosso país.

Neste campo de estudo, podemos citar as dissertações de Rodrigo Corrêa Teixeira (1998) e de Isabel Cristina Medeiros Mattos Borges (2007). O primeiro analisou jornais da cidade de Ouro Preto, ofícios e códigos de posturas das cidades mineiras no período de 1808 a 1903 com o intuito de revelar as representações sociais atribuídas aos ciganos no período histórico proposto. Isabel Cristina realizou seus estudos a partir da análise dos códigos de postura e dos jornais da cidade de Juiz de Fora durante a Primeira República, período em que a cidade em questão sofria forte processo de industrialização. Contudo, a escassez de trabalhos acadêmicos sobre os ciganos no Brasil é latente. Este silêncio contribui para “[...] os problemas fulcrais da intolerância, do fanatismo, do autoritarismo, do racismo, da manipulação das grandes massas pela retórica política e pelos recursos de comunicação” (BARROS, 2009, p.70) que ainda não foram solucionados pela humanidade.

Quanto às pesquisas acadêmicas, o banco de teses e dissertações da CAPES nos revela que o tema apresenta, de modo geral, poucos trabalhos no campo historiográfico. As dissertações de mestrado sobre o tema são: *Caminheiros do destino* de Sonia Maria Simon Cavalcanti (1994); *Correrias dos ciganos pelo território mineiro* de Rodrigo Correa Teixeira (1998); *Cidades de portas fechadas: a intolerância contra os ciganos na organização urbana da 1ª República* de Isabel Cristina Mattos Borges (2007); *De salteadores errantes a mártires e milagreiro: Representações Sociais de Ciganos na Cidade de Esperantina* de Maria Auxiliadora Carvalho e Silva (2011); *O olhar de si e o olhar dos outros: um itinerário através das tradições e da identidade cigana* de Debora Soares Castro (2011); Já *Da barraca ao túmulo: Cigana Sibinca Christo e as construções de uma devoção* de Lourival Andrade Junior (2008) constitui a única tese sobre o tema.

Dos trabalhos supracitados, como mencionado anteriormente, tomamos como referência as dissertações de Rodrigo Corrêa Teixeira (1998) e de Isabel Cristina Medeiros Mattos Borges (2007). A escolha por estes pesquisadores deve-se ao corpus documental utilizado em suas pesquisas. Devido “[...] á precariedade de documentação escrita (e oficial) e pela história destas etnias estar fundamentada em tradições orais” (CASTRO, 2011, p.15), a maioria destes trabalhos acadêmicos utilizaram o amparo conceitual e metodológico da Antropologia e da Sociologia para responderem seus questionamentos sobre os ciganos, como também, a História Oral com aporte metodológico para as suas pesquisas.

A pesquisa realizada por Rodrigo Corrêa Teixeira compreende na investigação e análise de documentos que relatam sobre as populações ciganas nas cidades mineiras em um recorte histórico compreendido entre o século XIX e início do século XX. Segundo o autor, este período é marcado pelos constantes embates entre a polícia e os ciganos. São as chamadas “correrias dos ciganos” que “[...] eram as movimentações destes em fuga, perseguidos pela polícia. Nestas correrias havia frequentes tiroteios, que resultavam em mortos de ambos os lados” ( TEIXEIRA, 2007, p. 12).

A ampla baliza histórica utilizada pelo pesquisador (1808 a 1903) é justificada pela escassez documental sobre o tema. Segundo o autor, as fontes eram dispersas e, por ser um grupo étnico de tradição ágrafa, os ciganos não deixaram evidências sobre o seu modo de vida. Dessa forma, sua presença era registrada nos documentos de maneira indireta “[...] através de mediadores, chefes de polícia, clérigos e viajantes. Nesses testemunhos, a informação sobre os ciganos é dada por intermédio de um olhar hostil, constrangedor e estrangeiro” (Ibid.). Outro fator justificado pelo autor sobre o recorte histórico que, somente desta maneira, foi possível dar significado à documentação o que em um período mais curto não seria possível. A chegada e instalação da Corte portuguesa no Brasil e os seus desdobramentos no campo sócio-político ocasionaram a ascensão dos ciganos, principalmente no mercado de escravos. A emergência deste grupo estava em consonância com os ideais românticos que borbulhavam no país em que a figura do cigano remetia aos ideais de liberdade e vida integrada à natureza. A figura da mulher cigana também encontrava-se em voga remetendo a uma imagem sedutora, forte e passional.

Neste período, a construção de uma identidade nacional tornou-se uma meta almejada pelas elites brasileiras. O reordenamento urbano, as políticas de higienização e a consequente exclusão de todos os indivíduos considerados inadequados a este processo constituíam em pontos fundamentais ao projeto civilizador do império.

Com o declínio do comércio escravagista e a abolição em 1888, os ciganos perderam poderio econômico, segundo o autor. A partir daí, a sua imagem na sociedade da época transforma-se, dando espaço à figura do ladrão, do saqueador. As correrias são amplamente noticiadas pelos impressos da época e os confrontos policiais muito frequentes. Segundo o autor, no período compreendido entre 1892 a 1897 é que se tem um maior número de relatos na imprensa mineira. A partir de 1903, estes confrontos e perseguições diminuem consideravelmente, o que justificou este ano como data limite da pesquisa. Segundo o pesquisador, não foi possível precisar quando estas correrias acabaram. As hipóteses sugeridas seriam a diminuição do interesse das autoridades policiais em relação aos ciganos em detrimento ao grande fluxo de

imigrantes recebido pelos países neste período, como também uma possível acomodação socioeconômica dos grupos ciganos “[...] estabilizando seus negócios e necessitando realizar menos movimentações que tanto preocupavam as autoridades policiais” (TEIXEIRA, 2007,p. 17).

Rodrigo Teixeira buscou em sua pesquisa traçar uma panorama dos ciganos neste período histórico. Analisou a inserção destes na economia do século XIX e a imagem ( leia-se estereótipos) que estes possuíam no oitocentos. As fontes documentais utilizadas por ele compreendem cartas de autoridades mineiras, códigos de posturas de municípios, documentos de câmaras municipais, relatos de viajantes, documentações policiais e notícias de jornais. Além da diversidade dos documentos, as datas destas fontes são esparsas.

A dissertação de Isabel Cristina Medeiros Mattos Borges (2007) versa sobre a presença dos ciganos na cidade mineira de Juiz de Fora nas últimas décadas do século XIX e início do século XX. Ao analisar a transição que o Brasil sofria para o capitalismo, ela enfatiza a busca em assimilar os valores de um projeto modernizador onde os grupos ciganos foram sistematicamente excluídos o que marcou a invisibilidade política e social desta minoria na contemporaneidade.

Além de traçar um breve histórico sobre as origens dos ciganos, a pesquisadora utiliza como fontes documentais os códigos de postura da cidade de Juiz de Fora e os impressos do período histórico proposto, como também correspondências policiais constituindo um período de aproximadamente quarenta anos da história juizforana. A imagem construída pela sociedade da época em relação aos ciganos representa grande interesse para a autora. Sob uma ótica saneadora, os ciganos são considerados indivíduos indesejáveis e, portanto, uma ameaça à sociedade emergente.

Os conflitos com as autoridades locais eram constantes o que desafiava a sobrevivência dos grupos ciganos, pois as suas práticas tradicionais eram constantemente rechaçadas. Segundo a autora, a mobilidade espacial destes grupos era de capital importância, pois desta ação todas as suas práticas de sobrevivência eram executadas “[...] sem criar nenhum vínculo duradouro com a localidade, assim como eram atividades que, para serem mais lucrativas,

precisavam ser preferencialmente realizadas num perímetro urbano” (BORGES,2007,p.80).A autora reforça que nunca houve uma indissociabilidade entre os ciganos e os não-ciganos. Para ela,

os ciganos, querendo ou não, são atores inseridos no contexto da história brasileira, e sua caminhada foi influenciada de maneira indiscutível por transformações que permearam a conjuntura nacional, em diferentes momentos, alterando de maneira irreversível a dinâmica interna desses grupos (Ibid., p. 03).

Os referenciais teórico-metodológicos utilizados pela pesquisadora baseiam-se nos trabalhos do antropólogo Fredrik Barth. Ao compreender os ciganos como indivíduos pertencentes a uma sociedade complexa, buscou-se demarcar os aspectos culturais destes grupos dando ênfase nos conceitos de identidade, pertencimento e estratégias.

Na revisão da literatura proposta para este capítulo, percebemos a carência de trabalhos acadêmicos de caráter historiográfico sobre a presença dos ciganos no Espírito Santo. Citamos os dois únicos trabalhos encontrados. Eles pertencem, respectivamente às áreas da educação e psicologia. O primeiro, realizado pela pesquisadora Ana Kátia Pereira Pinto(2010) constitui em uma dissertação de mestrado intitulada *Pintando Borboletas: processos educativos dos alunos ciganos*. Esta pesquisa, de caráter etnográfico, foi realizada em dois acampamentos ciganos localizados no município de Fundão. Nela, buscou-se compreender os aspectos culturais destes grupos, como também os seus processos educativos. No segundo estudo intitulado *Gadjés em tendas Calons: Um estudo exploratório com ciganos seminômades em território capixaba* realizado por Mariana Bonomo e colaboradores (2010), realizou-se um estudo exploratório em que se verificou a sobrevivência da identidade cigana sustentada por um conjunto de estratégias de resistência em constante confronto com culturas não-ciganas em uma comunidade seminômade.

Acreditamos que a escassez de estudos sobre o tema no estado é consonante ao panorama nacional anteriormente descrito. Além disso, salientamos a necessidade de um maior diálogo e valorização da historiografia espírito-santense. A condição periférica que o Espírito Santo assumiu ao longo de sua história contribuiu para o obscurantismo do processo histórico do estado. Com

base em nossas fontes documentais, percebemos a presença marcante e intensa destas comunidades neste território e acreditamos que a pesquisa em questão contribuirá com as lacunas sobre o tema no Espírito Santo.

Em nossa pesquisa, a baliza histórica proposta compreende os anos de 1870 – 1936. Justificamos este recorte, primeiramente, pela escassez de documentação o que exige esta extensão, motivo que se encontra de acordo com a opinião de outros pesquisadores sobre o tema, tais como Rodrigo Teixeira Correa e Debora Soares Castro. A posição desses autores reforçou ainda mais a utilização da baliza histórica proposta, pois o ano de 1870 marca uma consolidação da imprensa capixaba, através do surgimento de vários jornais, o que proporcionava a circulação de uma pluralidade de opiniões dentro do panorama político do estado. Notamos que essa multiplicidade de vozes coincidia com o aparecimento significativo de matérias, notas e referências sobre os ciganos nos impressos capixabas.

Em 1871, o periódico *O Estandarte*<sup>1</sup> publica um texto de caráter literário intitulado “Os ciganos- história, língua e costumes”. Nele, há um estudo detalhado sobre o modo de vida dos ciganos na Europa e no Brasil, seus costumes e língua. Trata-se de um artigo extenso, publicado em três edições do impresso e representa um marco em nossa pesquisa. A transcrição e análise deste texto serão discutidos posteriormente no capítulo 2. A partir de então, as referências nos impressos sobre os ciganos encontram-se muitos presentes. Assim como Rodrigo Teixeira que define o ano de 1903 como a data limite para sua pesquisa, pelo mesmo motivo determinamos 1936 como o fim de nossa baliza, onde, a partir desta data as referências a ciganos nos periódicos vão ficando cada vez mais escassas e até deixando de existir.

Foram essas constatações que fez com que o presente trabalho objetivasse a analisar representações constituídas acerca dos ciganos na sociedade capixaba no período histórico referenciado, como também práticas sociais e políticas que contribuíram para a constituição, e permanência dessas representações. A investigação dessa problemática buscou identificar nos

---

<sup>1</sup> Jornal cachoeirano fundado em 07 de Janeiro de 1877.

impressos capixabas representações acerca do povo cigano no período coberto pelo estudo; analisar vinculações entre essas representações e práticas sociais e políticas que contribuíram para veiculação dessas representações; analisar mecanismos utilizados na época para constituição e a permanência dessas representações.

Tais objetivos foram motivados especificamente pelos seguintes questionamentos iniciais:

- Qual é a origem dos ciganos e como ocorreu a dispersão deste grupo no mundo?
- Sob quais condições os ciganos chegaram ao Brasil? Quando esta migração ocorreu?
- Quem são os ciganos que ocuparam o estado do Espírito Santo no período histórico referenciado? De onde vieram?
- Como estabelecer um diálogo com a historiografia oficial sobre a participação dos ciganos na dinâmica socioeconômica capixaba do período em questão e, dessa forma, investigar a cultura política que orientou essa dinâmica?
- Como se dá a análise dos papéis ou representações que a sociedade capixaba construiu acerca do cigano no período histórico proposto? É possível compreender as relações políticas inerentes a esse processo de construção e manutenção de representações?

Quanto ao arcabouço teórico e metodológico desta investigação, nos baseamos na contribuição de Roger Chartier (1990,1991). Este autor comunga com a nova maneira de fazer história iniciada pela escola dos Annales, fugindo da história de orientações positivistas que impedia o diálogo com as demais Ciências Humanas. O conceito de práticas e representações defendido pelo autor propõe que há uma busca constante de legitimar uma identidade social onde, muitas vezes, pode ocorrer o desmerecimento de outros grupos sociais. Somente entendendo determinada realidade social é que traduziremos o seu contexto, a partir da análise dos diferentes atores sociais que a integram. Desse modo, partimos de princípio de que estudar os ciganos no período

referenciado só é possível se compreendermos a sociedade da época, examinando o discurso utilizado e o papel do cigano e o que ele representava para o grupo dominante, uma vez que, para Chartier (2009 p. 46-47).

[...] A força dos modelos culturais dominantes não anula o espaço próprio de sua recepção. Sempre existe uma brecha entre a norma e o vivido, o dogma e a crença, as normas e as condutas. Nessa brecha se insinuam as reformulações, os desvios, as apropriações, as resistências.

Nessa linha de pensamento, encontramos na obra de Chartier, conceitos que se tornaram fundamentais para o desenvolvimento da nossa pesquisa, tais como representação, prática e apropriação. Esses conceitos foram de extrema importância, primeiramente por se considerar as representações do mundo social como uma realidade de múltiplos sentidos que são construídas e determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam.

Dessa forma, a História Cultural, conforme Chartier, torna-se importante, pois possibilita identificar o modo como uma realidade social, em diferentes momentos e lugares, é construída e pensada. Ela deve ser entendida como um processo que se constroem sentidos, enquanto as representações sociais constituem-se em “[...] esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço pode ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p.17).

Assim, compreendemos a potencialidade que o conceito de práticas e representações possui para a pesquisa histórica. Trata de classificações e divisões que organizam o mundo social como categorias de percepção do real sendo variáveis de acordo com os grupos e classes sociais. O poder e a dominação estão sempre presentes e, dessa forma, o discurso nunca é neutro. Nesse sentido, em nossa pesquisa as formulações de Chartier são de extrema valia uma vez que buscamos investigar como os ciganos eram concebidos pela sociedade capixaba no período coberto pela pesquisa.

Para tal intento pesquisamos os jornais do Estado do Espírito Santo no período enfocado. Todos estes periódicos encontram-se depositados na Hemeroteca Digital Brasileira pertencente à Biblioteca Nacional e a sua análise foi possível

através do sítio desta instituição<sup>2</sup> Analisamos novos parâmetros de conhecimento da sociedade capixaba da época tomando para estudo representações adotadas por esta sobre os ciganos. Entendemos que os jornais se constituíam no recorte espaciotemporal proposto como “[...] eficazes instrumentos observadores e controladores de tudo o que acontecia na cidade, tornando público, quase que diariamente, através de suas notícias e editoriais, todos os fatos ocorridos que viessem a violar quaisquer determinações previstas nas leis municipais que porventura ameaçassem a tranquilidade urbana” (BORGES, 2007, p. 41).

De acordo com Morel (2003), o surgimento da imprensa no Brasil possui uma especificidade que agora está sendo muito considerada na pesquisa histórica: o surgimento dos jornais em nosso país está intrinsicamente associado à construção do Estado Nacional brasileiro, às transformações políticas e culturais e as mudanças dos espaços públicos. Devido às remodelações sofridas pela historiografia nas últimas décadas, a imprensa tem sido muito apreciada como fonte e como objeto de pesquisa.

Vale destacar que o projeto modernizador presente neste período histórico em que “o jovem Brasil é o alicerce do futuro” (O Espírito-Santense, 08 de Agosto de 1870) coincide com o desenvolvimento da imprensa em nosso país. A imprensa era vista por ela mesma dessa forma, como pode ser notada no trecho abaixo:

È a imprensa periódica na presente época, o vehiculo de relações entre os povos cultos, o meio fácil e procedente de prover a instrucção popular, e uma das mais palpitantes necessidades de todas as classes das sociedades, que aparece com o alvorecer da manhã. Tem, porém, a instituição da imprensa periódica outra missão mais sagrada e sublime. Gemea da liberdade, consangüínea da civilisação, deve ella doutrinar e moralisar a humanidade, edifical-a nos preceitos das suas crenças, inicial-a nos conhecimentos das artes, e das letras, arrancar-a das trevas dos preconceitos e dos erros ( Correio da Victoria, 17 de Janeiro de 1849).

Um dos grandes desafios nesta pesquisa foi a busca de fonte documentais que abordassem sobre os ciganos. Centramos, portanto, nossa investigação no estudo da imprensa capixaba deste período para subsidiar uma reflexão sobre

---

<sup>2</sup> <http://hemerotecadigital.bn.br/>

o tema proposto. Trata-se de uma documentação escassa e dispersa e que em quase toda sua totalidade “[...] pouco se detém sobre os ciganos singulares, que se tornam assim desprovidos de existência; concentra-se no “cigano”, entidade coletiva e abstrata à qual se atribuem características estereotipadas” (TEIXEIRA, 2007, p.12).

Compactuamos com a opinião do historiador Rodrigo Teixeira (2007) que ao analisar a documentação existente sobre os ciganos em Minas Gerais constatou que entre o final do século XIX e o início do século XX ocorreu o que ele denominou de “correrias de ciganos”. As “correrias” consistiam nas fugas dos ciganos quando havia confronto com a polícia. Nos periódicos analisados, notamos a presença destes embates e a conseqüente movimentação desses grupos realizando um fluxo contínuo dentro do estado do Espírito Santo como nos estados vizinhos.

Desse modo, os periódicos jornalísticos que circularam no período estudado constituem em uma vasta fonte de pesquisa. Como o projeto de pesquisa compreende o estado do Espírito Santo, utilizamos o Diário da Manhã (1908-1937), a Folha da Vitória (1883-1888), Jornal da Vitória (1864-1869), Jornal Oficial (1905-1907), O Constitucional (1885-1889), O Estandarte (1868-1873), O Horizonte (1880-1885), O Estado do Espírito Santo (1890-1910) e O Cachoeirano (1877-1923). Tomamos como premissa de que é fundamental contextualizar os jornais como documento, observar o tempo e as condições sócio históricas em que foi escrito.

Nesse sentido, Le Goff (1997, p. 102) afirma

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo suas relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto documento permite à memória coletiva superá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Portanto, entendemos que há uma atenção voltada para os objetos escritos onde a forma como são analisados contribui para a construção de seu significado. Chartier alerta que a

[...] historicidade primordial dos textos, a que decorre do cruzamento entre as categorias de atribuição, designação e classificação dos discursos próprios de um tempo e de um lugar, e a sua materialidade é compreendida como a modalidade de sua inscrição na página ou de sua distribuição no objeto escrito” (CHARTIER, 2009, p. 37).

O diálogo com as fontes depende de técnicas específicas. Cabe ao historiador a leitura de documentos, a organização das fontes, a utilização de técnicas de análise e critérios de prova. Uma questão só se torna legítima para o historiador quando esta se insere “ [...] em uma rede de outras questões, paralelas ou complementares, acompanhadas por respostas possíveis, cuja escolha dependerá do trabalho efetuado sobre os documentos” (PROST, 2008, p. 80). Compreendemos a dimensão diacrônica apresentada pelo objeto da história, e a autoridade do historiador é demonstrada no passado evocado pela escritura, onde o discurso histórico apresenta-se “[...] como representação e explicação da realidade que foi” (PROST, 2008, p. 31). Dessa forma, o presente trabalho visa atender a uma perspectiva de articulação entre a história política e cultural, que busca resgatar a participação de novos atores sociais o que amplia a reflexão sobre a construção do conceito de nação e cidadania em nosso país e no estado do Espírito Santo.

Em território brasileiro, até o presente momento, pouco se sabe sobre o modo de vida das comunidades ciganas espalhadas pelo país. Há cerca de 450 anos que os ciganos encontram-se em nosso território, contudo a sua participação na construção do processo histórico é negligenciado de modo ostensivo até os dias atuais, “ [...] não existindo órgãos governamentais e legislação específicos que tutele os interesses dessa minoria” (COSTA; SILVA, 2009, p.641).

Vítimas da marginalidade e da segregação, sua trajetória é marcada pelo estigma e pela violência desde a sua chegada ao Ocidente a partir do século XV. Originários da Índia, os ciganos possuem um passado histórico pouco conhecido e, muitas vezes, contado de maneira folclorizada pelos não-ciganos, que em seu imaginário, representam os Roma (etnônimo dos povos ciganos) de diversas maneiras, utilizando imagens contraditórias que oscilam entre sentimentos de liberdade e alegria como de repulsa, indolência e marginalidade. A sua forma de organização social, a sua mundividência, seus

hábitos e costumes sempre foram motivos de estranhamento por onde passavam.

A medida que avançávamos por meio do estudo desses autores nas reflexões acerca dos ciganos, ficávamos mais convictos do recorte histórico proposto em nosso projeto de pesquisa (1870 - 1936). Notamos que esse período foi marcado por uma série de acontecimentos que ocasionaram profundas transformações políticas, sociais e econômicas na sociedade brasileira e, conseqüentemente no Espírito Santo, uma vez que:

[...] a redefinição da identidade nacional ocorreu entre as últimas décadas do século XIX e as três primeiras décadas do século XX: os sessenta anos entre a promulgação da “Lei do Ventre Livre” (1871) e a dita Revolução de 1930 marcam, segundo a tradição dos historiadores, a ascensão do “projeto de modernização” do Brasil, caracterizado pela transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a acentuação das diferenças sociais e econômicas entre as regiões brasileiras, a sucessão da monarquia pela república e o deslocamento do eixo principal do comércio brasileiro da Europa para os Estados Unidos. (MACHADO, 2006, p.309).

Todos esses acontecimentos foram calcados na criação de novos valores e concepções que se baseavam na modernidade, no progresso e nos ideais de conservação da família pautados no modelo burguês sob a luz de um projeto modernizador, novas tecnologias são introduzidas em nosso país como a imprensa e a máquina fotográfica. Os jornais alardeavam a modernidade deste período e assumiram o papel de vinculadores do pensamento liberal.

A partir da década de 1870 ocorre a entrada de um ideário positivista-evolucionista no país onde os modelos raciais se tornaram eixo principal. Com a maior população negra das Américas e os conseqüentes avanços da luta abolicionista, além do progressivo aumento da população de despossuídos nas cidades e a vinda de estrangeiros em busca de trabalho (incluímos aqui vários grupos de ciganos provenientes, em sua maioria, da Europa Oriental o que caracteriza para os ciganólogos a chamada segunda onda migratória), observamos uma corporificação do liberalismo e do racismo tanto na atuação política quanto a concepção de Estado, como nos aponta Schwarcz ( 1993, p.244-245):

[...] o que se percebe é a emergência de dois debates contemporâneos: de um lado, o enraizamento de um modelo liberal jurídico na concepção do Estado; de outro, porém, a retomada do debate sobre a questão da igualdade (tendo como base as conclusões deterministas raciais) e o paralelo enfraquecimento de uma discussão sobre a cidadania.

Almejava-se um novo projeto político para o país e as teorias raciais apresentavam-se como modelos exequíveis naquele momento para as elites brasileiras. Sob o jargão evolucionista e racial, a reordenação política, social e econômica no fim do século XIX e início do XX exigiam novas argumentações para o estabelecimento de critérios diferenciados de cidadania. Além disso, ao associar o discurso racial aos projetos de caráter nacionalista, criou-se uma possibilidade de se controlar futuramente a reprodução e posterior homogeneidade da população brasileira. Para as elites, a origem do atraso da nação era ocasionada pela mestiçagem existente em nossa sociedade, o que ocasionou o surgimento de indivíduos degenerados. Sob a égide do Darwinismo social concluiu-se que:

[...] o factor biológico é o factor determinante em todas as esferas da vida: o Estado moderno, em vez de proteger os fracos, devia voltar a sua atenção para a promoção dos elementos biologicamente válidos, e a utilidade social ou capacidade biológica do indivíduo tornou-se a medida do seu valor social ( FRASER, 1997, p. 240).

Naquele momento, a questão racial tornava-se fundamental para o estabelecimento das diferenças sociais. As teorias buscavam justificar, através do discurso científico, a existência de uma hierarquia social rígida que com o fim da escravidão e a conseqüente substituição da mão-de-obra começava a ser questionada. Mattos (2009, p. 240) destaca que:

[...] a partir de uma argumentação biologizante, as teorias raciais permitiram novamente naturalizar algumas das desigualdades sociais, as que incidiam sobre grupos considerados racialmente inferiores, justificando a restrição dos direitos civis inerentes às novas concepções de cidadania requeridas pelo liberalismo.

Vários intelectuais (muitos deles médicos e juristas) se dedicaram aos estudos raciais neste período, buscando compreender os elementos formadores da cultura brasileira. Alguns destes autores se dedicaram em estudar as populações ciganas. É importante destacarmos que a obra do educador e

filólogo português Francisco Adolpho Coelho intitulada *Os Ciganos de Portugal com um estudo sobre o calão*, editada no final do século XIX, representou uma fonte inspiradora para os primeiros pesquisadores sobre o tema no país.

O médico baiano Alexandre José de Mello Moraes filho (1981)<sup>3</sup> é considerado um dos pioneiros sobre os estudos da tradição cigana na cultura brasileira. Autor de *Os Ciganos no Brasil* (1885) e *Cancioneiro dos ciganos* (1886), ele não se desvencilha das concepções deterministas inerentes a este período. Para o autor, “[...] o cruzamento com as três raças existentes efetuou-se, sendo o cigano a solda que uniu as três peças de fundição da mestiçagem atual no Brasil” (MELLO MORAES FILHO, 1981, p.27). Essas obras representam os primeiros esforços em se estudar a presença e a contribuição cultural dos ciganos no processo histórico brasileiro. Trata-se de obras de referência, apesar dos conceitos externados pelo autor nos remeter certo preconceito ao seu objeto de estudo.

Outras obras merecem destaque. Uma delas é *Os ciganos de Portugal*, de Adolpho Coelho (1892), que, apesar de se tratar de uma pesquisa lusitana, apresenta um excelente retrospecto da questão dos ciganos no Brasil em ocasião do degredo. Outra é *Os ciganos do Brasil* de José D’Oliveira China (1936) cujo destaque consiste no levantamento dos ciganos por quase todos os estados brasileiros. Citamos também as pesquisas realizadas por João Dornas Filho (1948), Ático Vilas Boas da Mota (1965; 1971;1982) e Cristina Pereira da Costa (1985;1989;1991;1992) e Frans Moonen (2008).Esse salienta que enquanto na Europa existe uma ampla bibliografia,

[...] a quantidade e a qualidade dos ensaios sobre os ciganos brasileiros deixa muito a desejar. E praticamente inexistem estudos sobre o anticiganismo e os direitos ciganos no Brasil. A produção ciganológica existente é insuficiente para alguém escrever um tratado sobre a situação dos ciganos brasileiros na atualidade. Para preencher esta lacuna, antes de tudo será necessário que sejam realizadas mais e melhores pesquisas sobre as minorias ciganas em geral e no Brasil (MOONEN, 2008, p.05).

Em sua obra *História da Literatura Brasileira*, Silvio Romero (1888) elogia a contribuição etnográfica realizada por Mello Moraes Filho, mas contesta que os

---

<sup>3</sup> A edição da 1ª. Obra de Alexandre Mello Moraes Filho foi em 1886.

ciganos teriam participado como “solda” da constituição do mestiço, como também questiona se a contribuição cultural atribuída aos ciganos seja de fato deste grupo sócia, como pode ser constado no seguinte trecho:

Tudo que em nosso país se refere a negros só poderá ser proficuamente estudado n’África; tudo que se reporta a portugueses só pode ser bem pesquisado em Portugal. Ora, os ciganos, que se transportaram para o Brasil, eram portugueses, o que importa dizer que já vinham desfigurados, complicados etnograficamente, cheios de idéias e sentimentos estranhos (ROMERO apud MELLO MORAES FILHO, 1981, p.78)

Percebe-se claramente que os ciganos são excluídos do processo de formação nacional permanecendo a ideia de perdidos e desgraçados onde “[...] as leis de evolução, que anularam os fatos isolados, encontraram esses párias na eminência de uma civilização no apogeu, de onde, impelidos por forças inconscientes, desceram com homens e ainda rodeiam como fantasmas” (MELLO MORAES FILHO, 1981, p.53).

Dentro das doutrinas biológicas, coube aos ciganos maior destaque nos estudos relacionados à antropologia criminal, cujo maior expoente foi Cesare Lombroso que insistia na origem atávica do crime. Fraser (1997, p.240). menciona que, quando

[...] examinava a depravação dos povos inferiores, Lombroso nada de bom tem a dizer dos Ciganos e serviu de reforço à opinião que alguns agentes de prevenção do crime estavam dispostos a formar sobre eles. Eram frívolos, desavergonhados, imprevidentes, ineptos, barulhentos, violentos e licenciosos, gostavam de carne podre e eram suspeitos de canibalismo. A sua única e rancorosa palavra de apreço é para lhes negar a arte musical da Hungria simplesmente como ‘mais uma prova de gênio que se encontra no criminoso misturada com o atavismo.

Compreendemos que o conceito de raça foi construído política e historicamente entre o final da Monarquia e República Velha com base na apropriação de concepções internacionais que vigoravam neste período. Além de apresentar suas bases biológicas, era caracterizado por uma interpretação marcadamente social. Este conceito não é fechado e nem fixo “[...] é entendido como um objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constantemente renegociado e experimentado neste contexto histórico

específico que tanto investiu em modelos biológicos de análise” (SCHWARCZ, 1993, p.17).

Diante desta questão, no caso específico dos ciganos, objeto de nosso estudo, não acreditamos que possivelmente estaríamos, na atualidade, transmitindo um legado de representação imposta no cotidiano desde este período. Muito pelo contrário, nosso estudo estaria analisando representações, na verdade, cristalizações que foram construídas nos “[...] discursos do dia-a-dia, na representação popular, nos jornais de circulação diária” (SCHWARCZ, 1993, p. 245) onde a ciência adotou termos populares e concebeu pressupostos racistas abertamente postulados a fim de definir os destinos da nação.

Os resultados da nossa pesquisa encontram-se apresentados nessa dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, buscamos analisar a origem dos ciganos. Para isso, realizamos um levantamento bibliográfico com os principais autores brasileiros, como também utilizamos o trabalho de pesquisadores europeus. Encontramos versões sobre a origem dos ciganos, tanto históricas quanto bíblicas; as lendas disseminadas pelos ciganos e pelos gadjés.

No segundo capítulo, analisamos a imprensa capixaba no período histórico referenciado, os jornais utilizados nas pesquisas e as suas características. Além disso, analisamos os relatos policiais sobre os ciganos neste periódico e a sua relação com a quebra da ordem pública e ameaça à propriedade privada.

No terceiro capítulo, analisamos representações sobre os ciganos nos jornais que circulavam no Espírito Santo, principalmente na política, na literatura, no teatro, no cinema e no carnaval.

A apresentação dos resultados da pesquisa a partir dessa estrutura procurou evidenciar a longa presença dos ciganos no Brasil e no Espírito Santo. Acreditamos em um fazer histórico que busque a interlocução com o social, com as minorias, seus modos de viver e pensar e que enxergue a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo.

## 1 A Diáspora dos Homens sem Dono

Ó tu que estás de fora  
Não limites nossa estrada  
Nós só queremos caminhar  
Seguir as nossas leis  
E nossa forma de pensar  
Esmeralda Liechocki  
Em Lamento Cigano

A história escrita dos ciganos começou há cerca de mil anos, com a sua chegada ao continente europeu. Os registros desta trajetória, contudo, foram realizados sob o olhar do não cigano (gadje) o que, de modo geral, construiu estereótipos e reforçou o preconceito sobre esta minoria étnica. Acima de tudo, os ciganos eram o outro.

Por serem tradicionalmente ágrafos, não houve qualquer registro por parte deles e muito menos uma busca em se preservar a sua memória coletiva. Historicamente, os ciganos nunca possuíram uma palavra ou denominação que os distinguisse enquanto grupo. Reconhecem as tribos, famílias e clãs, mas nunca o conceito de nação encontrou-se presente. Sobre esse aspecto Fonseca (1996, p.272) assim se posiciona:

Os ciganos não têm mitos sobre a criação do mundo, nem sobre suas próprias origens; não tem grande sentido do passado histórico. Com muita frequência suas memórias não abrangem mais do que três ou quatro gerações- isto é, as experiências e ancestrais que a pessoa mais velha do grupo ainda é capaz de lembrar. O registro, por assim dizer, não é história. Essa sensação é, talvez, um legado dos dias nômades, quando os mortos eram literalmente deixados para trás; mas continua a ser útil para pessoas que mesmo quando assentadas sofrem grandes pressões para sobreviver .

Ressaltamos também que os próprios ciganos possuem um código de autopreservação extremamente aguçado que visa deixar desinformado qualquer gaje que se interesse por seus costumes. A defesa cultural desta minoria étnica consiste basicamente em “[...] fazer com que seus costumes e mesmo determinadas palavras permaneçam desconhecidas para forasteiros” (FONSECA, 1996, p. 70).

Todos estes fatores contribuíram para o surgimento das mais diversas lendas e fantasias. Os ciganos ocupam, na sociedade ocidental, papéis bastante contraditórios. Eles são responsáveis por suscitarem paixões opostas com tanta violência. Alguns pesquisadores acreditam que esta ambiguidade foi um importante aspecto que lhes garantiu a sobrevivência ao longo dos séculos. Martinez (1989, p. 08) destaca que eles foram

[...] objeto de medo, ódio, que afastamos para bem longe só para negar a sua existência; objeto de amor, desejo, que queremos conservar zelosamente, declarando-o único, imutável, parado na eternidade; objeto literário, privilegiado para melhor ocultar suas realidades .

No século XVIII, estudos linguísticos surgem no intuito de determinarem a origem dessas comunidades. Ao estudarem o Romani, a língua falada pelos ciganos, os linguistas verificaram que esta possuía enormes semelhanças com o sânscrito. Concluiu-se, então, que a Índia consistiria no ponto de origem da população rom<sup>4</sup>. Fonseca (1996, p.104) aponta que a

[...] A origem indiana dos ciganos é conhecida dos estudiosos desde o século XVIII, quando os linguistas europeus se deram conta de que havia em seu meio gente que falava uma língua oriental. Istvam Vali, um pastor húngaro, fez a ligação em 1753, ano que passou na Universidade de Leiden. Foi aí que Vali encontrou e entrevistou três estudantes de Malabar, na costa sudoeste da Índia. Deles compilou um léxico de mil palavras (não existe mais registro da lista), e quando voltou à Hungria descobriu que a população rom local as compreendia (FONSECA, 1996, p. 104).

Entre as línguas indo-europeias, o Romani encontra-se no grupo Indo-iraniano, pertencendo ao subgrupo índico, falado onde é hoje o norte da Índia e Paquistão. O índico

---

<sup>4</sup> Rom, substantivo singular masculino, significa homem e, em determinados contextos, marido; plural Roma: feminino Romni e Romnia. O adjetivo romani é empregado tanto para a língua quanto para a cultura (TEIXEIRA, 2007, p. 141). Em 1971, em Londres, realizou-se o Primeiro Congresso Mundial Romani onde se adotou o termo Rom em detrimento do termo genérico cigano. De acordo com o autor supracitado, este processo foi denominado de romanização e tem como intuito dar legitimidade ao grupo Rom como sendo os ciganos autênticos, especificamente o grupo Kalderash, além de legitimar o vlx romani como a verdadeira língua cigana. Concordamos com este posicionamento e, sendo assim, compartilharemos do mesmo critério adotado por diversos ciganólogos e escreveremos “os Rom”, “ os Sinti” e “ os Calon” a fim de evidenciarmos as múltiplas identidades existentes entre os ciganos. As diversidades das comunidades ciganas serão discutidas logo adiante.

[...] tem como fonte originária o sânscrito védico, que daria origem ao sânscrito clássico, língua culta, e ao prácrito, língua vulgar falada, da qual se originaram um conjunto de dialetos locais que, por sua vez, constituiriam a base de algumas línguas modernas, dentre elas o hindi (língua oficial da Índia), urdu (língua oficial do Paquistão), cingalês (Sri Lanka), bengali (Bangladesh), nepali (Nepal), penjabi e sindi (Paquistão) e a “língua cigana”, considerada como um antigo dialeto do norte da Índia que, a partir do século V a.C., estendeu-se pela Pérsia (atual Irã) até chegar à Europa e daí à América (MELO, 2005, p. 20).

È interessante observar que o Romani não se constitui uma língua de caráter unitário. A longa jornada realizada pelos ciganos proporcionou a apreensão e o intercâmbio com diversas culturas e, ao mesmo tempo, impossibilitou a uniformidade de uma língua que ainda não foi fixada na escrita. Dessa forma, temos uma multiplicidade de dialetos. Segundo Angus Fraser (1997, p. 18), “[...] só na Europa existem cerca de sessenta ou mais, obviamente relacionados entre si em grande medida, mas muitas vezes ininteligíveis uns para os outros”. Através da linguística comparada, foi possível analisar a genealogia destes dialetos onde se compreendeu que “[...] o Romani deve ser de origem indiana por causa das semelhanças entre o seu vocabulário e o de algumas línguas da Índia” (FRASER, 1997 p. 21). Contudo, Moonen (2008) ressalta que a semelhança linguística entre dois povos não é uma prova conclusiva de parentesco entre eles, isto porque os ciganos podem, por motivos desconhecidos, terem habitado a Índia e absorvido a língua local sem nunca terem sido indianos. Assim, muitos pesquisadores não consideram a língua como indicador de identidade étnica, dada a fragilidade desta relação. No caso dos ciganos, o nomadismo é considerado como um dos principais fatores que dificulta esta determinação.

Cientes de que a linguística histórica não conseguiu determinar com exatidão a origem racial/étnica dos ciganos, muitos estudiosos adotaram a antropologia física e a genética populacional como instrumentos de pesquisa e surgiram indícios que também ligavam as populações ciganas com a Índia. Até a Segunda Guerra, a antropologia física compreendia basicamente na mensuração do corpo e suas partes, em especial, o crânio. O fisioantropólogo suíço Eugène Pittard (1867-1962) estudou os ciganos dos Balcãs que, segundo ele, consistiam em “Le vraies Tziganes”. Em suas medições, ele analisou que

esta população cigana possuía estatura superior ao do europeu, pernas mais compridas que o torso, crânio comprido e estreito, cabelo preto, orelhas pequenas, narizes compridos e estreitos, olhos grandes com íris muito pigmentada. Verdadeiros objetos de fascinação, os ciganos, segundo Pittard, ocupavam

[...] um lugar extremamente honroso na estética humana. Encontram-se entre eles com frequência homens muito escurritos e mulheres muito belas. A sua tez ligeiramente trigueira, o cabelo de azeviche, o nariz direto e bem formado, os dentes brancos, os olhos castanhos e muito abertos, de expressão ora viva, ora lânguida, a elegância em geral da sua postura e a harmonia dos seus movimentos colocam-nos bem acima de muitos povos europeus no que se refere a beleza física (PITTARD apud FRASER, 1997, p. 28).

O Trabalho de Pittard também indicou uma origem indiana, mas ele foi categórico em afirmar que os ciganos possuíam origens complexas dada à mistura com outros grupamentos e que o nomadismo representava um elemento de preservação da pureza racial. A partir da década de 40, o estudo com grupos sanguíneos foi utilizado na tentativa de se investigar os ciganos. Constatou-se que a população cigana europeia possuía uma taxa superior do gene B em relação aos níveis europeus. O sistema ABO também apontou para uma origem indiana, assim como o fator Rh. Diante destas evidências, atualmente, é consenso entre os ciganólogos indicar a Índia como ponto de partida da migração deste grupo étnico.

Apesar dos esforços, contudo, não se chegou a uma conclusão definitiva sobre o motivo desta dispersão e nem quando os ancestrais dos ciganos europeus deixaram a Índia em direção à Pérsia. Além disso, não se sabe que classe social eles ocupavam; alguns defendem que eles eram párias, fato atestado pelas atividades profissionais realizadas pelos diferentes grupos ao longo dos séculos, como veremos adiante. Há aqueles (escritores e ativista ciganos), todavia, defendem uma genealogia mais elegante:

[...] ouvimos, por exemplo, que os ciganos descendem dos Kshattriyas, a casta guerreira, logo abaixo dos brâmanes. Existe alguma vantagem, afinal, na ambiguidade das origens: você pode escolher quem quer ser (FONSECA, 1996, p. 119).

A maioria dos ciganólogos<sup>5</sup> acredita que esta dispersão tenha ocorrido por volta do século X. Alguns registros foram encontrados neste período o que determinaria uma espécie de “pré-história” dos ciganos. Textos datados neste período na Pérsia relatam a existência de grupos de Zotts, cujo ofício era o de serem músicos. Ainda hoje, a palavra Zotti é o nome persa para cigano. Por volta do ano 950, o monarca persa Bahran Gur decidiu que os seus súditos deveriam trabalhar apenas metade do dia e o restante do tempo a comer e beber acompanhados de músicos. Assim, persuadiu o rei da Índia que lhe enviou cerca de doze mil músicos Zotts. Na Pérsia, eles eram considerados intrusos. Com a ocupação árabe na Pérsia, a situação, ao que tudo indica, agravou-se. Os novos governantes árabes os perseguiram duramente ocasionando uma dispersão em massa onde uma parte do grupo de zotts migrou para a Armênia e, logo em seguida para os Balcãs. Estudos linguísticos afirmam que a permanência em território árabe não foi duradoura. Existem poucas palavras de origem árabe na língua romani, ao contrário das de origem persa e armênia o que determinaria um longo período de permanência nestas regiões.

A invasão da Armênia pelos Seldjúcidas no século XI foi implacável e ocasionou o deslocamento das populações aí fixadas para o território ocidental de Bizâncio (Constantinopla e Trácia), inclusive os ciganos. A sua migração para os Balcãs e para toda a Europa estava selada. Apesar da queda do Império Bizantino, a cultura grega manteve-se viva em todo o território conquistado. Os ciganos “[...] estiveram expostos à sua influência linguística muito tempo antes de atravessarem os Dardanelos e o impacto do grego no Romani iria ser forte, muito mais profundo do que o do Persa” (FRASER, 1997, p. 51).

Angus Fraser ressalta que a família dos dialetos romani pode ser dividida em três ramos principais - europeu, armênio e asiático- Rom, Lom e Dom, respectivamente. Todas com base no sânscrito. Ele ainda ressalta que diante

---

<sup>5</sup> Ciência que estuda o comportamento dos ciganos, costumes, cultura e interação social no seu habitat natural. Constitui em um ramo da antropologia ou da etnologia. Segundo Cristina Pereira da Costa (1985, p. 13), ela “passa a existir na Europa a partir do século XIX, quando foram publicados estudos no *Journal of the Gipsy Lore Society* (Reino Unido, 1888)”, periódico desta associação internacional que promove estudos científicos sobre a cultura cigana.

da escassez de registros “[...] ao certo, nada sabemos da organização social e cultural dos primeiros ciganos e só podemos conjecturar” (FRASER, 1997, p. 47).

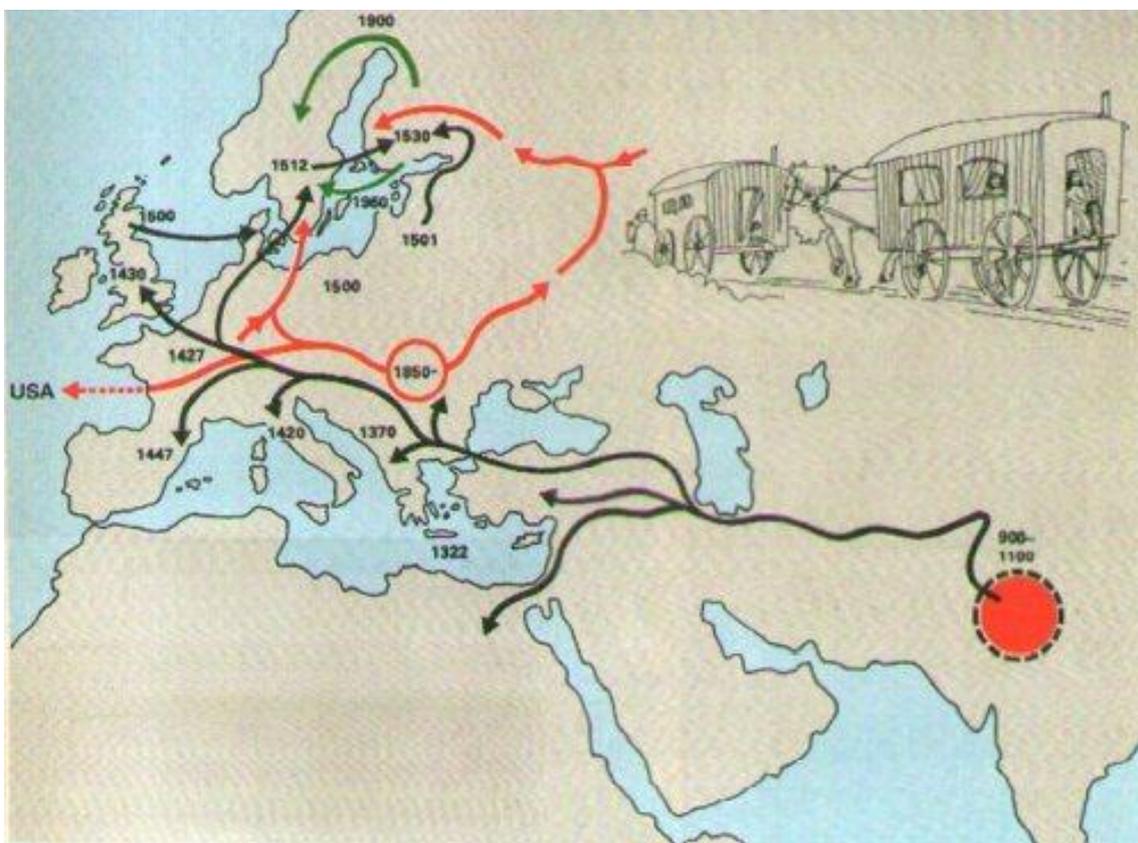


Figura 1 - Êxodo dos ciganos

Fonte: <http://lusophia.wordpress.com>

A mais antiga referência sobre os ciganos em Constantinopla data de 1068 por meio de uma hagiografia georgiana, *A Vida de São Jorge Atonita*. Nesta consta que o imperador Constantino Monómaco solicitou o auxílio de feiticeiros denominados de *Adsincal* a fim de combater uma praga de animais ferozes que comprometiam a caça imperial no Parque de Filopation, em Constantinopla. “Esses Adsincal deitaram bocados de carne enfeitiçados que mataram instantaneamente as feras” (FRASER, 1997, p. 52). O termo *Adsincal* deriva-se do grego *Atsínganoi* ou *Atzínganoi*, termo bizantino que normalmente se refere aos ciganos. Outras formas semelhantes em outras línguas, tais como o alemão *Zigeuner*, o francês *Tsiganes*, o italiano *Zingari* e o húngaro

Cigányok também derivam deste substantivo bizantino (FRASER, 1997, p. 52.). A próxima referência sobre os ciganos ocorreu no século XII onde o canonista Teodoro Balsemão ameaça “[...] com excomunhão de seis anos qualquer membro da Igreja que explorasse o público exibindo ursos e outros animais pelo divertimento ou que lesse a sina” (FRASER, 1997, p.52). A literatura popular deste período sugere que os ciganos eram identificados como domadores de ursos e feiticeiros. As referências possuem caráter pejorativo, o que evidencia que os ciganos não possuíam boa reputação no Império bizantino.

Com o avanço dos turcos otomanos, os ciganos dividem-se em vários grupos a partir da Trácia realizando rotas de migração que compreenderam da Macedônia para a Grécia e, para o norte, nos territórios que compreenderiam posteriormente a Romênia e Iugoslávia. Em 1322, um frade franciscano chamado Simão Simeónis ao visitar a ilha de Creta relata a existência de “[...] indivíduos que viviam em tendas ou em cavernas, chamados Atsinganoi, nome dado a uma seita de músicos e de adivinhadores que nunca paravam mais de um mês num mesmo lugar” (MOONEN, 2008, p. 07). Em 1416, o poeta satírico bizantino Mozari descreve a mistura de várias nações que coexistiam no Peloponeso, entre elas, os ciganos. Segundo as fontes deste período o número deste grupo era substancial. O impacto cultural do território grego exercido nos ciganos foi significativo. Primeiramente, porque o Romani adotou uma série de vocábulos grego, e, em segundo lugar:

[...] porque através do convívio com inúmeros peregrinos que por ali passavam, os ciganos puderam perceber como aqueles eram admirados, sendo uma espécie de viajantes privilegiados. Foi a partir daí que os ciganos passaram a viajar por toda a Europa na condição de peregrinos (PEREIRA, 1986, p. 18).

Estes mesmos peregrinos a caminho da Terra Santa descrevem a presença destes indivíduos em Modon, onde se localizava uma colônia cigana de proporções consideráveis e que “[...] tinha uma boa localização, a meio caminho entre Veneza e Jaffa, e era um ponto de paragem bem-vindo para os peregrinos em viagem” (FRASER, 1997, p. 58). O contato com os peregrinos

levou os ciganos a adotarem este disfarce em seus influxos em direção a Europa Ocidental.

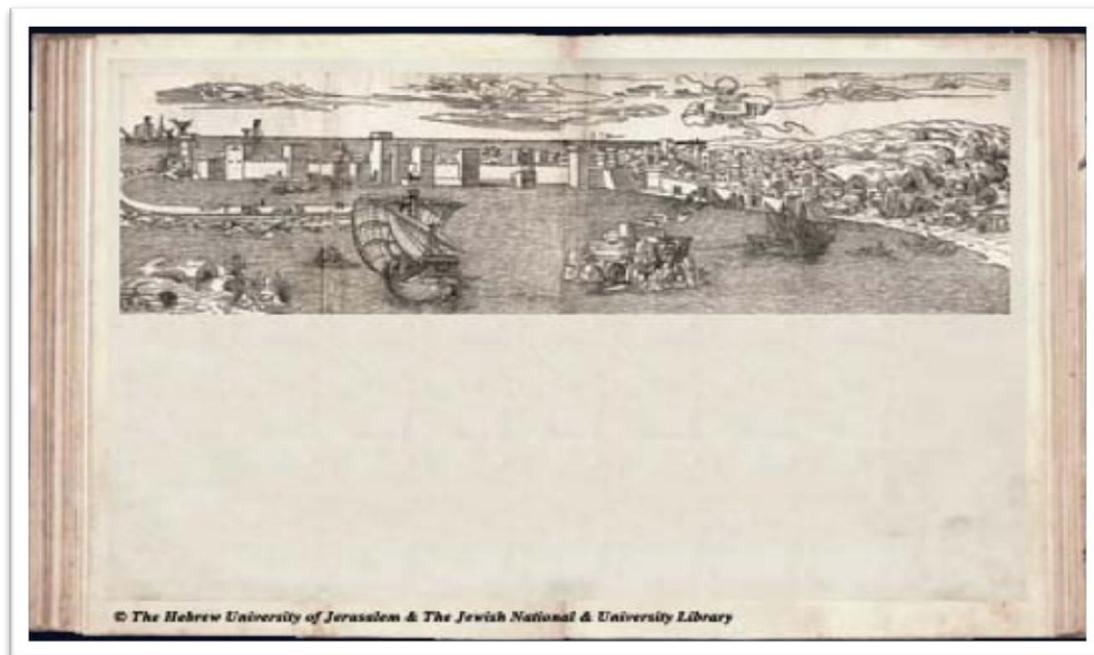


Figura 2 - Modon. Desenho de Eberhard Reüwich para Peregrinatio in Terram Sanctam, 1486

Fonte: <http://historic-cities.huji.ac.il>

No final do século XIV, as comunidades ciganas já ocupavam os Balcãs. A diferenciação linguística entre os grupos era inevitável. O avanço otomano sobre esta região foi rápido e reduziu ao estatuto de vassalo áreas como Sérvia (1389), Bósnia, Valáquia e Moldávia (1391) e a Bulgária (1396).

Foi na Valáquia e na Moldávia (principados feudais que em conjunto com a Transilvânia formam a atual Romênia) que a história dos ciganos conheceu um dos seus episódios mais sombrios. “Por mais de quatrocentos anos (até 1856), eles foram reduzidos à condição de escravos. A escravidão era institucionalizada, primeiro como “costume da terra” depois entronizada numa moldura legal completa” (FONSECA, 1996, p. 199).

A sujeição dos ciganos a escravidão, a princípio caracterizava como uma exploração fiscal onde “[...] eram feitas doações de famílias ciganas o que se transferia era o direito de cobrar tributo (em trabalho, dinheiro ou bens). Com a

passagem do tempo, tudo isto se transformou em direitos sobre a pessoa obrigada a tributo” (FRASER, 1997, p. 62).

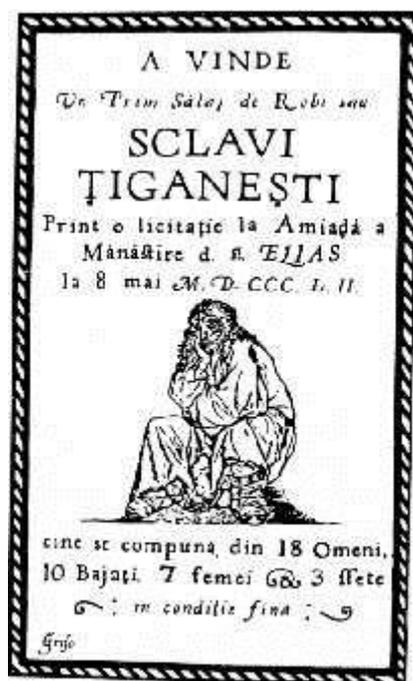


Figura 3 – Cartaz anunciando um leilão de escravos ciganos na Valáquia. “ Para venda um lote de categoria de escravos ciganos a leiloar no Mosteiro de Santo Elias, 8 de Maio de 1852, consistindo de 18 homens, 10 rapazes, 7 mulheres e 3 raparigas: em perfeitas condições”

Fonte: FRASER, Angus. História do Povo Cigano

Não se sabe como se iniciou a escravidão, mas existem algumas hipóteses. Uma delas afirma que eles chegaram aos principados nesta condição; outra, muito defendida por historiadores romenos, é que os ciganos sempre foram escravos, desde suas origens na Índia como párias. Ou seja, independentemente do motivo, desejavam a escravidão, pois não eram considerados humanos e esta condição, pelo menos, os equiparava “[...] a bons e trabalhadores animais domésticos” (FONSECA, 1996, p.200). Este pensamento permeou a sociedade romena da época. No levantamento bibliográfico realizado, nos deparamos com registros e documentos deste período em que os escravos ciganos são comparados a gado humano cujo destino era determinado de acordo com os desejos do proprietário, reduzidos a taxas de câmbio onde um cigano era trocado por

[...] um porco; um grupo de ciganos por uma manada de porcos ou cavalos; um para recém-casado por alguns barris de vinho; um homem por um jardim ou por direito de uso de espaço como garagem; uma menina cigana valia “duas tigelas de cobre”, e outra, talvez defeituosa, foi trocada por um pote de mel. Era possível até vender “meio cigano”, o que indicava o filho no ventre de uma mulher: o que prova que, apesar de outras leis que o proibiam expressamente, famílias ciganas eram separadas de modo sistemático (FONSECA,1996, p. 201).

A equivalência dos ciganos como animais era frequente nos documentos deste período. As condições de vida eram degradantes. O relato de dois viajantes franceses pela Romênia do século XIX exemplifica esta questão.

Que bichos são aqueles que vejo além da bruma do entardecer? Vão e vêm, ora de gatas, como ratos, ora em dois pés, como macacos; conforme se abaixam ou se levantam, parecem ora pigmeus, ora gigantes, toupeiras ou ursos... Palavra de honra, são homens, Ciganos! São seis e há um grandalhão que os vigia. Extraem a areia do rio. Os corpos deles estão lambuzados por uma espessa camada de betume, têm ferros nos pés e jugo no pescoço. A canga tem três pontas afiadas que os impedem de apoiar a cabeça.

O guarda explica:

- Quando já não têm ferros, fogem. Quando lhes dão roupa, vendem-na; quando lhes tiram a canga, fogem; quando os livram da canga, dormem.

- Muito bem, mas por que retê-los?

- Para trabalharem.

- E que paga lhes dão por esse trabalho?

- Nada.

- E o que farias tu, malandro, que nada fazes, se não te pagassem sequer o tempo que perdes aqui sem nada fazeres?

- Faria como eles, ia-me embora...

- E por que não fariam eles o mesmo?

- Eu sou livre e eles são escravos.

Quanto aos ciganos, não se riam; desde o amanhecer, suavam sangue e água, sem nada beberem a não ser água do rio, sem comerem mais do que um pão e alguns alhos crus com sal (AUZIAS,2001, p. 12).

Em outro fragmento, a miserabilidade destes grupos é notória:

[...] Degradados pela escravatura, embrutecidos pela ignorância e pelas pancadas, nada recebem como compensação. São gado alimentado pelo boiardo com pouca despesa, comendo mamaliga, uma espécie de papa de milho. A roupa de verão é feita de tecido grosseiro que eles usam até apodrecer. É a chuva que os lava e as crianças andam completamente nuas. No inverno, embrulham-se em farrapos que encontram no lixo; capachos ou tapetes velhos, nem sequer lhes permitem o luxo de sonhar com tal coisa (AUZIAS, 2001,p. 12 ).

Ainda segundo a pesquisadora Claire Auzias, inúmeros são os relatos de torturas de ciganos pelos motivos mais fúteis, dotadas de requintes sádicos. Assim como na história dos escravos negros na América, há uma série de registros de dissolução de famílias ciganas bem como a separação de mães e filhos vendidos. A destruição psíquica destes grupos deveu-se, em grande parte, pelo aspecto arbitrário da posse que se estendia até à posse sexual das mulheres ciganas pelos Gadjés. Todas estas práticas eram respaldadas pelas leis e códigos do período. No primeiro capítulo do Código de Karagea (1816) determina-se que “[...] em matéria de dote, os Roms, como todo gado ou imóveis, avaliam-se por estimativa; estão, assim, como o gado, sob a responsabilidade do marido” (AUZIAS,2001, p. 14).

O período de escravatura pelo qual os ciganos foram submetidos ainda não possui suas causas devidamente esclarecidas. O fato é que os ciganos adquiriram uma grande importância econômica que interessava aos proprietários de terras quanto aos mosteiros. Foram tomadas diversas medidas que buscaram uma fixação forçada dos ciganos em território romeno. Até o final do século XIX,

[...] um artigo do código civil especificava que os ciganos uma vez entrados na Moldávia e na Valáquia eram automaticamente capturados e reduzidos à escravatura. Acrescia a isto o medo e o desprezo do outro, da sua magia, da pele escura, uma amálgama primitiva entre ciganos, tártaros e outros muçulmanos (AUZIAS,2001, p.11).

O clero justificava esta prática com base no mito da maldição cigana, isto é, já que os ciganos “[...] marcaram os inocentes de Belém, fizeram os cravos da crucificação de Cristo e foram amaldiçoados pelo próprio Cristo, a Igreja os ajudava a expiarem a sua culpa, escravizando-os” (PEREIRA,1986, p.19). É certo que a palavra cigano tornou-se sinônimo de escravo na Romênia, tornando-se termos intercambiáveis para uma casta social particular.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Esta chaga permanece aberta na sociedade romena até a atualidade. Estima-se que a população cigana deste país alcance a cifra de mais de dois milhões de indivíduos, compreendendo o país europeu com o maior número de ciganos. Os roms não adquiriram espaço nem representação política. Possuem altas taxas de desemprego, analfabetismo e mortalidade. Com a ascensão dos governos comunistas no Leste europeu iniciou-se uma política de assimilação que proibiu as atividades tradicionais destes grupos, assim como o dialeto romani; além disso, muitos ciganos buscaram esconder seu passado de escravidão, passaram a se identificar apenas como romenos. Muitos ciganos romenos, em busca de

No século XV, os ciganos migraram para a Europa Ocidental. A partir de então, as fontes encontram-se em uma quantidade consideravelmente maior através das ricas narrativas dos cronistas da época. Em muitas delas, os ciganos apresentavam-se como originários do pequeno Egito. Os europeus acreditavam, portanto, que eles eram provenientes do Egito, África, mas, na verdade, os ciganos referiam-se, na verdade, a uma região da Turquia<sup>7</sup>. Por causa disso:

[...] passaram a ser chamados de “egípcios” ou “egitanos”, ou gypsy (inglês), egypter (holandês), gitan (francês), gitano (espanhol), etc. Mas sabemos que alguns grupos se apresentaram também como gregos e atsinganos, pelo que também ficaram conhecidos como grecianos (espanhol antigo), tsiganes (francês), ciganos (português), zíngaros (italianos), etc (MOONEN, 2008, p.07).

Interessante observar, como o próprio autor relata, é que todas estas denominações foram designadas pelos europeus, sendo que nada consta como os ciganos se identificavam. No levantamento bibliográfico realizado nesta dissertação, as questões referentes em como os ciganos se representavam torna-se emblemática. Todos os autores percebem esta carência nos registros que sempre apresentam uma visão do outro, do que está de fora. Ao analisar as diversas fontes históricas sobre as populações ciganas no século XVI, Frans Moonen( 2008,p.28) afirma que:

[...] quase nada sabemos dos ciganos honestos, mas que também devem ter perambulado pela Europa naquela época. As únicas fontes históricas sobre os ciganos quase sempre são processos judiciais que, por definição, tratam exclusivamente das pessoas criminosas ou supostamente criminosas e praticamente nada informam sobre as atividades profissionais das pessoas honestas.

---

maiores oportunidades de vida, migram para outros países europeus o que têm causado uma série de incidentes com os governos e autoridades. Em 2010, o então presidente francês Nicolas Sarkozy, a fim de endurecer a política contra a imigração ilegal, deportou cerca de 700 ciganos romenos. Esta medida foi chamada pelo governo francês de “deportação voluntária”.

<sup>7</sup> Perto de Modon (cerca de quarenta milhas, como dizem os cronistas) existia uma terra chamada Gype- também conhecida como Pequeno Egito- onde viviam cerca de trezentas famílias ciganas. Acredita-se que muitas destas migraram para a Europa ocidental informando que viriam do pequeno Egito.

A perspectiva de um estudo sobre o cotidiano cigano representa um grande desafio. Se realizamos uma pesquisa de cunho historiográfico, as fontes não permitem este intento, segundo os autores estudados. Nem as pesquisas mais aprofundadas “[...] nunca permitiram encontrar um só caso de perseguição por assassinio de Rom” (AUZIAS,2001, p. 13).

Devido aos diversos fluxos migratórios, os ciganos dividiram-se em grupos e estes em diversos subgrupos que podem ser diferenciados pelo dialeto, pelos ofícios tradicionais e pelas regiões de onde originaram, conforme veremos no quadro a seguir:

GRUPO	SUB-GRUPO	LÍNGUA	DIALETO
Rom	Kalderash Matchuara Lovara Tchurara e.o.	romani	Kalderash  Lovari Tchurari
Sinti ou Manouche	Valshtiké manouche (Sinté Franceses) Prajstiké Manouch ( Sinté proussiano)	Sintó	Sintó Piemontês Sintó da Prússia
Kalé (Calon)		Caló	

Quadro 1 – Os grupos e subgrupos ciganos.

O grupo Rom é o que se encontra em um maior número de países, sendo predominante nos estados balcânicos e na Europa Central. Demograficamente majoritário, divide-se em vários subgrupos com denominações próprias, entre os quais citamos os Kalderash, Matchuara, Lovara e Tchurara. A partir do século XIX, estas comunidades realizam um movimento migratório para os

países da Europa ocidental e para as Américas. Este fluxo é denominado por muitos ciganólogos como a segunda onda migratória<sup>8</sup>.

Os Sinti falam a língua Sintó. Também conhecidos como manouch, encontram-se concentrados na Alemanha, Itália e França. Em território brasileiro, não há registros sobre sua presença. “Provavelmente, os primeiros Sinti chegaram ao país também durante os séculos XIX, vindos dos mesmos países europeus já mencionados” (TEIXEIRA, 2007, p. 19).

Os Calon ou Kalé são os chamados ciganos ibéricos. Falam a língua Caló e vivem principalmente em Portugal e Espanha. Migraram para outros países europeus e no caso da América dos Sul migraram ou foram deportados. Não há qualquer menção de subgrupos neste caso.

Dos subgrupos existentes, os Kalderash constituem no mais estudado, isto porque estes se denominam como “ciganos autênticos” sendo os demais grupos considerados como “espúrios” ou “falsos ciganos”. Diante disso, muitos pesquisadores sentem-se atraídos em investigar aqueles que preservam (ou dizem preservar) seus aspectos culturais por completo. Contudo, esta perspectiva cria uma cisão com os demais e, conseqüente, uma atmosfera de rivalidade. Além disso, certos aspectos culturais específicos deste clã são atribuídos pelos estudiosos como pertencentes a todos os demais grupos, como por exemplo a Kris romani (espécie de tribunal cigano), o marimé (as ideias de pureza/impureza) e a pomana (ritual funerário).

A partir do século XV, ocorre o início da primeira onda migratória dos ciganos. Têm-se os primeiros registros dos ciganos no continente europeu, sendo descritos na época, como “[...] viajantes exóticos, indivíduos com pele escura ou preta, e segundo muitos cronistas, com uma aparência horrível e com hábitos nada agradáveis” (MOONEN, 2008, p. 19). Estes aspectos relacionados à educação e ao bem viver em sociedade eram muito caros ao pensamento burguês que proporcionou uma transformação nos costumes a partir do século XV. Os hábitos e modos feudais passam a ser considerados

---

<sup>8</sup> Ian Hancock defende que a dispersão do povo cigano ocorreu em duas ondas ou diásporas: “A primeira dataria da entrada deles no continente; a segunda a partir do término da escravidão nos Balcãs em 1864, que durara mais de 500 anos” (HANCOCK apud MELO, 2005, p. 40).

impróprios e, portanto, incivilizados. Todos os indivíduos e grupos que não se educam e se refinam para a nova sociedade que florescia, eram considerados inadequados. Este parece ser o caso das populações ciganas da época que não correspondiam aos padrões estabelecidos e passam a ser duramente perseguidos em toda a Europa ocidental em um movimento crescente.

Além disso, o modelo familiar emergente neste período construiu princípios a partir de suas relações sociais calcados na vergonha e [...]“na segregação da sexualidade, tanto quanto na consciência” (ELIAS, 1994, p. 178). Isto compreende, por exemplo, em não expor determinadas partes do corpo em público e certos contatos físicos, considerados completamente inadequados. Estas questões não faziam parte do universo dos ciganos onde: “[...] as crianças andava seminuas, homens expunham barrigas e peitos cabeludos, enquanto as mulheres não se constrangiam em amamentar publicamente seus filhos” (TEIXEIRA, 2007, P. 109). Porém, eles possuíam os seus próprios códigos de conduta, extremamente rígidos, vinculados à vestimenta e à higiene.

Em diversos pontos da Europa surgem relatos de sua chegada, sempre viajando em bandos de quantidade variável, de dezenas a centenas de pessoas. A chegada destes na Europa acarretou perseguições e preconceitos que agudizaram com o passar dos tempos. Seus hábitos de vida eram muito diferentes dos povos europeus – línguas, trajes, moradia e formas de trabalho e de organização social trouxeram estranhamento por onde passavam.

A princípio, em uma Europa constituída sob aspectos medievais, os ciganos transitavam com maior liberdade no território europeu através de benefícios papais ou salvo-condutos. Esta era uma prática “[...] utilizada como instrumento de prestação de contas à Igreja, num mundo de lógica medieval, pautada na aguda consciência de pecado e na certeza de castigo” (BORGES, 2007, P.17) muito comum na época, não sendo de uso exclusivo dos ciganos. Eles também se apresentavam como peregrinos outra prática muito comum na época, obtendo a piedade cristã dos povos por onde passavam que se traduzia em abrigo, alimentação e dinheiro. Os grupos ciganos eram muito numerosos, sendo liderados por chefes que se apresentavam como duques ou condes.

Estes títulos de nobreza facilitavam o trânsito das caravanas pela Europa. Acredita-se que muitas lendas que foram atribuídas aos ciganos foram criadas por eles com o objetivo de obter assistência e justificar o nomadismo.

Muitos destes mitos foram difundidos pelos gadjes com base em diversas interpretações do Livro Sagrado. Outras, divulgados pelos próprios ciganos, principalmente no período medieval, a fim de obterem vantagens e abrigos dos cristãos e para reforçar o mito do Egito como terra natal, o que foi de muita valia em inúmeras situações. Uma das mais populares diz que os ciganos seriam os descendentes amaldiçoados de Caim. A história narra que

[...] Caim conheceu sua mulher, a qual concebeu e deu à luz Henoc. E edificou uma cidade que chamou Henoc, do nome de seu filho. Ora Henoc gerou Irad, e Irad gerou Maviavel, e Maviavel gerou Matusael, e Matusael gerou Lamec. E este tomou duas mulheres, uma chamada Ada, e outra Sela. E Ada deu à luz a Jabel, que foi pai dos que *habitam sob tendas* [grifo nosso], e dos pastores. E o nome de seu irmão foi Jubal, que foi o pai dos que *tocam cítara e órgão* [grifo nosso]. Sela também deu à luz Tubalcain, que manejou o martelo, e foi artífice em *toda qualidade de obras de cobre e de ferro* [grifo nosso] (Gênesis 4: 17 a 22).

Nas línguas semíticas, Caim significa ferreiro, uma das profissões tradicionais de diversos grupos ciganos. Outro versículo (Gênesis 4:12) também foi utilizado para justificar o não apego do cigano às coisas da terra, o que justificaria sua errância: “ Quando lavrares o solo ,não te dará ele sua força; serás fugitivo e errante pela terra”. Segundo Isabel Fonseca (1996, p.106), “[...] líderes ciganos contemporâneos muitas vezes iniciam seus discursos com citações de maldição bíblicas sobre seu povo”.

Outra lenda muito comum conta que os egípcios<sup>9</sup> teriam negado abrigo à Sagrada família, sendo condenados a vagarem pelo mundo. Percebemos que

---

<sup>9</sup> Os termos “egípcio” e “boêmio” eram amplamente difundidos na França do Antigo Regime. Roger Chartier em sua obra *Leituras e leitores na França do Antigo Regime* (2004), o autor analisa as figuras literárias existentes na popular Biblioteca Azul. “ Dos anos 1630 até meados do século XIX, a Biblioteca Azul propôs aos leitores da cidade e do campo imagens de homens marginais, falsos mendigos e verdadeiros ladrões, vendedores andarilhos e malandros trapaceiros, pedintes vagabundos e bandidos honrados”. A literatura de malandragem era um gênero bastante consumido pelos leitores franceses deste período e existiam vários livretos que contavam histórias sobre os egípcios. Citamos a título de exemplificação *A vida generosa dos ambulantes, mendigos e boêmios* (1603; 1612; 1622; 1627); o livreto narra o modo de vida dos andarilhos, mendigos e boêmios através da figura de Pechon de Ruby, suposto autor da obra que, em uma das suas peripécias, ingressa em um bando de ciganos. Em nosso

“[...] um perpétuo nomadismo, associado à História Santa é então facilmente aceito pelo povo” (MARTINEZ, 1989, p. 15). Outros mitos ainda contam que os ciganos teriam convencido Judas a trair Cristo, serem descendentes dos assassinos que mataram crianças em Belém, por terem forjado os cravos utilizados na crucificação de Cristo. Nesta, há mais um detalhe: o quarto prego teria sido roubado por um cigano.

O pesquisador Moacir Antônio Locatelli, ao realizar seus estudos com populações ciganas no Rio Grande do Sul na década de 70, investigou através da oralidade destes grupos as lendas que tinham como base passagens bíblicas. Segundo ele, ao coletar a história oral dos ciganos, ele encontrou sete.

1. Que os ciganos foram condenados a errar pelo mundo como penitência por não terem hospedado a Virgem Maria quando da fuga para o Egito.
2. Que os ciganos foram condenados a errar pelo mundo como penitência por terem massacrado as crianças de Belém.
3. Que os ciganos foram condenados a errar pelo mundo como penitência por terem aconselhado Judas a vender Jesus.
4. Alguns estudiosos afirmam serem eles filhos de Tubalcaim; assim teriam que pagar pelo pecado de um dos seus, o ferreiro cigano, que furtou o quarto prego destinado a crucificação de Cristo; por isso condenados a errar pelo mundo como penitência.
5. Que os ciganos são descendentes de Adão e de uma mulher anterior a Eva, e nasceram por isso sem pecado original, não estando, pois, submetidos ao trabalho e outros castigos, como residir em um só lugar, como o resto dos homens.
6. Que os soldados romanos ao crucificarem Jesus Cristo tencionaram usar quatro pregos mas um cigano roubou o quarto, o que estava destinado ao seu coração, e, em gratidão, Cristo na cruz declarou que os ciganos podiam continuar a roubar.
7. Um dia, Deus resolveu fazer o homem. Apanhou um pouco de barro e fez uma estátua e colocou no forno para cozer. Depois foi dar uma volta e esqueceu o trabalho. Quando voltou o homem estava queimado. Este foi o ancestral do negro. Deus começou então sua atividade, mas com medo de que o incidente se repetisse, abriu o forno antes do tempo. O homem estava pálido, e foi o antepassado dos brancos. Finalmente Deus fez uma terceira e correta tentativa – o último homem foi cozido no ponto e apareceu uma bela tonalidade morena – Era o primeiro cigano, disse o senhor Estevão (LOCATELLI apud CASTRO, 2011, p.39).

Com o advento da era moderna, uma série de transformações estruturais no âmbito sócio-político-econômico agitou a Europa. A partir do século XVI, o poderio católico e seus valores seculares são questionados, e a presença de peregrinos começa a ser cerceada sob a forma de decretos e leis severas. No

---

levantamento bibliográfico, não encontramos indícios que evidenciem a circulação destas obras na baliza histórica proposta.

caso dos ciganos, estas mudanças proporcionaram maiores restrições no trânsito pelo continente, como também um recrudescimento nas políticas anticiganas, pois a partir deste período eles são classificados de modo explícito pelas autoridades como “indigentes e vagabundos” por não terem residência fixa nem profissão. “O vagabundo que vive da caridade é um criminoso em potencial, um estrangeiro, um espião” (MARTINEZ, 1989, p.35). Este período histórico marca o advento do capitalismo cujos ideais são completamente contrários ao modo de vida cigano. Para eles, “[...] as questões como igualdade e prosperidade sempre foram de pouca importância. Na verdade, a liberdade é o que constitui para eles um valor inexorável, como eles próprios costumam expressar ao afirmarem que sua liberdade não tem preço” (SIMÕES, 2007, p. 61).

Em todos os países europeus “[...] a tolerância inicial aos poucos se transformou em aversão, e finalmente em ódio” (MOONEN, 2008, p. 31). A política de extermínio dos ciganos torna-se frequente em toda a Europa, pois eles representavam a oposição aos valores morais emergentes na modernidade. Os grandes grupos dividem-se em poucas famílias e extinguem-se os reis, duques e condes. Os auxílios sob a forma de alimentação, moradia e dinheiro desaparecem. Em contrapartida, houve o aumento da mendicância e os pequenos furtos aumentaram consideravelmente. A possibilidade de trabalho era, em sua grande maioria, impossibilitada em virtude do crescente preconceito que assolava o continente europeu, como mostra Moonen (2008, p. 32):

A criminalidade cigana aumenta sempre mais e são publicados editais que punem os ciganos apanhados em flagrante. Normalmente, não se trata de editais exclusivamente contra os ciganos, mas de um modo geral contra “pagãos” (isto é: ciganos) e outros vagabundos, vadios, mendigos, vigaristas e bandidos. Só mais tarde surgem editais que permitem punir os ciganos pelo simples fato de serem ciganos, mesmo sem terem cometido crime algum. As punições, no entanto, são pesadas: açoites em praça pública (quase sempre “até sangrar”), marcação em ferro quente (geralmente nas costas), cortes de partes do nariz ou das orelhas, para facilmente serem reconhecidos, tudo isto sempre perseguido pelo banimento perpétuo

da cidade e da província. Em casos de reincidência, a pena de morte, principalmente para os homens, através do enforcamento ou decapitação. As mulheres em geral escapam da pena capital e são apenas banidas, junto com os seus filhos, para evitar que as autoridades tivessem que sustentar depois a quase numerosa prole cigana .

O crescente quadro de perseguições por parte dos governos europeus contra os ciganos tornou-se extremamente cruel e mobilizava “[...] às vezes verdadeiros exércitos, pelo menos para os padrões da época” (Ibid., 2007, p. 33). Com a consolidação das Nações-Estado, praticamente todos os países lançam leis e decretos contra as populações ciganas. Contudo, o surgimento das leis discriminatórias surgem, com efeito, nas três primeiras décadas do século XX. Práticas como a coleta das impressões digitais como criminosos, a sedentarização e trabalhos forçados “[...] não podem ser explicadas sem nos referirmos ao clima que desencadeou dois conflitos mundiais” (MARTINEZ, 1989, p. 35).

No século XIX, Gustave Flaubert escreve uma carta destinada a George Sand em que relata as suas observações sobre a relação dos ciganos com a sociedade e busca compreender o motivo de tanto ódio:

Fiquei fascinado, faz oito dias, diante de um acampamento de boêmios que se haviam estabelecido em Ruan. É a terceira vez que os vejo, e sempre com o mesmo agrado. É impressionante como excitavam o ódio dos burgueses, ainda que sejam inofensivos como cordeiros (...) Esse ódio é devido a algo muito profundo é muito complexo. Encontra-se em todas as pessoas ordeiras. É o ódio que se sente pelo beduíno, pelo herege, pelo filósofo, pelo solitário, pelo poeta, e há medo nesse ódio. A mim, que estou sempre a favor das minorias, isto me exaspera (FLAUBERT apud PEREIRA, 1986, p.21).

A perseguição aos ciganos foi praticamente idêntica em todos os países europeus. Na Península Ibérica, a situação dos ciganos passou pelo mesmo processo. A partir do século XV, vindos da França, eles são descritos em diversos documentos como peregrinos e percorriam a Espanha livremente

através dos Salvo-condutos, sendo, conseqüentemente, bem recebidos. As medidas legislativas anticiganas nestes países não tardaram.

Na Espanha, estas previam principalmente a integração forçada das comunidades ciganas à sociedade através da eliminação das diferenças culturais, como vestuário, língua e nome, como também a sedentarização forçada. “O vestuário, o modo de vida e a língua são proibidos; todos os ciganos devem fixar residência dentro de noventa dias; o nome ‘ cigano’ é proibido e deve ser tirado dos documentos; punição para os reincidentes: a morte” (MOONEN, 2008, p. 37). A Coroa espanhola teve apoio incondicional da Igreja católica para este intento que previa também a expulsão do território espanhol. Houve quem propusesse em deportar os ciganos para as colônias na América, mas tal proposta foi rejeitada, apesar de existirem indícios que houve deportações para a África. Em 1570, proibiu-se a entrada e permanência de ciganos na América espanhola.

Acredita-se que os ciganos teriam entrado em território português na segunda metade do século XV. Tanto na literatura espanhola quanto na portuguesa, os escritores da época narram histórias e personagens ciganos.

O Cancioneiro Geral de Garcia Resende (1510) representa a primeira referência documental sobre a presença cigana em solo lusitano. Em 1521, Gil Vicente publica a Farsa das Ciganas; nesta obra o autor “[...] caracterizava os ciganos por meio do ‘caráter pedinchão de suas mulheres’, as quais liam a Buena-dicha em troca de dinheiro e se mostravam muito supersticiosas” (PEREIRA, 1986, p.21). Escrita em espanhol, a peça é composta por ciganos andaluzes em viagem. Quatro ciganas, que se dizem cristãs, realizam a buenaventura em um círculo de cortesãos. Elas se propõem a ensinar feitiços (o que hoje compreenderia o termo simpatia) às damas lusitanas, enquanto que os quatro ciganos são hábeis comerciantes de cavalos. Um dos temas centrais do enredo consiste na expulsão dos ciganos na Europa e os acordos políticos ocorridos em Madri envolvendo os interesses da nobreza. Estas questões, segundo críticos literários, são representadas pelos cânticos das ciganas, uma espécie de narrativa dos acontecimentos, enquanto que os

ciganos representariam os homens políticos responsáveis por todas as articulações deste período.

É também neste período que “[...] que começa a surgir as primeiras queixas populares contra este povo nômade (CORTESÃO, 2005, p. 17). Quanto aos documentos oficiais, o alvará de 13 de Março de 1526, do reinado de D. João III constitui no mais antigo sobre a presença dos ciganos em Portugal. Nele, a entrada destes grupos em solo lusitano é proibida enquanto que os que já se encontravam no país deveriam ser expulsos. Várias foram as tentativas de exclusão deste povo pelo governo português, fato confirmado pelas sucessivas legislações produzidas pelos diversos governos portugueses ao longo dos séculos. “[...] todas as soluções foram tentadas pelo estado para se ver livre da gente cigana, até a condenação à morte” (COSTA apud CORTESÃO, 2005, p. 17).

A título de exemplo, citaremos algumas legislações anticiganas consideradas significativas pelos autores utilizados no levantamento bibliográfico desta dissertação. Em 1538, Dom João III reforça a proibição relativa a entrada de ciganos em Portugal “[...] Vendo eu o prejuízo que se segue de virem a meus reinos e senhorios ciganos, e neles andarem vagando pelos furtos e outros malefícios que cometem e fazem em muito dano nos moradores” (MOONEN, 2008, p. 37).

No mesmo documento, encontram-se as penas que devem ser imputadas a quem infringir a proibição – além da prisão, açoite público e a consequente expulsão, como também as sanções para aqueles que insistirem em regressar para Portugal. Além dos castigos físicos, o cigano que insistir “[...] perderá tudo que tiver e lhe for achado: a metade para quem o acusar, e a outra metade para a Misericórdia do lugar onde foi preso” (MOONEN, 2008, p.37.). Uma nova legislação anticigana é promulgada em 1557 que reforça a entrada dos ciganos em Portugal, as penas já previstas acrescentando a condenação dos homens ciganos às galés.

Com o reinado de D. Sebastião I, há uma renovação da política de expulsão dos ciganos, onde se estabelece um prazo de trinta dias para a saída destes, e

[...] acabados os ditos trinta dias qualquer cigano que for achado nos ditos meus reinos por esse mesmo feito será logo preso e açoitado publicamente no lugar onde for achado e degradado para sempre, para as galés posto que tenha provisão do dito senhor Rei meu avô ou minha para poder estar ou andar nestes reinos( COELHO apud MOONEN,2008, p. 37).

No reinado de Filipe I, houve um agravamento desta perseguição traduzida pela lei de 28 de Agosto de 1592. Sob pena de serem condenados à morte, os ciganos tinham um prazo de quatro meses para abandonarem o reino. Estes alvarás, contudo, tornaram-se na prática infrutíferos. Os ciganos continuavam a circular pelo país, fato comprovado, por um documento da Câmara Municipal de Elvas (1597) que relata também muitos roubos eram cometidos por portugueses e eram atribuídos aos ciganos

[...] foi acordado que convinha ao bem publico e quietaçã desta cidade nã se comsentirem nella os siganos que os dias passados se vierã avisinar com precatório do corregedor do crime da Sidade de Lisboa, por quanto desde dito tempo pera ca se tinha feito muitos furtos de bestas e outras coizas e amdava a gente da sidade tã escandalizada que se temia hum mutim contra eles; posto que as testemunhas nã sabem expesificamente quais dos ditos siganos o fizesse; e além disso por esta cidade ser de gemte belicosa e da raia e acim de comtino acomtesem muitos crimes de diversas maneiras, os quais se emcobrem dibaicho desta capa de diserem que os fiserã os siganos pelo que determinará que fossem notificados que dentro em três dias se saicem desta sidade (COELHO apud MOONEN,2008, p. 38).

Outra ordenação, de 1603, no então governo de Felipe II reforça a proibição contra a entrada de ciganos e Portugal. Com o titulo “Que não entrem no Reino Ciganos, Armenios, Arabios, Persas, nem Mouriscos de Granada”, esta lei previa pena de açoites e posterior expulsão independente de que algum crime tenha sido cometido ou não. Esta punição extendia-se para os portugueses que andavam com os ciganos e com os demais grupos mencionados na ordenação. Além disso, previa-se o degredo de dois anos para a África.

Em 1613, Dom Filipe II edita um novo alvará, pois as leis anteriores contra os ciganos não estavam sendo cumpridas. Nesta, o rei

[...] solicita que suas ordens sejam rigorosamente cumpridas, e aumenta as penas para os ciganos: se presos pela primeira vez, açoites e três anos de galés; na segunda vez, açoites e seis anos de galés; na terceira vez, açoites e dez anos de galés. O número de açoites aparentemente ficava a critério dos juizes que darão aos ciganos tempo conveniente (que não passará de um mês) para que saiam do Reino (MOONEN,2008. p. 38)

Mais uma vez, o novo alvará pouco funcionou para conter os ciganos em Portugal. Segundo as autoridades da época, eles vagavam em quadrilhas contribuindo para a desordem das localidades lusitanas por onde passavam. O monarca exige a execução das penas, mas nada parecia conter a “praga cigana”.

Esta questão nos chama a atenção. É importante salientar que a questão geográfica influenciava decisivamente qualquer tentativa de expulsão destas populações ciganas. Portugal possui limite terrestre com um único país, a Espanha, que também adotava duras políticas anticiganas. O governo português, dessa forma, não tinha com expulsar os ciganos para os demais países europeus e estes não conseguiam estabelecer rotas de fuga. Acredita-se, portanto, que o alvará de 1649 que ordena a deportação dos ciganos para as colônias ultramarinas seja uma resposta a esta conclusão. O próprio rei reconhece o insucesso das leis anteriores.

Portugal, além das políticas anticiganas comuns aos outros países, foi o “[...] primeiro e único país a recorrer à deportação para as colônias ultramarinas como método novo de expulsão” (FRASER, 1997, p. 165). De acordo com os ciganólogos, não há documentos que comprovem que os demais países europeus detentores de colônias ultramarinas em solo americano adotaram a prática do degredo. Países como a Inglaterra e a Holanda não apresentam registros deste tipo, enquanto a França, em 1802, ordenou a deportação de ciganos provenientes dos Pirineus, contudo tal medida foi abortada em virtude da guerra contra a Inglaterra (CHINA, 1936, p. 04).

Esta questão deveu-se por alguns fatores: em um primeiro momento, a coroa portuguesa, já no final do século XV, proibiu a entrada de ciganos no país e ordena a expulsão daqueles que já se encontravam no país com duras penas previstas para os reincidentes, tais como prisão, açoite em espaço público, perda dos bens (sendo que metade destes seria de quem os acusou e a outra metade para a Igreja Católica) e uma nova expulsão. Em 1557, a pena às galés é acrescentada. Em um segundo momento, buscou-se a sedentarização forçada onde os ciganos deveriam se fixar em bairros apartados e vestidos ao modo português.

Segundo diversos registros, Portugal evitou ao máximo aplicar a pena de morte, sempre optando pelo banimento. Houve a solução de dois problemas: o primeiro seria eliminar a população cigana existente na coroa portuguesa que aumentou consideravelmente com a vinda de muitos ciganos do território espanhol em decorrência das políticas de assimilação e extermínio adotadas. Em segundo, a carência de mão-de-obra nas colônias ultramarinas impulsionou esta política pelo governo português. Sobre isso, Simões (2007, p. 636) alerta que

[...] aproveitando as expansões marítimas, iniciou um processo de deportação os infligindo a pena de trabalharem nas galeras onde, antes de partir, eram submetidos ao corte de pedaço de uma de suas orelhas, denunciando assim por onde passassem, sua condição miserável de “degredados perigosos” e “marginais”. Foi com esse estigma, que marcaria para sempre suas vidas, que este povo aportou nas Américas.

## 1.1 Degredados, meirinhos e vadios: Os ciganos no Brasil

Cigano: Se eu me perder, perder-te-ás comigo.  
Tomé: Sou um homem estabelecido, tu é um cigano. Acusadores para ti aparecerão aos centos, e, para mim, nem um!  
Martins Pena –O cigano

Com base nas fontes históricas conhecidas, até o presente momento, os estudos históricos e demográficos sobre as comunidades ciganas no Brasil representam um trabalho árduo. Entre os séculos XVI e XVII as informações disponíveis, até agora, são muito limitadas, “embora sejam conhecidos documentos relativos às políticas anticiganas portuguesas” (TEIXEIRA, 2007, p. 27).

Como anteriormente relatado, os primeiros ciganos foram deportados de Portugal para o território brasileiro. Tal prática era frequente até o final do século XVII, sendo extinta em 1822. A supressão do degredo, na verdade, representou o fim da legalização desta prática, pois a partir desta data o Brasil adquire sua independência política de Portugal. Em sua obra *Os ciganos de Portugal*, Adolpho Coelho descreve que a deportação deste período deveu-se a uma entrada maciça de ciganos provenientes de Castela que penetraram nas fronteiras portuguesas. As Ordenações Filipinas<sup>10</sup> (1603) já determinavam a deportação para a África, contudo Dom Pedro II<sup>11</sup>, em 1686, determinou que os ciganos fossem enviados para o Brasil, mais precisamente para o Maranhão. Existem uma provisão e um decreto que comutam o degredo da África para esta capitania. A primeira é assim descrita:

[...] E quanto aos que já são naturaes, filhos e netos de Portuguezes (porém com habito, gênero e vida de siganos), os obrigareis a tomarem domicilio serto, donde não poderão sahir nem mudar sem minha especial licença, nem possam andar vagabundos em quadrilhas pelo Reyno e em aquelles que encontrarem a Ley sobre eles estabelecida a fareis executar na forma que nella se contem, com declaração que a dita Ley dá para Africa seyão para o Maranhão (CHINA, 1936, p. 05).

No decreto lê-se o seguinte trecho:

[...] Tendo resoluto que os ciganos e ciganas se pratique a lei, assim nesta corte, como nas mais terras do Reino, com declaração que os anos que a mesma lei lhes impõe para África, sejam para o Maranhão, e que os Ministros que assim não executarem, lhes seja dado em culpa para serem

---

<sup>10</sup> As Ordenações Filipinas também conhecidas por Código Filipino resultam da reforma realizada sobre o código manuelino, sendo realizadas por Filipe II durante o domínio castelhano. Com o fim da União Ibérica, o código filipino continuou vigente em Portugal no reinado de D. João IV. Estas ordenações vigoraram tanto em Portugal quanto no Brasil. É importante frisar que estes códigos foram responsáveis pelo estabelecimento de estatutos de pureza de sangue em Portugal “ limitando o acesso a cargos públicos, eclesiásticos e a títulos honoríficos aos chamados cristãos velhos [ famílias que já seriam católicas há pelo menos quatro gerações] remontam as Ordenações Afonsinas [1446-1447], atingindo os descendentes de mouros e judeus. As Ordenações Manuelinas [1514-1521] estenderiam as restrições também aos descendentes de ciganos e indígenas. As Ordenações Filipinas [1603-] acrescentariam à lista os negros e mulatos” (MATTOS, 2009, p. 355).

<sup>11</sup> Pedro II de Portugal (1648-1706) foi de rei de Portugal a partir de 1683 sucedendo seu irmão Afonso VI.

castigados, conforme o dolo e omissão que sobre este particular tiverem ( COEHO apud PIERONI, 2006, p. 111).

O documento indica que os degredados eram enviados somente para as colônias africanas. A decisão da Coroa Portuguesa pela capitania do Maranhão revela uma preocupação em se “ocupar extensas áreas dos setores nordestinos, então ainda ocupadas por índios. Ainda que perigosos, preferia-se os ciganos aos índios” (TEIXEIRA, 2007, p. 29). Portanto, a Metrópole não apenas bania suas “gentes inúteis” para a África e para o Brasil: o degredo representava para a Coroa a possibilidade de “[...] livrar-se de seu contingente populacional, considerado inútil e perigoso e, ao mesmo tempo, ofereceu a possibilidade de purificar a alma dos culpados[...] Neste prisma o degredo funcionou como um nítido rito de purificação (PIERONI, 2006, p. 113-114).

É interessante observarmos que o banimento não representava que o condenado fosse um criminoso no sentido que conhecemos atualmente. Simples ofensas, por exemplo, poderiam levar uma pessoa considerada de boa reputação ser punida com a deportação. A população de degredados era composta por indivíduos das camadas mais humildes da sociedade portuguesa. Condenados por tribunais civis ou pela Inquisição, seus crimes possuíam naturezas diversas.

A adaptação na colônia era extremamente adversa, principalmente para os degredados provenientes dos processos inquisitoriais e de grupos sociais marginalizados, tais como os ciganos e os cristãos-novos. Frequentemente, associam-se as mazelas políticas e sociais do nosso país a uma formação construída por uma massa de indesejáveis, a escória de Portugal. Esta visão carregada de determinismo desconsidera que o conceito de crime e de delito é diferente ao da contemporaneidade, isto é, muitos condenados naquele período

[...] seriam considerados inocentes no campo da liberdade de expressão, de escolher sua religião ou de viver sua sexualidade. Os legisladores portugueses puniam com a prisão, degredo, açoite e, às vezes, com a morte não somente os crimes como nós os definimos hoje, mas também os pecados, os maus costumes, as imoralidades, certas opiniões e pensamentos (PIERONI, 2006, p. 71)

As ordenações em vigor neste período previam condenações para os mais diversos delitos. “Eram tão rígidas que o menor desvio do terreno da ortodoxia religiosa e moral conduziam os acusados diante de tribunais seculares, eclesiásticos e inquisitoriais” (PIERONI, 2006, p. 70). Dessa forma, o banimento não implica que o réu fosse um criminoso de acordo com a ótica moderna. Ofensas e simples delitos poderiam ser motivos satisfatórios para o banimento.

Ao analisarmos o Livro V das Ordenações Filipinas, depositadas no Arquivo Nacional da torre do Tombo, encontramos nada menos que 256 delitos enumerados cuja pena era o degredo. Vários títulos poderiam ser aplicados para os ciganos, tais como heresia e apostasia (Título I), feitiçaria (Título III) furto (Título LX) e vadiagem (Título LXVIII). Apenas o Título LXIX trata especificamente dos ciganos. Intitulado *Que não entrem no Reino Ciganos, Armênios, Arábios, Persas, nem Mouriscos de Granada*, o texto é redigido da seguinte maneira:

Mandamos, que os Ciganos, assi homens, como mulheres, nem outras pessoas, de qualquer Nação que sejam, que com eles andarem, não entrem em nossos Reinos e Senhorios. E entrando, sejam presos e açoutados com baraço e pregão.

E feita nelles a dita execução, lhes seja assinado termo conveniente, em que saiam fora deles.

E não se saindo dentro do dito termo, ou tornando outra vez entrar nelles, sejam outar vez açoutados, e percão o móvel que tiverem, e lhes fôr achado, ametade para quem os acusar, e a outra para a Misericórdia do lugar, onde forem presos; e sendo algumas das ditas pessoas, que com os Ciganos andarem, naturaes destes reinos, não serão lançados deles, mas serão além das sobreditas penas degradados dous anos para África.

[...]E sendo achadas em nossos Reinos pessoas, que nos trajos, lingoa e modo pareção Armenios, Gregos, Arabios, Persas, ou de outras nações sujeitas ao Turco, sejam presos, até constar de suas pessoas . e da causa de sua vinda, e negocio, que vem tratar, e per quanto tempo.

E os julgadores, cada hum em sua jurisdição, per suas cartas e autos, que disso farão, nol-o farão logo saber, para mandarmos ver os ditos autos; e constando deles tanto, que baste para não serem havidos por espias e vadios, lhes será limitado tempo conveniente para sua stada nestes reinos, conforme ao que constar do negocio: passado o qual tempo sendo nelles mais achados), serão presos, e degradados para Galés pelo tempo, que houvermos por bem.

E mostrando os ditos estrangeiros Breves, ou Bullas do Santo padre, para pedirem esmolos, ou para publicarem Indulgencias, as Justiças nol-as enviarão, para as mandarmos apresentar aos Prelados, a que vierem dirigidas, para examinarem, se são verdadeiras, e a

informação, com que forão impetradas, e se vem nellas cousas, que seja justo rescrever a sua Sanctidade sobre a declaração delas [...].

Registros datados de 1574 e localizados nos fundos e coleções do Arquivo Nacional da Torre do Tombo relatam a deportação de um cigano chamado João de Torres com sua mulher Angelina e filhos para o Brasil. Inicialmente, João

[...] foi condenado às galés e Angeliana deveria deixar o país dentro de dez dias. Alegando, no entanto, que “era fraco e quebrado, e não era para servir em coisa de mar e muito pobre, que não tinha nada de seu” João pediu para poder sair do Reino, ou então que pudesse ir para o Brasil para sempre. O pedido foi deferido e a pena foi mudada para cinco anos para o Brasil, onde levará sua mulher e filhos (MOONEN, 2008, p. 125).

Por causa deste documento, João de Torres é considerado o primeiro cigano a entrar no Brasil. Nada mais se sabe sobre ele e sua família. Acredita-se que tenha pago um bom suborno, pois a reversão de sua pena ocorreu em poucos dias. Não se sabe o número de filhos que acompanhou, nem mesmo se embarcou ou “[...]se chegou ao seu destino, nem aonde desembarcou, nem quanto tempo ficou no Brasil, nem se sabe sobre o destino deste e de sua família” (TEIXEIRA, 2006, p. 28). Também é possível que outros ciganos tenham chegado antes dele.

Geraldo Pieroni menciona registros na Torre do Tombo sobre a primeira visitação do Santo Ofício na Bahia, onde é possível encontrar o relato de algumas ciganas degredadas de Portugal e que viviam no Brasil. Uma delas, Violante Fernandes, que era

[...] viúva de um cigano degredado por furto de burros; Maria Fernandes e Apolônia Bustamante – pareciam irritadíssimas com as abundantes chuvas que caíam incessantemente naquele período, Usando palavras indecorosas contra Deus todos os incômodos das chuvas. Blasfemaram dizendo que Deus urinava sobre elas.

Uma outra cigana, Inez Mendes de Andrade, natural da Bahia de Todos os Santos e moradora no Porto dos Calvos, bispado de Pernambuco, era filha dos ciganos Francisco Andrade e de Isabel da Mota. Casada na capela de Santa Catarina da freguesia de Cotegipe na Bahia, após 10 meses de vida marital, ausentou-se para Pernambuco e casou-se novamente com Simão de Araújo na igreja da Moribeca, fazendo-se apregoar por solteira. Para realizar seu segundo matrimônio ela forjou testemunhas e declarações ao pároco, porém “sendo tudo falso”. Presa e levada para os cárceres de Lisboa, confessou que, quando se casou pela primeira vez, tinha apenas 12 anos completos e que “nunca o dito marido pôde consumir com ela o matrimônio” e que ela havia pedido anulação do casamento, mas

não esperara a sentença definitiva do juiz eclesiástico. Do segundo casamento teve três filhos e trouxera a Lisboa um deles “por ser ainda de leite”. Inez Mendes Andrade saiu no auto-da-fé do dia 10 de abril de 1691 e foi condenada ao degredo para a Bahia aonde nunca chegou. Ficou no cárcere do Limoeiro ainda sete meses. Não sabemos exatamente o que se passou lá, mas a nossa baiana de 22 anos, acompanhada do filho recém-nascido, a qual” confessou logo, tanto que a primeira vez veio à Mesa”, não suportou a longa espera. No dia 7 de Novembro de 1691, o carcereiro da prisão informou que “os senhores inquisidores me mandam fizesse aqui declaração de como Inez Andrade falecera no Limoeiro desta cidade onde estava presa para ir cumprir degredo(PIERONI, 2006, p.113).

Entre os anos de 1685 e 1686, a deportação de ciganos para o Brasil realmente ocorreu de modo efetivo. As regiões do Maranhão, Pernambuco e Bahia foram as que, primeiramente, receberam o maior fluxo de ciganos. O degredo seria para os ciganos espanhóis que entrassem em Portugal, e o Maranhão, a princípio, foi o primeiro destino. Ao mesmo tempo, os ciganos portugueses eram submetidos a uma política de assimilação pela coroa (CORTESÃO,2005, p. 17).

Os governos localizados nestas capitanias estabeleceram sanções e normas, entre as quais, a proibição do uso da língua e de gírias e que esta não fosse transmitida para seus filhos com a intenção de que deixassem de ser faladas. De acordo com Teixeira (2006) ainda não se descobriu qualquer documento que forneça a quantidade de ciganos deportados para o Brasil e nem para quais capitanias foram enviados. Ainda de acordo com este autor, ele menciona o ano de 1718 como outro marco para a política portuguesa de deportação para os ciganos onde João V ordenou a deportação de uma comunidade cigana composta de cinquenta homens, quarenta e uma mulheres e quarenta e três crianças que se encontravam aprisionados na prisão municipal do Limoeiro. A deportação deste grupo foi cuidadosamente planejada

[...] servindo como um ato de Estado. A justiça do início do período moderno era praticada de uma forma deliberadamente cerimonial. Oficiais publicizavam o evento antes de anunciamentos boca a boca ou públicos. Nesse caso o embarque do navio brasileiro, que sempre atraía grandes multidões, forneceu o palco. A visão dos ciganos partindo acorrentados demonstrava para os espectadores o esforço da coroa pelo controle social. Isso e a publicação dos banimentos subsequentes assinalavam, sem dúvida, que assimilação não era mais uma opção dos ciganos para escapar de seu status criminoso (DONOVAN apud TEIXEIRA, 2006, p.29).

No mesmo ano ocorre o embarque de ciganos para a capitania de Pernambuco. Parte deste contingente deveria ser enviado para o Ceará e o restante, Angola. De acordo com a comunicação expedida, todo cuidado era pouco para este grupo não se fixasse nesta região. Aos governadores do Ceará e de Angola recomendou-se também que evitassem o retorno destes degradados para Portugal e a proibição da “geringonça” (que era o termo pejorativo que os portugueses se referiam à língua Caló).

Entretanto, muitos ciganos permaneceram em Pernambuco. Segundo Mello Moraes Filho, as provisões de 15 de Abril de 1718, 23 de Agosto de 1724, 29 de Maio de 1726 e de 29 de Julho de 1740 determinavam que os ciganos degradados em Pernambuco adotassem um novo modo de vida, correndo o risco de novo degredo caso não acatassem: “Se os ciganos e outros malfeitores, degradados do reino para Pernambuco não adotarem nesta capitania algum modo de vida estável e continuarem a cometer crimes, serão novamente degradados dela para Angola” (MELLO MORAES FILHO, 1981, p. 26). Diante do avultado número de ciganos, a Câmara de Olinda em 1723 representa contra eles. No documento elaborado para o Rei salienta-se que os ciganos cometiam

[...]toda a sorte de crimes, principalmente de furtos e assassinatos, e em tal escala, que não se podia mais tolerá-los concluindo que S. Majestade houvesse de os mandar para o Ceará, onde poderiam prestar algum serviço na conquista do gentio bravio, e ficar assim o povo com algum sossêgo (PEREIRA DA COSTA apud MOONEN, 2008, p. 126).

A Carta Régia de 11 de Abril de 1718 determina o degredo de ciganos para “[...] a praça da cidade da Bahia, ordenando-se ao governador que ponha cobro e cuidado na proibição do uso de sua língua e gíria, não permitindo que se ensine a seus filhos, a fim de obter-se a sua Extincção” (CHINA, 1936, p. 08). Curiosamente, encontramos menção a este documento na seção “Ephemerides” do periódico capixaba “ O Horizonte” : “[...]1718- Os ciganos do reino são degradados para a Bahia: sendo-lhes proibido ensinarem aos filhos a sua lingua e gíria” ( O Horizonte,12 de Abril de 1883).

Em 31 de Julho do mesmo ano, as primeiras famílias chegam a Salvador onde a câmara destina o bairro da Mouraria, Freguesia de Sant'Anna para que se fixassem. Mas, diante da “[...] procriação da ciganada, foi-lhe designado também o bairro de Santo Antonio d’além do Carmo” (CHINA, 1938, p.08). Através das fontes históricas, sabe-se que Salvador tornou-se um polo de crescimento econômico e demográfico da comunidade cigana aí estabelecida. “A primeira capital colonial brasileira tornou-se também a mais importante cidade para os ciganos no Brasil” (TEIXEIRA, 2006, p.31).

No início do século XVIII, acredita-se que tenha ocorrido a “[...] grande disseminação dos bandos nômades pelas vastas terras interiores do Brasil” (CHINA, 1936, p.12). Em São Paulo, atas da Câmara Municipal de São Paulo registram a presença de ciganos nesta capitania nos anos de 1726,1760 e 1768. Em Minas Gerais, acredita-se que a penetração destes nesta capitania ocorreu através do vale do São Francisco, “[...] pela extensão e características físicas do território, ainda que Minas dispusesse de inúmeras estradas e caminhos, eram os vales fluviais que cumpriam a função de ser a principal forma de adentra o sertão” (TEIXEIRA,2006, p. 32).Acredita-se que este deslocamento deveu-se pela descoberta do ouro em Minas Gerais.

Com a fixação dos ciganos em território mineiro, as fontes locais estabelecem a relação dos furtos na região com a presença deste indesejado grupo. Associam - se os ciganos com a bandidagem local sem que este fato seja efetivamente comprovado. Um documento de Vila Rica ,em 1723, afirma que o descuido da Marinha permitiu que várias famílias de ciganos viessem para Minas, ordenando a prisão e o seu envio para o Rio de Janeiro, onde seriam deportados para Angola. Descritos pelo documento como “ladrões salteadores”, os ciganos também representavam uma ameaça a qualquer pessoa que mantivessem relações sociais com eles ou lhes oferecesse proteção de qualquer espécie, sob a ameaça de serem

[...]presos e degredados para Angola todos aqueles que se encontrarem em sua companhia ou lhes hospedarem em suas casas ou fazendas. Além disso, qualquer cidadão podia prender ciganos e entrega-los na cadeia mais próxima, podendo a pessoa torna-lhes todos os bens, ouro, roupas ou cavalos (MOONEN, 2008, p.126).

Em São Paulo, temos registros de ciganos em 1726 sendo acusados de perturbações e envolvimento com jogos. Abandonaram a cidade em menos de vinte e quatro horas com o risco de serem presos. Em 1760, os vereadores determinam a expulsão de um grupo que haviam sido expulsos de Minas Gerais e já estavam causando problemas à população. Os autores Rodrigo Teixeira e Frans Moonen relatam que esta prática de “mantenho-os em movimento” não era novidade. Adotadas pelos países europeus, esta conduta encontrou terreno fértil em solo brasileiro onde

[...] Minas Gerais expulsa seus ciganos para São Paulo, que os expulsa para o Rio de Janeiro, que os expulsa para o Espírito Santo, que os expulsa para a Bahia, de onde são expulsos para Minas Gerais, e assim por diante. Ou seja, o melhor lugar para os ciganos sempre é no bairro, no município ou no estado vizinho; ou então no país vizinho ou num país bem distante (TEIXEIRA, 2006, p. 34).

Na análise das fontes para esta dissertação, não foi possível encontrarmos registros da presença cigana no século XVIII no Espírito Santo. Nos títulos depositados na Hemeroteca Digital Brasileira, não há impressos capixabas deste período. Como veremos no próximo capítulo a imprensa se desenvolve efetivamente no Espírito Santo “[...] 32 anos depois da criação da *Imprensa Régia* e da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808” (MARTINUZZO, 2008, p.18).

Sabe-se que a deportação de ciganos para o Brasil ocorreu até o fim do século XVIII. Entre 1780 a 1786, a Secretaria de Estado da Marinha e assuntos Ultramarinos enviou para o Brasil aproximadamente quatrocentos ciganos por ano. Com a vinda da Corte portuguesa em 1808 para o Rio de Janeiro, os ciganos atingiram “[...] momentos radicalmente extremos em sua economia e em seu status social” (TEIXEIRA, 2007, p.38). Desde o início do século XVIII, os ciganos já estão presentes nesta cidade. Ocuparam primeiramente uma área de brejos denominada Campo de Sant’Anna, conhecido também por Campo dos Ciganos “[...] que pela dificuldade de edificar e pela insalubridade, eram terrenos desvalorizados” ( TEIXEIRA, 2007, p.38) Mais tarde, passou a ser chamada de largo do Rossio, a atual Praça Tiradentes. Durante o Oitocentos, esta região concentrou a população cigana do Rio de Janeiro que

passou a ser denominada a “capital da ciganada”. Os bairros do Valongo e do Catumbi também constituíram em áreas de alta concentração de ciganos no Rio de Janeiro a partir de 1830.

Possuíam, agora, uma nova condição: de desterrados, os ciganos pertenciam à comitiva real, o que lhes conferia uma posição de destaque na sociedade. É válido ressaltar que a vinda da Corte de Dom João VI representou uma profunda alteração de todo panorama brasileiro.

O estado Brasil nessa época era todo especial, a família real portuguesa traslada-se para a colônia, alterando a fisionomia do passado.

Acontecimentos notáveis se sucedem, o país atravessa nova fase na sua organização política, administração e econômica.

[...] À chegada da corte real portuguesa, o Rio de Janeiro era a capital de uma colônia, que a sua metrópole considerava como uma feitoria.

O comércio e toda a espécie de indústria lhe eram vedados; trabalhava na agricultura e nas minas, para mandar o produto do seu trabalho a seus dominadores da Europa (MELLO MORAES FILHO, 1981, p.27).

Juntamente com a Corte, vieram grupos de ciganos que tinham como ocupação profissional o entretenimento da nobreza- eram artistas e saltimbancos que eram muito valorizados nos eventos realizados pela Corte. Foi a primeira vez que eles entraram em solo brasileiro sem serem degradados. Este período constituiu a época de melhor aceitação dos ciganos, ao que tudo indica, pelo menos na cidade do Rio de Janeiro. Muitos ciganos enriqueceram e ascenderam socialmente. O comércio sempre representou a principal atividade econômica desta minoria e, neste período, destacava-se o de cavalos e mulas, mas foi no de escravos que os ciganos obtiveram maiores ganhos. “Embora não tenham deixado de negociar suas mercadorias tradicionais, o comércio de cativos transformou, sensivelmente, o papel dos ciganos na sociedade e na economia, sobretudo nas primeiras décadas do oitocentos” (TEIXEIRA, 2007,p.83). Esta questão ainda é extremamente polêmica para os ciganólogos, isto porque muitos ainda defendem uma imagem romantizada do cigano e consideram aviltante que este tenha participado do processo escravagista em nosso país e negam veementemente este fato. Contudo, com base em nosso levantamento bibliográfico e nas fontes

que serão utilizadas em nossa pesquisa, concluímos que os ciganos participaram desta atividade comercial e obtiveram elevados ganhos com ela.



Figura 4: Residência de ciganos de Jean Baptiste Debret

Fonte: <http://thegypsyhistory.blogspot.com.br>

No início do século XIX a maior concentração de

[...] ciganos sedentários no Brasil viviam localizados estrategicamente nas cidades de Salvador, Bahia, e no Rio de Janeiro. Nessas duas cidades portuárias, estabeleceram-se, sobretudo, ao redor do mercado de escravos, passando a ocupar áreas importantes do centro (MELO, 2009, p.82).

Foi no mercado de escravos de segunda mão que os ciganos se destacaram nesta atividade econômica. Jean Baptiste Debret (1768-1848) em suas obras reproduziu este momento de apogeu dos ciganos no Rio de Janeiro. Em a “Residência dos ciganos” observam-se ciganos abastados e uma massa de escravos, fazendo alusão a um possível comércio. Trabalhando como intermediários, os ciganos lutavam com a concorrência acirrada de ex-arrieiros vindos de Minas Gerais e São Paulo e de mascates portugueses que migravam para este lucrativo comércio. “Além disso, muitos senhores de escravos não hesitavam em recorrer ao auxílio dos ciganos para recuperar um cativo fugido de seus plantéis. Afinal, os ciganos eram famosos pelas mais fortes simpatias e orações para “aparecer negro fugido” (GONÇALVES, 2006, p. 21).

Mello Moraes Filho (1981, p. 35) afirma que o bairro do Valongo, uns dos bairros preferidos pelos calons na capital, constituía no depósito dos navios

negreiros que aportavam na Corte. Segundo seu relato, era possível escutar o lamento dos negros nos armazéns onde se desprendiam

[...] dos salões infectos as exalações especiais à raça negra, ensurdecia aos gritos alternados dos escravos que dançavam ao estalo dos açoites, horripilava-se ao ruído de esqueletos humanos, que entrechocavam-se nos pulos choreiformes, baqueando tumultuários.

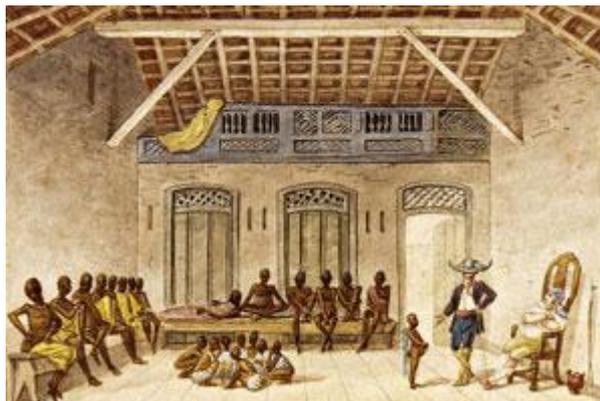


Figura 5: Mercado de escravos na Rua do Valongo de Jean Batiste Debret

Fonte: <http://revistapesquisa2.fapesp.br>

A Obra “Mercado de escravos na Rua do Valongo” de Debret também expõe o cotidiano dos ciganos e suas relações profundas com o comércio escravocrata. Alexandre Mello Moraes Filho observa que, apesar dos ciganos possuírem uma condição marginalizada, mesmo assim, aceitaram o papel de algoz dos negros vindos para o Brasil:

Os ciganos, como um povo banido, vilipendiado, aceitaram com prazer um comércio que aviltava mais ao senhor que comprava, do que à família, os filhos, os vencidos, escravizados com toda a sua prole, em roca de um fio de missangas, uma faca, um machado, uma bugiganga de teatro ou um trapo vermelho! (MELLO MORAES FILHO, 1981, p. 36).

Outras ocupações profissionais realizadas pelos ciganos merecem destaque, tais como comerciantes de tecidos, roupas, joias; comércio de cavalos e bestas; saltimbancos e circenses e quiromancia. Os ciganos também se destacaram na Corte na condição de meirinhos. Já os calons do bairro do Catumbi possuíam uma posição muito bem definida no sistema judiciário da cidade do Rio de Janeiro. Este ofício transformou-se em objeto de transmissão

hereditária. “Observando as árvores genealógicas do grupo, surpreende o fato de quase todos os seus membros ocuparem a função de oficial de justiça” (SOUZA e MARCO; MELLO,2006,p.29).A relação dos ciganos do Catumbi com o poder judiciário carioca nos remete a uma situação bastante singular, pois representa

[...] uma forma muito oportuna para apreendermos como um grupo pária conseguiu fugir do estatuto subalterno em que se encontrava nos mais diversos países e, sem dissociar-se completamente do seu grupo de origem e do conjunto de estereótipos que lhe é tradicionalmente atribuído, conquistar um estatuto operatório que lhe garantiu o estabelecimento de determinadas práticas socioeconômicas( VEIGA; SOUZA, 2009, p. 79).

Tanto a sua participação no sistema judiciário da época quanto ao comércio de escravos revela um importante referencial de sedentarização dos ciganos na sociedade carioca. O enriquecimento de muitas famílias criou visibilidade considerável, muitas destas haviam sido “[...]incluídas em decretos de banimento conseguiram até mesmo figurar nas listagens das fortunas cariocas e de agraciados com condecorações” (SOUZA e MELO;MELLO,2006,p. 30).

No final do século XIX, este prestígio entra em declínio. Os ciganos já não eram mais requisitos para a realização de espetáculos artísticos na Corte; o comércio de escravos entrava em decadência e muitas das ocupações profissionais realizadas por estes grupos enfrentavam dificuldades. Em virtude do nacionalismo e do projeto de modernização do país, surgido com a proclamação da República, qualquer grupo que destoasse destes ideais foi rechaçado. Apesar de não serem os únicos, as populações ciganas eram consideradas

[...]um obstáculo à implementação desse projeto modernizante, gerando fortes reações tanto por parte das autoridades quanto da população do período, fator que contribuiu muito o agravamento de um processo de isolamento destes ao longo das décadas e, sobretudo, para concretização de uma situação contemporânea de perceptível invisibilidade política, econômica, social e cultural dos ciganos no Brasil (BORGES, 2007, p. 07).

A criminalização do grupo persiste, mas sob outro prisma: eles são vistos “[...] como raça e grupo socialmente desclassificado” (TEIXEIRA, 2007, p. 13). No final do século XIX e início do século XX a repressão policial contra os ciganos

toma proporções alarmantes. Diligências policiais eram frequentemente noticiadas nos jornais e as consequentes prisões e mortes.

Rodrigo Teixeira afirma que no oitocentos a repressão contra os ciganos tornou-se mais acentuada frente a um crescente conceito de civilização e progresso:

O impulso que a política de construção de uma identidade nacional teve, a partir da Independência, gerou um cerceamento cada vez maior tanto dos deslocamentos quanto da própria identidade dos ciganos. Tal fato se deu pelo crescimento da importância da ideia de modernização e civilização dos costumes juntos às elites brasileiras, que pretenderam estabelecer um reordenamento físico das cidades, higienizar as vias públicas e excluir dos centros urbanos todos os indivíduos que não se adequem à nova ordem. Embora “civilização” e “progresso” fossem expressões fundamentais na cultura europeia desde os fins dos setecentos, no Brasil, foi no transcurso do século XIX que se almejavam tais metas, cada vez mais. Desse momento em diante, intensificou-se a repressão às populações marginalizadas, entre elas os ciganos. Eles tanto não se enquadravam na nova ordem como, também, segundo a sociedade acreditava, a ameaçavam. Assim, a segregação ou expulsão dos ciganos da cidade passa a integrar o projeto “civilizador” das autoridades imperiais (TEIXEIRA, 2007, p.16).

Somado a estes fatores, vemos a partir da segunda metade do século XIX, os efeitos da segunda da onda migratória em solo brasileiro. Até este momento, acredita-se que só existissem ciganos do grupo Calon, mas a partir das diversas imigrações que ocorreram da Europa, muitos Roms chegam no Brasil, vindos principalmente do leste Europeu. Eles vieram com a onda imigratória de italianos, alemães, gregos e russos, apesar da polícia portuária que vigorava na Primeira República impedir a entrada de ciganos. Segundo Moonen (2008, p. 135), identificar os ciganos nestas condições era uma tarefa árdua, pois “[...] no desembarque registrava-se apenas a nacionalidade do imigrante, e não a sua identidade étnica” (TEIXEIRA, 2007, p.16).

Muitas colocações apresentadas sobre os ciganos no Brasil não remetem a um padrão homogêneo em todo o território. Ao relatarmos a situação dos ciganos no Rio de Janeiro do século XIX, estamos nos valendo da bibliografia estudada que enfatiza questões sociais e modos de vida desta minoria na Corte. O que foi apresentado, portanto, não serve de modelo para os ciganos que ocuparam o Espírito Santo na baliza histórica proposta, mas uma referência, pois os

periódicos estudados utilizam o Rio de Janeiro como modelo para as mais diversas situações. O estudo regional dos ciganos possui representações próprias que ora vão de encontro com os referenciais teóricos utilizados, e em outros momentos, apresentam aspectos singulares. Tais apontamentos serão analisados nos próximos capítulos.

## Capítulo 2 Ciganos nos periódicos capixabas

Nossa pesquisa analisou notas, artigos, notícias e textos literários sobre os ciganos divulgados nos jornais Diário da Manhã (1908-1937), A Folha da Vitória (1883-1888), Jornal Oficial (1905-1907), O Constitucional (1885-1889), O Estandarte”(1868-1873),“O Horizonte”(1880-1885),“O Estado do Espírito Santo”(1890-1910) e o “ O Cachoeirano”(1877-1923) a fim de investigar a presença das populações ciganas no estado e os mecanismos que contribuíram para a constituição e permanência das representações desta minoria étnica.

A escolha dos impressos capixabas justifica-se pela relevância enquanto documento histórico na explicação do objeto de pesquisa proposto nesse trabalho, como também na apreensão dos discursos existentes na sociedade do período histórico referenciado. Segundo Nóvoa (2002), a imprensa representa um lugar ideal para apreender a multiplicidade do cotidiano sociocultural. Devido a sua periodicidade e preocupação com a informação, possibilita a socialização do indivíduo e apresenta as disposições éticas e estéticas que orientam o dia-a-dia de uma comunidade. Dessa forma, podemos dizer que a imprensa pode expressar os valores, direcionar e informar o indivíduo para um determinado sistema de organização social. A produção de informação pelos jornais apresenta-se de forma diferenciada, devido a uma linguagem simples e clara e um discurso permeado por diversos atores sociais.

O impresso, enquanto documento, é um instrumento de análise e crítica por parte do historiador. Para Le Goff (1997, p. 470), o documento

[...] não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Nessa pesquisa, portanto, o jornal é fonte à medida que analisamos textos que enunciam as representações sobre os ciganos em território capixaba. O impresso torna-se objeto cultural onde observamos os conceitos de apropriação, prática e representação. Tais categorias não se encontram

separadas no pensamento de Roger Chartier, mas intrinsicamente ligadas a fim de se analisar “[...] o ser-percebido que um indivíduo ou grupo constroem e propõem para si mesmos e para os outros” (CARVALHO, 2005, p.151). Sob esta perspectiva, entendemos que as representações tornam-se forças reguladoras da vida coletiva através da classificação e ordenação do mundo social. Segundo Roger Chartier, as representações atuam no mundo social de modo articulado em três modalidades:

[...] o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, e, por fim, significar simbolicamente um estatuto e posição e as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns representantes marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 1988, p. 24).

No caso específico dos jornais capixabas, entendemos que as práticas de escrita que emergiram no século XIX contribuíram para o surgimento de um grupo de intelectuais que utilizaram os impressos como instrumento de veiculação de informações que produziam saberes que disciplinavam e homogeneizavam visto que certos conhecimentos eram privilegiados em detrimento de outros.

Assim, a fim de desenvolvermos os objetivos propostos em nossa pesquisa, torna-se necessário analisarmos sucintamente a trajetória da imprensa brasileira, mais especificamente a do Espírito Santo.

O termo imprensa é oriundo da prensa móvel, método gráfico desenvolvido por Johannes Gutemberg no século XV. A partir de então, “[...] o processo de fabricação de livros e trabalhos impressos agilizou-se, provocando uma grande mudança na história da humanidade” (ROCHA, 2012, p. 45). No século XVII, este processo gráfico é utilizado para imprimir jornais com o intuito de noticiar acontecimentos locais. Rapidamente, autoridades e líderes políticos reconhecem a importância que os jornais possuem de influenciar a população e vários jornais surgem provenientes dos mais diversos grupos e partidos políticos. No século XIX, eles “[...] passam a ser o principal veículo para

comunicar e receber informações. A partir de então, incorporam as notícias locais, políticas e cotidianas, e também as nacionais e internacionais” (ROCHA,2012,p.45).

A “Gazeta do Rio de Janeiro” começa a circular em 10 de setembro de 1808, tornando-se o primeiro periódico a ser editado no Brasil. Este fato ocorreu quatro meses depois da inauguração da Imprensa Régia por Dom João VI. A introdução da imprensa no país não foi vista como um fato extraordinário, “[...] mas como algo ordinário e ligado ao cotidiano da burocracia imperial portuguesa” (BARBOSA, 201, p. 19). Alguns pesquisadores afirmam que o atraso em relação à implantação da impressão no Brasil em detrimento às colônias da América Espanhola deve-se ao fato das inúmeras sanções sofridas pela colônia antes de 1808. O nosso analfabetismo, portanto, teria raízes históricas. Estas proibições foram decisivas em impedir a circulação de impressos na colônia, porém não impediram

[...] a existência de tipografias clandestinas e a circulação de manuscritos com o sentido de fazer e proliferar opiniões. Portanto, razões de natureza material mais concretas exclusivamente não explicam o chamado atraso brasileiro em relação às outras colônias da América espanhola no que diz respeito à implantação da impressão (BARBOSA, 2010, p. 20).

Com a coroação de Dom Pedro II, o Brasil transforma-se em um “Império de Verdade”, onde os jornais possuem uma atuação singular que enfatiza a consolidação da unidade do país e o estabelecimento das bases do sistema representativo. No início do século XIX, portanto, assistimos a um florescimento da imprensa no Brasil de caráter nacionalista e anti-lusitano. Através dos tipógrafos, desenhistas e editores de jornais, a imprensa começa a dar passos mais firmes e busca atender as necessidades de seu público leitor que passa a ser visto como um mercado consumidor em potencial. Tanto as gazetas quanto os jornais utilizam as notícias internacionais compiladas de outros periódicos como mote para a divulgação de assuntos da atualidade. Esta situação, muito comum neste período, estabeleceu uma teia de textos que circulava entre estes impressos. Além desta fonte de notícias, devemos acrescentar que a oralidade era muito presente nos periódicos. Os fatos e as informações colhidos pelos jornais e que

[...] possivelmente interessariam ao público, das redes de boatos e conversas que chegam pelos navios, ou “por ouvir dizer”, “ por se falar”, “ por chegar aos nossos ouvidos”, entre de dezenas de outras expressões que dão conta da contaminação do mundo oral nas letras impressa (BARBOSA,2010, p. 23).

Uma questão relevante consiste no fato de que o jornal foi decisivo para a formação do público leitor no oitocentos sendo superior à influência dos livros que eram caros e de difícil manuseio. Eles indicavam status social, sendo destinados aos magistrados e ao clero. Segundo Marcos Morel:

Havia relação estreita dos livros com os jornais periódicos, até porque ambos podem ser definidos como imprensa, num sentido ampliado. Os jornais (também vendidos nas livrarias) custavam entre 40 e 80 réis o exemplar, de acordo com o número de páginas – o que os tornava mais acessíveis que os livros. E era comum, na época, impressos deste tipo transcreverem (e traduzirem ,quando era o caso) longos trechos de livros, tornando-se, assim, veículos de disseminação. O jornal realizava também divulgação ( e reinterpretação, com frequência) dos livros nos anos de 1820 e 1830, antes de se expandir a publicação de volumes em folhetins nos periódicos. Ou seja, quem não tinha acesso a tais livros, poderia eventualmente lê-los em extratos na imprensa periódica (MOREL, 2008, p. 37).

Os jornais atendiam as necessidades do leitor. Podiam ser lidos em qualquer local, através de uma leitura individual ou compartilhada, o que atendia aos leitores analfabetos. Assim, percebemos que o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu de modo aleatório e descontextualizado,

[...] não se deu numa espécie de vácuo cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se inseria [...] A circulação de palavras – faladas, manuscritas ou impressas – não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade MOREL, 2008, p. 25).

A partir dos anos de 1880, os periódicos são atingidos pela áurea de modernidade que inundava o Brasil, principalmente os do Rio de Janeiro. O aumento significativo de tipografias associado a uma série de melhorias dos jornais existentes, bem como o desenvolvimento dos Correios, da malha ferroviária e a instalação da primeira agência de notícias- a Havas permitem a ampliação do número de assinaturas dos impressos. A leitura torna-se uma prática comum nas cidades.

Nos últimos anos dos Novecentos, profundas transformações ocorrem na sociedade brasileira. Calcadas nos ideais de progresso, estas mudanças

utilizam as concepções europeias, principalmente as francesas como modelo para a construção de uma nova civilização. Os impressos deste período adotam uma postura de destaque como disseminadores desta modernização.

Referendando-se os discursos jurídico, político e médico-higienista, construídos para valorizar o novo e a inserção compulsória na civilização via uma ótica particular do progresso, o discurso da imprensa passa a valorizar o novo e a inserção compulsória na civilização via uma ótica particular do progresso, o discurso da imprensa passa a valorizar também os símbolos desses novos tempos. Para justificar a adequação dos grupos populares à nova face urbana da cidade, o que, na prática, significou a expulsão dos pobres do centro nobre em direção aos subúrbios distantes, entre diversas outras ações excludentes, a ideologia do progresso é frequentemente apregoada. A República pôs em prática um projeto político cujas ideias-chave eram o progresso e a disciplina e há a necessidade explícita de novos aliados para disseminar esse “bando de ideias novas”, como qualifica Silvio Romero. Nesse contexto, figura com destaque a imprensa, capaz de amplificar as múltiplas falas dos grupos dominantes, construindo, ao mesmo tempo, uma unidade discursiva em torno de um só projeto político (BARBOSA, 2010, p. 119).

A Abolição e a República contribuíram decisivamente para a inserção do Brasil no sistema capitalista mundial, e os jornais sofreram transformações a fim de atenderem esta demanda. Estabelece-se um novo jornalismo onde os padrões editoriais são modificados e os textos buscam descrever a realidade de maneira “imparcial”. Esta aparente neutralidade encontra-se nas matérias policiais e nas reportagens que tomam destaque nesta nova fase jornalística. O objetivo é estabelecer uma ordem na sociedade, criar um novo sentido para as relações de trabalho, controlar o lazer, manipular as camadas letradas e unificar os discursos da nova ordem.

Estes periódicos circularam nas cidades de Vitória e Cachoeiro do Itapemirim no período compreendido entre 1870 a 1936. A especificidade do tema nos conduziu à pesquisa de vários jornais, cada qual com suas características próprias, contudo, “[...] alguns aspectos são comuns dentre as fontes, principalmente quanto às informações divulgadas. Com isso, os periódicos, de modo geral, apresentam os atos oficiais de governo, seções noticiosas, editais, poesias, crônicas, artigos e anúncios” (SCOLFARO, 2011, P. 13).

A imprensa capixaba surge em 1840 em um período de transição da Regência para o Segundo Reinado. No afã de se construir uma ideia de nação, os jornais

capixabas, quanto ao teor de suas matérias, não apresentavam diferenças quantos aos demais periódicos do país. Baseando-se nos ideais de progresso e modernidade, eles se intitulavam como os verdadeiros “difusores da luz, da cultura e da liberdade” (ROCHA, 2012, p.47). O desenvolvimento da imprensa no estado era vista com otimismo pelo capixaba que acreditava no caráter desenvolvimentista desta instituição:

A imprensa fará bem conhecida esta província, seus recursos, suas riquezas, tantos rios navegáveis, que ella encerra, tantos elementos de prosperidade com que conta, despertará assim talvez á ambição de novos povoadores, e a elevará ao lugar, que lhe compete na lista das demais províncias do Brasil. Será esta mais uma vitória conseguida pelo famoso invento de Guttemberg, e um dia me encherei de satisfação, quando relatar-se-me os resultados proveitosos, que se colhêo desta instituição ( Correio da Victoria, 14 de Fevereiro de 1849).

Entre os anos de 1840 a 1926, foram lançadas cerca de 400 publicações em todo o estado, contudo,

[...] devido a inúmeras dificuldades, poucas perduraram, sendo que a maioria delas não publicou mais do que uma única edição e a grande parte não existiu por mais de um ano. Os principais diários da atualidade, *A Gazeta* e *A Tribuna*, surgiram somente em 1928 e 1938, respectivamente (TITO; SANTANA; TARCÍSIO, 2008, p. 37).

As irregularidades na circulação devia-se a diversos fatores, principalmente pela falta de recursos financeiros e dificuldades na impressão, sendo que esta situação perdurou ao longo do século XIX. Esses periódicos “[...] apresentavam linha editorial política, mas publicavam, ainda que esporadicamente, conteúdos literários e noticiosos” (TITO; SANTANA; TARCÍSIO, 2008, p. 37) e apesar de todas estas dificuldades, percebemos que pelo grande número de publicações anteriormente citado, que a imprensa possuía um caráter atuante na sociedade capixaba.

Os periódicos capixabas, a princípio, eram poucos e suas edições eram irregulares. Em nossa pesquisa, constatamos que estes jornais, em muitos casos, possuíam irregularidades na circulação. Somente a partir de 1870 é que observamos o surgimento de outros impressos, o que assegurou “uma certa pluralidade de vozes no cenário socioeconômico e político capixaba, a partir dos postos-chave da história estadual”(MARTINUZZO,2008,p.14).O surgimento

de novos títulos, o aumento das tiragens e o crescente aumento do público leitor foram características do século XIX. A partir daí, a imprensa assume uma importância em escala ascendente, ocupando status de agente político e cultural na sociedade brasileira e capixaba. O caráter político tornou-se característico deste período. Os jornais desta época dividiam-se, basicamente, em duas tendências políticas: Conservadores e liberais. No período escravista, por exemplo, *O Espírito Santense* possuía uma linha conservadora enquanto que *A Província do Espírito Santo*, tendência liberal.

O primeiro jornal publicado no estado foi O Estafeta (1840), por meio de um contrato com o governo provincial e pela iniciativa do alferes do exército Aires Vieira de Albuquerque Tovar. Este impresso encontrava-se completamente [...] comprometido com o governo que o havia contratado por dez anos para a publicação das ordens e atos oficiais (BITTENCOURT apud ROCHA, 2012, p.48). O acordo consistia na publicação bissemanal do jornal, contudo não passou da primeira edição. Dentre os motivos, a principal razão deve-se à

[...] tuberculose que acometeu Aires Tovar, que faleceu no ano seguinte. Outro fator foi a qualidade comprometida da impressão, uma vez que a tinta utilizada era preparada na própria tipografia. A efêmera duração do jornal impossibilitou até mesmo o registro exato da data de sua publicação (DEBBANÉ; VIEIRA; TASSAR, 2008, p.58).

O *Correio da Vitória* foi criado em 1849 e sobreviveu por 24 anos. O surgimento deste periódico deveu-se quando a tipografia que executava a impressão do *O Estafeta* foi comprada por Pedro Antonio de Azeredo que, assim, deu prosseguimento à imprensa capixaba. A primeira edição data de 17 de Março de 1849, sendo bissemanal, formato tabloide constituído por duas folhas. O governo subsidiava o jornal, e através de um contrato de dez anos Pedro Antonio Azeredo tornou-se “[...] o responsável pelas comunicações oficiais ao preço de dez mil Réis por tiragem. Por conta disso, não eram permitidas quaisquer ofensas às autoridades” (DEBBANÉ; VIEIRA; TASSAR, 2008, p. 59). Segundo os pesquisadores, *O Correio da Victoria* era considerado conservador, defendendo os ideais monarquistas e liberais, e caracterizava-se como uma folha noticiosa, literária e política. Em 1850, porém, o governo não repassou o subsídio ao jornal que, prontamente, interrompeu a publicação dos

atos oficiais. Esta postura liberou o espaço do periódico para as mais diversas publicações que declarou sua autonomia em 3 de Julho de 1852. Reproduzimos, abaixo, o fragmento da primeira página do jornal *O Correio da Victoria*.



Figura 6: Fragmento da primeira página do Correio da Victoria (1ª. edição -17 de Janeiro de 1849, p. 01). Disponível pela Hemeroteca Digital Brasileira.

Esta postura independente surtiu efeitos quase que imediatos sobre o governo. Em um ano, o contrato foi refeito juntamente com uma indenização a Azeredo pelo rompimento do contrato anterior.

Quanto a sua impressão, *O Correio da Victoria* constituía em

[...] papel de linho azulado com quatro páginas e tendo circulado em Vitória entre 1849 e 1873, era bissemanal (quartas e sábados) até 1872, quando começou a circular três vezes na semana (terças, quintas e sábados); ao longo do tempo evoluiu em tamanho, no início media 165x280mm, a partir de 1852 passou a 214x327 mm, em 1854 foi ampliado para 214x355 mm, em 1855 era de 255x370 mm e, já ao final do período, media 275x370 mm (ROCHA, 2012, p.51).

O jornal possuía assinantes tanto na capital quanto no interior e, até mesmo, fora da província. Os valores diferenciavam de acordo com a distância da entrega das publicações. Durante os seus 24 anos de existência, a sua circulação foi ininterrupta, e possuiu mais dois donos: depois de Azeredo, o

capitão José Francisco Pinto Ribeiro assumiu o jornal, e por fim, Jacinto Escobar de Araújo.

A configuração da primeira página do jornal trazia em destaque o nome do jornal. Acima deste, o ano da publicação à esquerda, dia, mês e dia da semana ao centro, e número da publicação à direita. Abaixo do nome do periódico, havia três colunas, em letras pequenas. A primeira, situada à esquerda intitulada “Advertencias” descrevia o valor do periódico, a assinatura e os dias da publicação. A coluna central era “Ephemerides” que expunha as fases lunares e os seus horários; a coluna situada à direita “Partida dos Correios” esclarecia os dias de envio do jornal. As disposições do sistema de redação do *O Correio da Victoria* dividiam-se em:

Parte Oficial: Para os atos do governo provincial de imediata importancia, ou de todos eles, quando seja conviniente sua publicidade.

Cronica Nacional e Estrangeira: Para noticias do interior e exterior, extratadas cuidadosamente das folhas periodicas, que iremos recebendo.

Parte Comercial: Para revista das transações mercantis, que se efetuarem no giro do comercio desta cidade.

Variedades: Para tudo o que, pela especie, como historia, biografia, etc, não tiver cabimento em outra parte da folha.

Declarações: Para anuncios dos dias da partida dos correios, audiencias, etc.

Folhetins: Para a mais extremada escolha de contos romanticos, traduzidos ou originais que prendam a atenção dos leitores por algumas horas com as [primazias de Victor Hugo], [ ] Dumas, Eugéne Sue, Balzac e tantos outros.

E finalmente, sobre a epigrafe – [Correio] da Victoria – daremos á ler artigos de fundo, [noti]cias da Côrte, e o juizo das obras publicadas no império” (CORREIO DA VICTORIA, 17 de janeiro de 1849, p. 2).

O intercâmbio com os jornais de outras regiões do país eram frequentes nas páginas deste jornal, assim como a presença de notícias internacionais. Esta é uma característica muito comum na imprensa brasileira do século XIX que divulgavam com muita frequência notícias e fatos transmitidos por outros periódicos.

[...] Todos compilam notícias já publicadas em outro lugares e países e, dessa forma, podem também se autodenominar “compiladores” ou “recompiladores”. Há a rigor uma rede de textos que circula entre esses periódicos (BARBOSA, 2010, p. 22).

Em 1853, surge *A Regeneração* que se caracterizava com um jornal agrícola, comercial, político, conservador e noticioso. O redator e proprietário era o doutor Heledoro José da Silva, e suas atividades findaram-se no ano de 1856. Segundo a pesquisadora Luciane Paraíso Rocha (2012, p.54), este impresso possui um local de destaque na história da imprensa capixaba, pois possuía caráter independente, sem ligações com a oposição ou o poder político estabelecido. Trata-se do único jornal “[...] que não possui os atos oficiais na primeira página, dedicando somente uma pequena parte da página três para a publicação das ordens militares da presidência da província”. (ROCHA, 2012,p.14). A autora destaca também a alta qualidade da impressão deste jornal, como também a boa redação das matérias. O Arquivo Público do estado do espírito Santo (APEES) possui somente um exemplar deste periódico, de 1854, microfilmado que se encontra disponível em seu sítio<sup>12</sup> reproduzido logo abaixo.



Figura 7: Fragmento da primeira página do jornal *A Regeneração* (11 de Janeiro de 1854), APEES.

Segundo Luciane Paraíso Rocha, esta aparente postura de autonomia adotada pelo *A Regeneração* incomodou os leitores do *Correio da Victoria*. Artigos e

12

notas de desagravo são lançados por este jornal no intuito de condenar a postura do periódico oponente e exigir que o jornal defenda “algum grupo político” e que contenha “[...] textos de linguagem veemente na defesa dos interesses da sociedade urbana e rural” (ROCHA, 2012, p.57).

È interessante observarmos que as letras impressas começam a formar um verdadeiro palco recheado de insultos e polêmicas. Ainda que perpassados pelo mundo oral, estes xingamentos e críticas possuem características da cultura escrita. Os jornais, portanto, passam a ser vistos como:

[...] possibilidade de difusão de ideias, usadas particularmente com sentido político. Elaborados por indivíduos letrados, esses periódicos, folhetos e panfletos amplificam os debates e polêmicas políticas. Há, portanto, uma cultura política no nascedouro e começa-se a visualizar a imprensa como o lócus privilegiado do espaço público (BARBOSA, 2010, p. 51).

O jornal *O Tempo* foi criado em 1861 e constitui no primeiro periódico de caráter liberal da província. Descrevia-se como órgão político, noticioso, literário e comercial, além de defender as ideias do Partido Liberal. A sua circulação findou-se em 1863. O seu principal redator foi o célebre José Marcelino Pereira de Vasconcellos, advogado e deputado provincial. A sua venda, como os dois outros jornais citados, era feita através da prática de assinaturas. Apresentava-se com quatro páginas, divididas em três partes. A publicação de atos oficiais também estava presente neste impresso, como podemos observar na reprodução de um exemplar que se encontra depositado no sítio da APEES<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> [http://www.ape.es.gov.br/imprensa\\_capixaba/vitoria/tempo/O\\_Tempo\\_ano\\_1\\_n12.pdf](http://www.ape.es.gov.br/imprensa_capixaba/vitoria/tempo/O_Tempo_ano_1_n12.pdf)



Figura 8: Reprodução do fragmento da primeira página do jornal *O Tempo* (10 de Dezembro de 1861). Disponível no APEES.

Luciane Paraiso Rocha ressaltava a importância deste jornal na história do jornalismo capixaba “[...] por ser o primeiro a expressar sua ligação com o partido liberal” (ROCHA, 2012, p.59). Um fato que nos chama a atenção é que a partir dos impressos, as ideias políticas tornam-se mais perenes no âmbito simbólico, “[...] agrupam pessoas que têm pensamentos similares, constituem grupos de discussão” (BARBOSA, 2010, P. 51).

A extinção do *O Tempo* deve-se pelas mudanças do cenário político da província espírito-santense, cujo governo deixou de ser conservador tornando-se liberal. Nesta disputa entre grupos sociais, vemos o discurso dos conservadores calcado em narrativas que defendem a segurança pública e a necessidade da mão de obra escrava perder espaço para a argumentação liberal baseada em preceitos humanistas e filosóficos, utilizando a imigração europeia como alternativa para a economia espírito-santense.

O *Jornal da Victoria* foi lançado, assim que *O Tempo* se extinguiu. Publicado em 1864, suas atividades se encerraram em 1869. Seus textos caracterizavam-se por verdadeiros embates políticos entre conservadores e liberais. Este periódico era impresso em

[...] quatro páginas, sendo a primeira, a capa, reservada às notícias do Governo Provincial, vez que em meados de 1860 Manoel Feliciano Moniz Freire, proprietário e redator do periódico, obteve os direitos de impressão das leis e dos relatórios provinciais. O *Jornal da Victoria* sofreu oscilações no ritmo das tiragens, variando de dois para três o número de edições semanais. Apesar disso, os dias da semana com maior frequência de impressão eram a quarta-feira e o sábado (BASTOS, 2009, p.76).

Assim como os demais jornais apresentados, a sua venda ocorria por meio de assinaturas. Ele também trazia os atos oficiais em suas publicações, de acordo com o contrato firmado pela Lei Provincial número 19 de 30 de Novembro de 1864. Quanto a sua composição, ele ocupava um espaço “[...] de 255x365 mm, divididos em quatro páginas dispostas em quatro colunas. Essas dimensões foram aumentadas para 255x410 mm em 1868 e, depois, para 420x255 mm no último ano” (PEREIRA apud ROCHA, 2012, p.64). Abaixo, reproduzimos o fragmento da primeira edição desse periódico.



Figura 8: Fragmento da primeira página do *Jornal da Victoria* (1ª edição – 2 de Abril de 1864). Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira.

Quanto às suas colunas, elas se apresentavam do seguinte modo:

- Parte oficial: ocupando sempre a primeira página, podendo ser estendida para a segunda.
- Jornal da Victoria:
- Interior: traz notícias das outras províncias brasileiras.
  - Exterior: traz notícias de outros países, principalmente europeus.
  - Literatura: dedicada aos textos produzidos ou traduzidos pelos redatores e colaboradores, podendo ser publicado em um número ou em vários números, normalmente textos literários.
- Noticiário:
- Parte policial: todo tipo de notícia policial referente à província ou a outros lugares.
  - Publicações pedidas: colaboração dos leitores do jornal.
  - Variedades: dedicada aos textos produzidos, traduzidos ou retirados de outros veículos de informação.
  - Edital: publicação de concursos públicos, tomadas de preços etc..
  - Anúncios: ocupando a quarta página do jornal, publicava todo tipo de coisa, de fuga de escravos a dívidas e pedidos que não comercializassem com outros, despedidas, partidas de pessoas ilustres para outras partes do Brasil e do mundo ROCHA, 2012, p.64).

Consideramos esta breve exposição sobre o surgimento da imprensa no estado essencial para a discussão sobre os impressos utilizados em nossa pesquisa. Apesar de nenhum destes acima citados fazerem parte da baliza proposta por esta dissertação, tornou-se fundamental compreender as bases que formaram os periódicos estudados.

A opção por trabalhar a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX deve-se, em grande parte, à força ativa dos jornais onde podemos analisar as estratégias utilizadas para conquistar um maior número de leitores, como também investigar o discurso e o modo como as informações eram transmitidas. Acreditamos que “[...] os jornais impressos trazem conteúdo significativo e revelador da sociedade da época, suas particularidades e conflitos” (SCOLFORO, 2010, p. 27).

A imprensa capixaba foi decisiva durante o movimento republicano que insurgiam em todo o Império. Durante a segunda metade do século XIX, o Brasil passou por profundas transformações de ordem social, política e econômica. Foi neste período que:

[...] os brasileiros testemunharam a ascensão da economia cafeeira, a substituição do trabalho escravo pelo assalariado do imigrante europeu, a abolição da escravatura e a então recente industrialização do Brasil, resultado da aplicação do dinheiro obtido por meio da venda do café (ABIB, 2008, p.88).

No Espírito Santo este desdobramento é visto com mais clareza na região sul, centralizada por Cachoeiro do Itapemirim que se torna, neste período, a região economicamente mais importante do estado. Na capital da província, a figura de Afonso Cláudio<sup>14</sup> merece destaque. O seu posicionamento em prol da República era presente nos dois periódicos republicanos, através de seus textos.

Os idealistas utilizavam o jornalismo como veículo para a propagação das concepções republicanas no estado. O jornal *O Cachoeirano*, neste período, foi uma “[...] ferramenta de importância fundamental na difusão e articulação da propaganda republicana” (ABIB,2008,p.93).O jornal *A Tribuna* da cidade de Benevente também possuiu papel de destaque na luta republicana

Em 2 de Fevereiro de 1889, foi fundado o segundo jornal republicano da Província, o *A Tribuna*, da cidade de Benevente, atual Anchieta. Pertencente a José Horácio da Costa, o periódico foi montado quando este adquiriu o material tipográfico do órgão conservador *A Regeneração* (ABIB,2008,p. 94).

A Proclamação da República ocorrida em 15 de Novembro de 1889 decretou o fim da Monarquia. Representada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, deu-se um golpe apoiado pelos militares e pelos republicanos e foi instituído um governo republicano provisório. Até 1894, os militares ocuparam o poder, e a maior parte da população brasileira manteve-se alheia a estas transformações. Fatores como o baixo nível de escolarização e deficiência dos meios de comunicação da época são apontados como responsáveis pelo distanciamento do povo deste momento histórico. Os jornais capixabas participaram deste momento de transformações. *A Província do Espírito Santo* foi o responsável em noticiar o advento da República no estado, contudo na capital não houve manifestações a favor. Em Cachoeiro do Itapemirim e outras cidades do sul,

---

<sup>14</sup> Político capixaba (1859-1934). Participou ativamente do movimento republicano, e quando foi promulgada a República, foi escolhido o primeiro governador do Espírito Santo. Ele foi nomeado em 20 de Novembro de 1889, exercendo o governo até 7 de Janeiro de 1890.

“[...] os republicanos promoveram festas, com bandas percorrendo as ruas da cidade e fogos em comemoração ao ocorrido” (ABIB, 2008, p. 98).

Logo após o surgimento da República inicia-se um embate entre grupos locais no estado que se apresenta de modo complexo, visto que

[...] as lideranças agem, de modo geral, desordenadamente e prendem-se a interesses locais e coronelísticos e não a formas partidárias e ideológicas. O apoio federal, a importância dos líderes e os conluíus, explicam as lutas que persistem até o período governativo de Prudente de Moraes (SANTOS, 2009, p. 35).

As bases do Espírito Santo da Primeira República foram lançadas por Muniz Freire<sup>15</sup> e Jerônimo Monteiro<sup>16</sup> que promoveram a modernização do estado através de uma reforma infraestrutural. A relação destes políticos com a imprensa do período merece destaque: Freire, apesar de ser jornalista, recebeu duras críticas em seu mandato, principalmente pelo *Commercio do Espirito Santo* que gozava de muito prestígio e influência no período, enquanto que o primeiro conseguiu angariar a simpatia dos redatores e donos de jornais, entre os quais o *Diário do Povo*.

Neste período, a articulação entre o poder central e o local possibilitou a consagração do coronelismo. Esta associação entre o liberalismo e o poder oligárquico

[...] deu livre curso no Brasil às fraudes eleitorais, ao controle do país pelos estados mais poderosos e à pequena participação política da população. A essa situação vão se opor correntes críticas diversas, como a de esquerda, inspirada no movimento comunista; a liberal-democrática – que lutava pelo voto secreto, pela organização de uma Justiça Eleitoral e pela formação política do povo e, com isso, queria estabelecer instituições realmente representativas no país; e a corrente da direita, com suas diversas ramificações (ACHIAMÉ, 201, p. 81).

Estes fatores contribuíram para o advento da “Revolução de 30” que representada pela figura de Getúlio Vargas buscava o rompimento com os

---

<sup>15</sup> José de Melo Carvalho Muniz Freire (1861-1918) foi advogado, jornalista e político brasileiro. Foi governador do Espírito Santo por dois mandatos: o primeiro entre 1892-1896, e o segundo entre 1900-1904.

<sup>16</sup> Advogado e político capixaba (1870-1933). Foi governador do Espírito Santo entre 1908 e 1912, além de senador, deputado estadual e federal.

regimes oligárquicos. Compreendemos que as oligarquias estaduais após este evento político não se dissolveram, apenas sofreram uma recomposição diante de uma nova realidade política. A partir desta década, o processo de industrialização no país cresceu a passos vertiginosos e o Espírito Santo que tinha como representante desta nova configuração a presença do interventor Punaro Bley. Salientamos que o uso da comunicação pelo Estado proporcionou sustentação para a implantação de um governo ditatorial. É fato que o uso sistemático dos meios de comunicação, principalmente a imprensa, garantiu a Getúlio lugar de destaque na história nacional. O Espírito Santo seguiu esta diretriz onde *A Gazeta*, *A Tribuna* e *O Diário da Manhã* representavam os interesses das elites locais e que, durante o governo de Punaro Bley, serviram de base de apoio às suas aspirações políticas.

A baliza histórica de nossa pesquisa acompanha estas mudanças sofridas em nosso país. De uma imprensa incipiente no oitocentos aos primeiros passos no início do século XX, percebemos a contextualização histórica dos periódicos em uma sociedade em transformação. Em suas páginas, as polêmicas presentes no cotidiano tornam os jornais uma fonte de pesquisa de capital importância para a historiografia. É na imprensa que percebemos as relações de poder entre os grupos sociais, como também a regulação de um determinado grupo no poder e uma aparente regulação do coletivo. De acordo com Chiarelli (2007, p. 02),

[...] a produção da informação construída na imprensa pode ser diferenciada devido à linguagem simples, clara e imediata que este meio de comunicação utiliza no processo de sua criação. Seu discurso se constrói a partir dos múltiplos atores sociais e apresenta uma ligação entre o Estado e a vida cotidiana do indivíduo. Considera a polêmica presente nos periódicos como um dos motivos que tornam a imprensa uma fonte interessante de análise para a historiografia .

As fontes utilizadas sobre a reflexão dos ciganos na imprensa capixaba consistem em cinco jornais da cidade de Vitória – *A Folha da Vitória*, *O Horizonte*, *Diário da Manhã*, *Jornal Oficial*, *O Estado do Espírito Santo* e três da cidade de Cachoeiro do Itapemirim – *O Estandarte*, *O Constitucional* e *O Cachoeirano*.

A *Folha da Victoria* descrevia-se como um jornal político, comercial, agrícola e noticioso. Tinha como proprietário e redator o professor Aristides B. de B. Freire. Sua primeira tiragem ocorreu em 08 de Julho de 1883, e o encerramento das suas atividades deu-se em 24 de Julho de 1890. Abaixo, reproduzimos o fragmento da primeira página deste periódico em sua primeira edição.



Figura 9: Fragmento da primeira página da *Folha da Victoria* (1ª Edição). Disponível pela Hemeroteca Digital Brasileira.

O *Horizonte* apresentava-se como órgão do partido liberal, iniciando suas atividades em 15 de Julho de 1880, tendo como editor Domingos da Silva Santos. Suas publicações foram interrompidas em 24 de dezembro de 1884, sendo retomadas em 3 de Janeiro de 1885. Porém em 6 de Junho deste ano encerraram-se suas atividades, sendo substituído pelo jornal *O Liberal*. Não conseguimos acesso à primeira edição deste impresso. Assim, reproduzimos o fragmento da primeira página da edição mais antiga encontrada.



Figura 10: Fragmento da primeira página do *O Horizonte*. Disponível pela Hemeroteca Digital Brasileira.

*O Estado do Espírito Santo* teve sua primeira edição em 1º de Janeiro de 1890 e sua última tiragem ocorreu em 06 de Agosto de 1911. Era editado com quatro páginas, sendo que aos Domingos, possuía uma página exclusivamente literária. Teve sua oficina destruída duas vezes: a primeira, em 19 de Maio de 1906, e a segunda em 6 de Agosto de 1911, o que ocasionou no fechamento definitivo das atividades do periódico. A reprodução do fragmento da primeira edição do impresso encontra-se abaixo.



Figura 11: Fragmento da primeira página do Estado do Espírito Santo (1ª. Edição). Disponível pela Hemeroteca Digital Brasileira.

O *Jornal Oficial* apresentava-se como órgão do partido construtor, defendendo os atos do governo. Teve sua primeira tiragem em 10 de Janeiro de 1905, extinguindo-se em 11 de Agosto de 1907. Reproduzimos o fragmento da primeira página deste impresso.

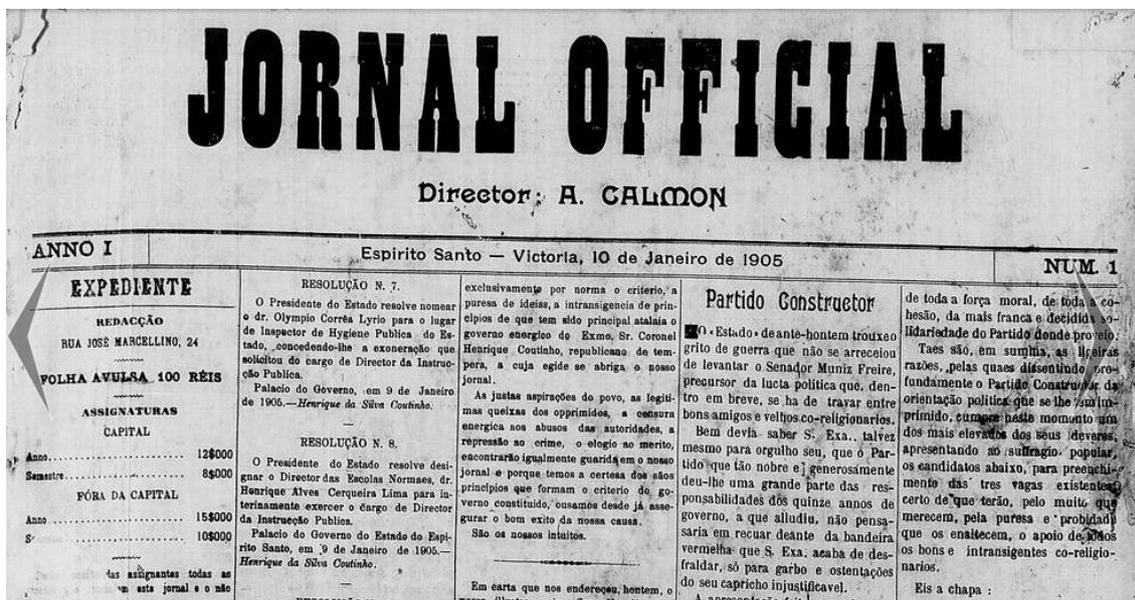


Figura 12: Fragmento da primeira página do Jornal Oficial (1ª. Edição). Disponível pela Hemeroteca Digital Brasileira.

O *Diário da Manhã* apresentava-se também como órgão do partido construtor. Iniciou suas atividades em 1908 encerrando seus trabalhos em 1937. Não foi

possível encontrarmos a primeira edição, pois esta não se encontra microfilmada nem pela Hemeroteca Digital Brasileira nem pelo APEES. Abaixo, reproduzimos o fragmento da primeira página de uma edição deste periódico.



Figura 13: Fragmento da primeira página do *Diário da Manhã* de 09/01/1908. Disponível pela Hemeroteca Digital Brasileira.

O jornal cachoeirano *O Estandarte* teve sua primeira edição publicada em 05 de Abril de 1868 e definia-se como um jornal político, literário e noticioso, como também defendia as ideias constitucionais. Possuía como redator Bazilio Carvalho Daemon. Pelos registros da Hemeroteca Digital Brasileira, suas atividades encerram-se em 1873. Abaixo, reproduzimos o fragmento da primeira edição do periódico.

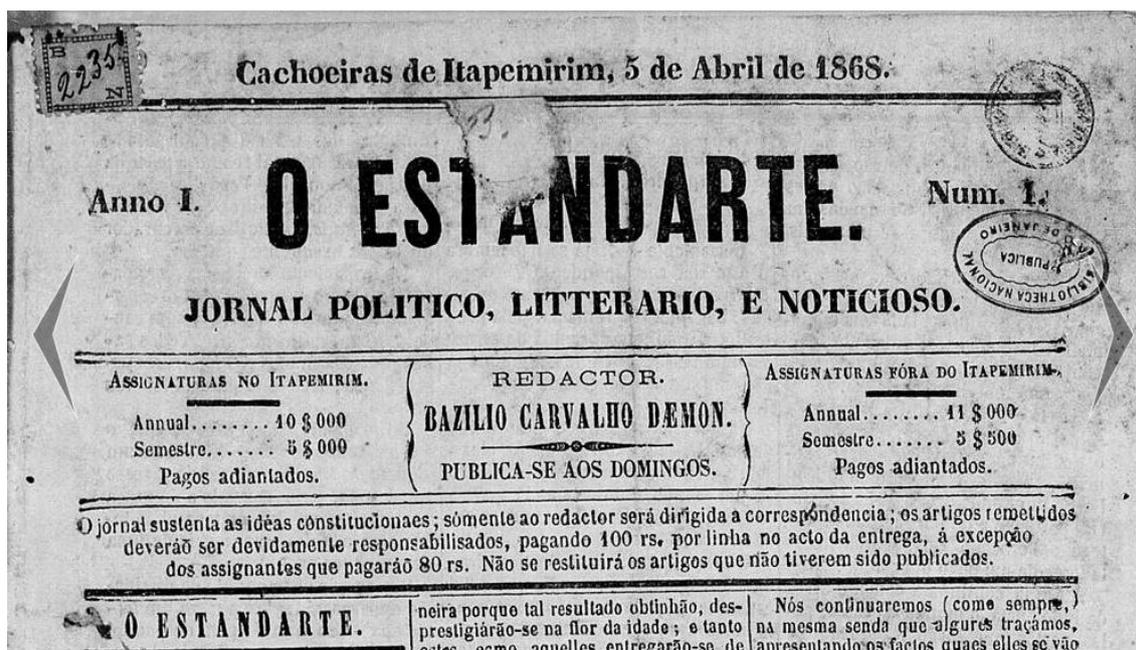


Figura 14: Fragmento da primeira página do *O Estandarte* (1ª. Edição). Disponível pela Hemeroteca Digital Brasileira.

O *Cachoeirano* foi fundado e redigido por Luiz Loyola e Silva. A sua primeira edição ocorreu em 07 de janeiro de 1877, sendo que, por diversas vezes, sua publicação foi interrompida, sendo o ano de 1923 o último da sua existência. Definia-se como um órgão do povo, com colunas francas a todas as inteligências. No sítio da APEES não foi possível encontrarmos a primeira edição, sendo que pela Hemeroteca Digital Brasileira faltam as duas primeiras páginas da primeira edição do periódico. Abaixo, encontra-se a reprodução da primeira página fragmento deste jornal.

Anno 4  
CACHOEIRO, 15 DE JANEIRO DE 1877.  
Numero 2

# O CACHOEIRANO

Orgão do povo. --- Columnas francas a todas as intelligencias.

Redactor e proprietario — Luiz de Loyola e Silva.

Publica-se todos os domingos, e se houver causa justa que o impossibilite, dilatar-se-ha um dia mais. O anno da folha finda sempre com o n. 52. — Assignatura annual 103000. Linhas de annuncios a 80 réis. Os pagamentos são adiantados. — Publicações a pedido, gratis aos pobres.

BIBLIOTECA ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO

EXPEDIENTE.	POEZIAS.	PUBLICAÇÕES A PEDIDO.
<p><b>Aos nossos assignantes.</b></p> <p>A redacção do <i>Cachoeirano</i> tem a honra de enviar ás pessoas de sua confiança os ns. 1 e 2 deste jornal; sollicita e espera benigno acolhimento de todos aquelles a quem se dirigir e dos quaes aguarda aviso com tempo de poder continuar a remessa</p>	<p>cente Alvaro, filho do Exm. Sr. Dr. Horta de Araujo.</p> <p>Depois de um longo e tenaz soffrimento, para o qual não valeram os cuidados do Dr. Salvador Rizzo, medico assistente; os carinhos, ternura e amor dos seus desvelados paes; os votos sinceros dos seus amigos, que desejavam ver pelo restabelecimento do filio coroados os esforços supremos dos paes que o queriam disputar a morte, rendeu a alma ao Creador na fazenda do Maqui, recebendo seu corpo descanço eterno no cemiterio da villa de Itapemirim.</p> <p>O mundo! Tão cheio de contradicções, espargindo hoje flores em nosso caminho e amanhã apresentando-nos a taça de fel e amarguras!</p>	<p><b>Dr. Novaes Mello, medico da colonia do Rio Novo, no publico.</b></p> <p>O acto que acaba de ser practicado commigo, pela Inspectoria Geral de terras e colonisação, de ordem de S.Ex. o Sr. ministro da agricultura, é tal que não devo demorar-me em pateental-o ao publico para que o julgue.</p> <p>Aqui vim principiar a exercer a minha profissão de medico e principiei-a occupando, desde o dia 15 de Abril de 1873, o logar de medico desta colonia.</p>

Figura 15: Fragmento da edição do *O Cachoeirano* (1ª. página) de 15 de janeiro de 1877. Disponível pela Hemeroteca Digital Brasileira.

*O Constitucional* teve sua primeira edição lançada no ano de 1885. Não nos foi possível localizarmos esta tiragem, somente a partir da segunda edição pelo sítio da hemeroteca. Apresentava-se como órgão do Partido Conservador, sendo um jornal político, agrícola e comercial. A princípio ele era publicado na cidade de Itapemirim, contudo em 25 de Julho de 1886 passou a ser publicado em Cachoeiro do Itapemirim. Seu último número foi em 25 de dezembro de 1889. Abaixo, a reprodução do fragmento da primeira página deste jornal.



para pouco mais de 80 assinantes nunca ultrapassando um número de 100 pessoas. Quanto à distribuição dos exemplares,

[...]realizava-se por um entregador, que deixava a tipografia bem cedo, logo nos primeiros raios de sol, e percorria os caminhos desnivelados da cidade. Os entregadores chegavam muito rápido a algumas das casas dos assinantes, de outros, porém, demoravam um pouco mais, devido à distância entre as freguesias e às condições das passagens de terra (BASTOS,2009,p. 51).

Quanto à questão da alfabetização tema de extrema relevância para a pesquisa, pois estamos lidando com jornais, utilizamos como base comparativa o Recenseamento de 1872 onde a população livre da cidade de Vitória era de 4.361 habitantes, o que correspondia à minoria da população. Dentre estes, apenas 644 sabiam ler e escrever. “Certamente essa situação verificava-se nas demais freguesias do Município de Vitória, configurando um panorama comum a praticamente todas as províncias brasileiras” (BASTOS,2009,,p.43). Desta forma, o público leitor era considerado apenas ao alfabetizado. Contudo, como foi discutido anteriormente, as práticas de leitura não se reduzem a uma leitura individual. “A sobrevivência dos jornais publicados na cidade de Vitória deveu-se, em parte, ao famoso ‘disse me disse’ das notícias e anúncios publicados nas folhas, próprio dos ambientes de negócio, como lojas de secos e molhados, armazéns e botequins” (BASTOS, 2009, p. 44).

No estudo exploratório dos jornais, chamou-nos a atenção quanto a diversidade de assuntos relacionados aos ciganos na baliza histórica proposta. Muitos destes, eram crônicas que criavam uma áurea romantizada sobre o ser cigano. Há artigos, porém, que questionam a questão da imigração, sobretudo aos considerados indesejáveis, entre os quais estariam os ciganos. Eles reforçam a necessidade do governo realizar uma seleção destes. Além disso, encontramos muitas notas relacionadas à presença de grupamentos ciganos em diversas cidades do estado, ações policiais contra a entrada de grupamentos no Espírito Santo, prisões, supostos crimes cometidos por eles, cobrança de impostos municipais sobre as barracas de diversos grupos e notícias sobre grupos ciganos em outros estados. Outra questão que nos chamou atenção seria a relação pejorativa da palavra cigano com as práticas de políticos considerados corruptos pelos jornais selecionados. Estas notas

apresentam uma certa frequência nos periódicos e será discutida com mais detalhes adiante. Outro assunto que nos chamou atenção seriam as notas sobre os ciganos em países europeus. Estas notícias tratam de nações do leste europeu e relatam práticas de canibalismo e rapto de crianças.

Em todos os jornais pesquisados, estas notícias e textos encontram-se em locais diversos não existindo qualquer padrão para a sua inclusão. Com exceção dos textos de caráter literário, muitos não apresentam título introdutório; outros há apenas uma palavra antecedendo o texto, geralmente “ciganos”.

Ressaltamos que os periódicos capixabas eram poucos e sua circulação, em vários momentos, irregular. Por analisarmos um recorte espaciotemporal específico inserido na história capixaba, visamos uma maior uniformidade no que diz respeito à circulação dos jornais. Assim, decidimos trabalhar com os impressos já citados anteriormente.

Outro ponto que deve ser discutido é que não foi possível encontrar nos periódicos capixabas a visão que o cigano tinha de si. A documentação utilizada “está imantada com a percepção ‘ dos outros’, ou seja, daqueles que os observaram, daqueles que, em muitos casos, os rotularam ou os representaram a partir de seus contextos e culturas” (CASTRO, 2011, p. 64).

## **2.1- “ Garantir a ordem pública e a propriedade particular” - Ciganos e a ordem social**

Os impressos analisados foram consoantes com as pesquisas relacionadas ao tema proposto: a presença cigana e a conseqüente perturbação da ordem pública. Em todos os jornais várias são as notícias e relatos sobre a entrada de grupos ciganos no estado e o temor causado nos capixabas. Este tipo de notícia constitui a maior incidência em relação aos demais assuntos relacionados sobre os ciganos nos impressos capixabas e em sua maior parte, a repressão policial era uma constante.

Quanto se tratava da ordem pública, as notas dividiam-se em relatos sobre a presença dos ciganos nas cidades espírito-santenses, em municípios pertencentes a outros estados, tais como Belo Horizonte (MG), São João Del Rei (MG), Passos(MG),Alfenas (MG),Rio de janeiro (RJ),Bom Jesus do Itabapoana (RJ),Rio Pardo (RJ),Curitiba (PR),Porto Alegre(RS) e São Paulo (SP).

No recorte histórico proposto, as primeiras notícias sobre os ciganos ocorrem no ano de 1871 no periódico *O Estandarte*. Intitulado “Os ciganos- história, língua e costumes” trata-se de um texto de caráter literário (encontra-se na seção Literatura) que aponta as diversas designações dadas ao povo cigano, assim como possíveis origens e comportamento. Devido a sua relevância, transcrevemos na íntegra esse texto.

Debaixo dos nomes de Egypcios, Bohemios, Mohicanos, Gypsies, Tsigany, Zigeuner, Zangui, Zingani, Gitanos, Ciganos, designa-se um povo nomado, vagabundo, sem religião, sem nacionalidade, nem civilização, mas com um typo, e característico, que não deixão confundil-os com outros homens.

Sua origem, e primitiva pátria nem um sábio pode ainda descobrir. Os próprios ciganos não conservão nehuma tradição sobre a sua procedência primitiva.

Se a maior parte d’elles falta do *Egypto*, como de sua pátria natural, é por tem adoptado uma fabula debitada desde tempos antiquíssimos a seu respeito; por isso, quando mudão de lugar, dizem – *vou para o Egypto*; e quando teem entre mãos qualquer negócio, tranquiBernia, furto, roubo, etc, chamão *negócios do Egypto* ou simplesmente *tracta-se do Egypto*.

Todos os orientalistas, que tem estudado a língua dos *bohemios* creem que são originários da India. Com effeiti parece que grande numero de radicaes, e de forma grammaticaes do *romani* ou *chipe calli* se encontrão nos idiomas derivados do Samscrito.

Mas deve atender-se que os *bohemios* em suaus longiquas peregrinações desde tantos séculos estrangeiros, de modo que em todos os dialectos do *rommani* achão-se muitas palvras gregas, árabes, persas, etc.

Hoje existem tantos dialectos, quantos são os diversos paizes, que estas hordas teem habitado, ou mais propriamente por onde teem passada sua vida errante. Em toda parte eles fallçao mais comumente a língua do paiz, do que o seu próprio idioma, de que apenas servem-se para tractar de negócios mysteriosos diante dos estrangeiros- payllo.

Comparando-se o dialecto dos *bohemios* da Allemanha, com o dos *gitanos* da Hespanha, e os dos *ciganos* de Portugal, etc. , com os quaes não se communição há centos de séculos,

reconhece-se que existe copioso numero de palavras comuns. Por exemplo, *pani*, em todos os dialectos quer dizer agua, *manro* pão, *mâs* carne, *lon*, sal e outras. Todavia o dialecto allemção parece ser mais puro, que o castelhano, e outros. Pois conserva muitas formas grammaticaes primitivas, que faltão aos demais.

A língua pois original tem sido notavelmente alterada, em uns paizes mais que em outros pelo contacto das línguas mais cultivadas, de que estes nomados se teem visto obrigados a usar.

Assim a historia dos *bohemios* é ainda um problema. Apenas sabe-se que somente no século XV, depois da conquista da India pelos portuguezes apparecerão na Europa os primeiros ciganos, não se podendo dizer d'onde, nem como vierão. Immediatamente espalhou-se por ali, e pela America este exae de cosmopolitas, que se distinguem bem dos outros povos pela côr, pela physionomia, pelos hábitos, e pelos costumes.

Uns sábios dizem, que são eles originários do Hindostão áquem do Ganges, pertencente a tribu dos Sudders expulsos em 1938 pelo formidável Tamerlan, ou Timour-Beig, invencível guerreiro tártaro descendente (pela parte materna) de Gengis-Khan.

Outros, que vem da raça dos Coptes, descendentes dos antigos egypcios da colônia de Colchos do tempo de Sesostris, os quase depois derramarão-se pelo Oriente, e pelo Occidente: é a opinião mas geralmente admitida.

Há quem creia que são o resultado da fusão do mais bello sangue da Azia menor com refugo material e grosseiro da raça tartara.

Tambem se suppõe serem descendentes dos *thomazinos* da costa do Malabar convertidos ao christianismo, segundo a tradicção, por S. Thomaz dito o *Didymo*, Apostolo que crê-se ter sofrido o martírio perto de *Madras*.

Alguns pretendem que na épcha da queda da Judéa a casta compondo a tribu de *Manassé* foi fixar-se na India, e degenerando forma o bando de ciganos.

Igualmente opina-se que são Judêos pretos, *calé*, da mistura dos servos convertido á lei de Moysés, que se dispersarão pelo Hindostão.

Finalmente, diz o Dr. Virey na sua Historia natural do gênero humano Tom. I p. 399. Not 1º. “ Os vagabundos espalhados na Europa com o nome de *bohemios*, e que formão um povo á parte, parecem ser um bando de índios da casta mais vil, que sahindo de seu paiz penetrou nas regiões orientaes da Europa há quatro séculos pouco mais ou menos”. Isto prova-se pela comparação da língua e dos costumes d'estes bohemios e dos povos da costa de Malabar. – *Ensaio sobre a historia do sabeismo*. (Grellmana.) *Hist. Desbohemiens*, ou *Tableaudes moeurs*. (Virey) ( O Estandarte, 03/12/1871)

Na edição de 10 de dezembro de 1871, o impresso publica a continuação deste ensaio em sua coluna literária:

[...] Visto que, segundo a crença geral, procederão da India, e não pertencem a nenhuma das cinco raças distintas conhecidas além e aquém do Ganges, pôde-se com algum fundamento suppor que os ciganos descendem dos Pariás, que não tem religião particular, nem língua clássica, sendo filhos dos numerosos indivíduos, que desde tempos immemoriaes por crime capital foram banidos das castas originarias.

Veja-se a analogia.

Um prejuizo barbaro regeitava-os da sociedade, como criaturas impuras, e por muito favor erão considerados como *homens-cousas*.

Os ciganos em todas as nações são tidos como escorias da especie humana, e excluídos de toda a sociedade.

Os Pariás erão tractados com dureza, tendo o direito de mata-los aquelle, em que eles punhão a mão. Houve tempo, em que podia-se maltratar a estes, como a um cão, vivendo eles de alguma sorte fóra da humanidade.

A uma das subdivisões da tribu dos Pariás chamava-se na India os *Kallabrantous* ou os ladrões; em todas as partes do mundo os *bohemios* ou *Zingaris* teem esta má reputação, e a sua conducta a justifica.

Como os *Pariás*, os ciganos antigamente não se ligavão com outras castas, fazendo os casamentos entre si; e quando mesmo o quisessem, não o conseguirião; pois era a maior das baixesas alliar-se alguém a eles. Presentemente nos lugares, em que não existem bandos, casão-se fora da tribu; e assim vão se misturando, mormente no Brazil, onde não se repara mais se alguém é *mouro*, ou *judeu*.

Entretanto eles mesmos injurião-se tanto de ser *ciganos*, que mostrão-se irritados, se alguém lhes dá este nome, se bem que entre si se chamem *calé*, negro; mas os *bohemios* da Alemanha não gostão de ser chamado d'esta sorte, mas sim por *Romané tchavé*.

A religião do paiz, que habitão, é a sua; mas mudam de sentimento com a mesma facilidade, com que varião de pátria. Não são surpeticiosos; mas tem um excessivo horror em tocar em um defuncto, a tal ponto que não se obtem d'elles, que carreguem um corpo para o cemitério mesmo oferecendo-lhes muito dinheiro.

Pelo habito da vagabundagem não gostão de officios sedentários, e andão sempre de uma parte para a outra, empreendendo viajens sem necessidade, em que nunca deixão de exercitar a paixão do furto, e do roubo.

Os homens applicão-se em todas as partes ás profissões de ferradores e tosqueadores de burros, a veterinários, e a alborcadores de animaes manhosos, ou com manqueiras, no que desenvolvem uma astucia espantosa, brocando os dentes dos cavalos velhos para parecerem novos, pondo árdegos os lerdos, etc., sem falar dos contrabandistas, e de outras industrias ilícitas.

As mulheres dizem a *buena dicha*, que é uma fonte proveitosa; vendem toda a sorte de drogas inofensivas, e perniciosas; traficão com amuletos, filtros, e elixires de amor; mettem-se em negociações mysteriosas; dão-se á magia, tendo pernas de

sapo para tornar constantes os amantes volúveis, ou pós de iman para attrahir os refractarios, ou insensíveis; evocações para chamar *satan*, etc. Danção por dinheiro tocando pandeiro, e castanholas. Attrahem os incautos aos covis, onde são despojados dos relógios, dinheiro, etc., e em que ás vezes perdem tambem a vida.

Tambem são ellas mais inteligentes que os homens; assim como bisbilhoteiras, prescrutando a vida alheia, e indagando dos creados, ou dos servos o que se diz, e se faz entre os visinhos, para d'isto tirar matéria com que intrigar as famílias mais unidas.

Tanto uns como outros em tudo que fazem são estabanados.

Ate na linguagem são bruscos, e rápidos, parecendo que estão saltando de umas palavras para outras. O som da voz é duro, áspero, e rouquenho, por isso nunca vio-se *cantores ciganos*. Primão porem nos exercícios choreographicos, em que mostram uma desenvoltura espantosa.

Avalia-se em 660,000 os que vivem na Europa, e em 120,000 os que habitão a America; porisso não há lugar por mais retirado que seja que não contenha *ciganos* em maior numero em uma das paragens, que em outras.

Na Europa, por exemplo, nos departamentos próximos dos Pyrinéos, e do Mediterraneo existe a maior abundancia d'elles. Da França o seu maior fóco é o Herauld; da Hespanha é a Andaluzia, a Catalunha e o reino de Murcia; de Portugal é a província da Estremadura, e o D'entre-Douro e Minho.

Logo que se descobrio o novo mundo, com os portugueses evio uma grande quantidade de *ciganos* para o Brazil, e este *formigueiro humano* espalhou-se por toda a costa desde Pernambuco ate S. Vicente. N'este tempo servirão para alguma cousa; pois ajudarão áquelles na expulsão dos hollandezes. D'elles que das índias Carijós e Goyanezes descendem muitas familias de S. Paulo.

No Brazil abundão na Côrte, onde são quase os únicos sollicitadores do auditorio, officiaes de justiça, malsins, e espiões de policia. Outros exercem a indústria de bilheteiros. Alguns ainda (occultamente) procurão embassar os tolos vendendo-lhes cobre dourado, e cristal, por ouro fino e pedras preciosas. As mulheres alli são cartomantes.

Não ha muito tempo que a camara municipal mudou o nome a uma rua, que se chamava – dos ciganos. A maior parte morava na rua de S. Diogo, Bem-Jardim, Mangue, etc.

Depois da Côrte onde existe o maior bando é nas províncias da Bahia, Sergipe, S. Paulo, e Minas, onde vivem, como em todas as partes, logrando a uns, e furtando a outros. Não é qualquer homem esperto, que póde gabar-se de não ter sido victima d'elles.

A província do Espirito Santo foi mais feliz, que as suas irmãs: tem poucos *ciganos*, passando desapercibidos, e estes occupão-se utilmente, excepto um ou outro, em que triunfa o instincto da rapacidade. ( O Estandarte, 10 de dezembro de 1871).

Na edição de 17 de Dezembro de 1871, *O Estandarte* publica a última parte do artigo:

[...] Não precisa ser grande observador para, tendo uma vez visto um *cigano*, não reconhecer entre mil pêssoas diversas, um individuo d'esta raça.

E' muito facil distinguil-os.

São trigueirões; mas de um escuro amulatado tirando para a côr azeitonada. Não existe um único alvo apesar do cruzamento com a raça branca. As mãos principalmente são de um escuro muito carregado. Porém pequeninas, gordas, e bem feitas. Outro homem não poderá comodamente empunhar uma espada d'elles por causa da pouca abertura do punho. São mãos próprias para toda a sorte de ligeirezas...

Os cabelos do *bohemio* puro sangue são da côr da aza de corvo, grossos e luzentes; mas os do misturado são um belo castanho escuro, finos, e luzidios, encaracolando nas pontas logo que tenham certo comprimento.

O talhe é mais para o alto, do que para o baixo, e seria elegante se não fosse a natural corcunda.

Desde pequenos são cheios de corpo, e chegando á virilidade ambos os sexos adquirem quasi a obesidade.

Tem o rosto comprido e bem, e bem fornido de carne: a testa é alta e ligeiramente convexa com grandes entradas: os olhos vivos, como de uma animal selvagem, um pouco encapelados.

–Olho de *bohemio*, diz o hespanhol, olho de lobo. – Se nunca vistes lobo, reparai no olho do gato, quando espreita o passarinho sobre que dispõe a lançar-se. Nariz grande, e grosso: mas bem lançado como o grego antigo: a boca largamente fendida, e guarnecida de espessos lábios retrahidos.

A physionomia demonstra mais astucia, do que intelligência; e o todo a força, e a sensualidade.

Tambem a sua virtude prolífica excede toda a crença. Isto explica a maneira prodigiosa porque eles se tem multiplicado em pouco tempo em vários paizes tão distantes uns dos outros. O olhar rápido, fulminante, o nariz, a boca, o pescoço grosso tudo mostra uma reconstituição robusta; mas ao mesmo tempo um ser que limita todos os seus gozos ao instincto animal.

São apaixonados da boa meza, em que antes devorão do que comem.

Por terem quasi aversão não somente á guerra, como também á caça, e a todos os exercícos violentos do corpo, excepto á dança, ás viagens, seus divertimentos consistem essencialmente nos jogos de parada, em que não estão em si enquanto não furtão mesmo clara e escandalosamente.

Depois dos jogos de cartas, ou de dados o que os ocupa mais é a voluptuosidade, que requintão com os mais horríveis deboches,

A cobiça entra no seu character: e o furto é instinctivo. Feitos salteadores são os mais bárbaros, e sanguinários.

O gosto pelo luxo é excessivo em ambos os sexos; mas as mulheres são mais faceiras. Gostão muito de côres vivas e

disparatadas. O melhor enfeite é de profusão de fitas, ou flores amarelas, verdes, e encarnadas: o vestido mais bonito é o das côres das fitas, ou de ramos enormes, que saltem bem á vista. A falta de asseio n'elas é incrível; e o banho para elles é antes um preceito religioso, do que uma necessidade hygienica, com tudo em algumas cidades da Andaluzia certas moças menos desagradáveis, que as outras, tomão mais cuidado de si.

São muito namoradeiras; mas não há exemplo de uma *cigana* cometer a primeira fraqueza com individuo estranho á sua raça, *payllo*.

Na Allemanha há algumas bohemias bem bonitas; o que é raro em outros paizes, principalmente na Hespanha e em Portugal, segundo informação de Mr. Prosper Merimée, de cujas obras temos a maior parte desta noticias, assim como de Mr. Borrow, missionário inglez, que escreveu memorias interessantes sobre os *bohemios* da Hespanha, os quaes empreendeu converter por conta da sociedade Biblica.

As solteiras ainda poder-se-hia classificar como fèanchonas suportáveis; mas depois de casadas tornão-se repulsivas.

Talvez seja porisso que tanto se exagera a sua fidelidade aos maridos, estando no caso das – *casta quem nemo rogavit* de Ovidio.

Todavia diz-se geralmente que são muito amorosas, e fieis aos maridos, fazendo porém exceção, quando resulta bem ao *Egypto*, e n'este caso o marido dá por bem feito.

Não há perigos, nem misérias, que não afrontem para soccorrel-os em suas necessidades, e emergências arriscadas.

Os conjuges tractão por *Rom*, e *remi* esposos.

Sabem guardar segredo nos negócios, que comprometem o bando.

E' tudo quanto se póde colher dos autores antigos e modernos sobre uns homens, em que o destino fatal esta esteriotypado em sua figura, no seu olhar, e nos seus gestos. A sagacidade, a arteirice, e a devassidão, é como um rotulo, um escripto, que trazem sobre a testa á maneira do titulo de um livro. A sociedade tem para elles um anathema especial; mas os perseguidos vingão-se, tomando por divisa – ser embusteiros, e enganar a todo o mundo – é a fraude tornada enfermidade, circulando em suas artérias em cada um dos globulos sanguíneos ( O Estandarte, 17 de Dezembro de 1871).

A fonte em questão é a mais extensa de todas as estudadas nos impressos capixabas. Vários aspectos devem ser observados: primeiramente, acreditamos que a sua transcrição na íntegra na pesquisa era relevante, pois se trata da primeira na ordem cronológica dentro da baliza proposta. Ela abre as discussões sobre a presença cigana na imprensa capixaba. Trata-se de um ensaio francês traduzido para o jornal e nele encontramos referências sobre o levantamento realizado sobre a história dos ciganos. Além disso, percebemos

as classificações que organizam o cigano no meio social: além das diversas designações obtidas por eles ao longo dos séculos, a figura errante, a sua origem incerta, a vadiagem a que estão submetidos constituem em delimitações muito contundentes que estarão presente nas fontes analisadas.

Já em 1886, na seção Noticiário, surge, dentro dos impressos pesquisados, a primeira matéria que relata sobre a presença de ciganos húngaros que estariam migrando para o sul do país. Trata-se do periódico cachoeirano “O Constitucional”. Em 07 de Fevereiro deste ano, o jornal noticiava a ida de trinta e dois ciganos húngaros para o sul do país.

[...] Lêmos no jornal do Recife:

A bordo do vapor francez Ville de Victoria, que chegou antehontem da Europa e segue hoje para o sul, vai de passagem para o Rio de Janeiro, uma família de ciganos húngaros composta de 32 pessoas entre adultos e crianças. Vestem o pitoresco traje do seu paiz, o que excitado a curiosidade publica, pois é a primeira vez, que foram vistos aqui. São excelentes caldeireiros e trazem consigo, além de todo o matéria necessário ao seu officio, seis grandes carros especialmente construídos para transporte dos mesmos, dos seus utensílios e de suas famílias. Pretende percorrer todo o interior do sul do Brazil. Vinte e quatro anos estiveram na França, que foi por ellas toda percorrida, indo de villa em villa, de cidade em cidade, a consertar tachos, caldeiras e fazendo outros serviços concernentes á sua indústria. Já hontem aqui ganharam dinheiro, pois estiveram a concertar diversos vasos de cobre da pharmacia dos Srs. Roqueyrol Frères, para o que armaram a sua officina na praia do Brum. Falam diversas línguas. ( O Constitucional, 07 de Fevereiro de 1886).

O teor desta matéria é bastante amistoso. Busca descrever as características de um grupo estrangeiro que era considerado pela população dotado de modos exóticos. Contudo, ela não constitui em regra. Ao longo da pesquisa encontramos poucas reportagens com este conteúdo. No mesmo jornal, um mês depois da publicação desta reportagem, noticia-se um assalto liderado por ciganos na cidade de Alfenas em Minas Gerais.

[...] cerca de 600 ciganos tentaram acometer o arraial do Barranco Alto, cujo subdelegado pede auxilio, por estar sua vida em perigo, correndo também perigo a população, por constar a alguns que o fim dos ciganos é vingar a morte do cigano Broca, ali ocorrida em 1882, e a outros, que eles pretende promover uma sublevação de escravos. Diz o

delegado no seu telegrama, que alguns ciganos já espionaram a cidade de Alfenas, e pede com urgência forças para repelir os ciganos (O Constitucional, 07 de Março de 1886).

A tônica deste artigo consistirá na imensa maioria de incidências encontradas sobre os ciganos nos impressos capixabas: a perturbação da ordem pública era a principal preocupação que os ciganos traziam para a sociedade capixaba da época. Nesta reportagem destacamos que a situação era considerada de extrema gravidade já que o levante de escravos seria promovido pelo grupo de ciganos.

A entrada dos grupos de ciganos no estado representava uma grande preocupação das autoridades da época. De acordo com os impressos, as rotas percorridas pelos grupamentos eram provenientes dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e do Nordeste, principalmente Bahia. Neste último caso, várias notícias relatam a entrada de ciganos no Espírito Santo através de embarcações( denominadas de paquetes) que eram prontamente interceptadas pela polícia.

[...]Desembarcaram hontem do paquete “ Ceará”, vindos da Bahia, sessenta e três ciganos, sendo quinze menores. Chegando ao conhecimento da polícia a imigração dessa gente perigosa,o sr. Tenente Hollanda Cavalcante, commissario da polícia do Porto, tomou as necessárias providencias, intimando-os a continuar a viagem, voltando para bordo esses indesejáveis, que ficaram sob a vigilância de um agente policial até a partida do vapor (Diário da Manhã, 15 de Novembro de1919).

No mesmo impresso, encontramos outra matéria que trata da chegada de um grupamento na cidade de Vitória. Novamente, a repressão policial foi evidente.

Ante hontem, chegou a esta capital, vindo de Pernambuco, pelo “Olinda”, um numeroso grupo de ciganos, dos que constantemente assolam o Rio de Janeiro e S. Paulo, principalmente no interior. São malandros que põem em polvorosa todos os lugares por onde andam, devido aos audaciosos roubos a que se entregam, sacrificando a tranquilidade das famílias. A respeito do terror que essa gente infunde no Brasil, parece ser exactamente o paiz mais procurado por elles, pois constantemente, e por toda a parte, aparecem aos bandos, explorando a simplicidade do publico, por meio de diabólicos sortilegios e roubando escandalosamente nos bairros afastados da capital. As

autoridades policiais, cientes do ocorrido, tomaram prontas providências para que fossem eles reembarcados no mesmo vapor, não consentindo que aqui permanecessem. E isso foi feito, apesar dos protestos dos meliantes (Diário da Manhã, 20 de Fevereiro de 1912).

Segundo Rodrigo Corrêa Teixeira (2007, p. 67), a repressão policial contra os ciganos baseavam-se, em parte, em pressupostos higienistas. “As autoridades policiais encaravam os ciganos como” perturbadores da ordem”, pois eram acusados de roubos diversos e de corromperem os costumes, colocando em risco a ordem pública”. Considerados como apolíticos e incivilizados seus valores “ eram tidos como algo tão absurdo que nem sequer eram percebidos como sendo traços de uma outra cultura” ( TEIXEIRA,2007,p. 69).De acordo com os impressos, constatamos que as ações policiais eram formadas por um forte contingente o que reforça o grande incômodo à sociedade da época.

O dr. Chefe de polícia leu hontem telegrama do delegado de polícia de Alegre comunicando o regresso da força que fora ao Veado em perseguição dos ciganos. As forças do Alegre e do Calçado chegaram conjuntamente no Veado, pondo em fuga os criminosos e restabelecendo ali a ordem.As autoridades procederam a todas as diligencias na forma da lei ( O Estado do Espírito Santo, 16 de Março de 1898).

Percebemos que o papel da polícia marítima era fundamental para reprimir e evitar a entrada dos ciganos no estado, como noticia a atuação do ativo comissário da polícia marítima de Vitória, Senhor João Ribeiro Silveiras, que “[...] impediu o desembarque de um grupo de sessenta ciganos, que de bordo do paquete “Brasil” aqui pretendeu desembarcar hontem”(Diário da Manhã,24 de Abril de 1912). O desembarque de ciganos era uma preocupação constante nos jornais. Além das matérias que noticiavam fatos locais, os jornais relatavam desembarques de ciganos em estados vizinhos como é o caso do desembarque que foi impedido pela força policial na cidade de Santos. Situada na seção telegrama e intitulada “A polícia e os ciganos”, uma breve nota relata que “[...] a polícia impediu que desembarcassem neste porto diversos ciganos expulsos pela polícia platina” ( Diário da Manhã, 08/06/1912).

No Jornal Oficial de 17/05/1907 encontramos, na primeira página, duas matérias sobre proibições de desembarque de ciganos. A primeira, uma nota que relata a atuação da polícia do Rio de Janeiro que “proibiu o desembarque de 52 ciganos expulsos de S. Paulo pela policia daquele Estado”. A segunda, noticia o desembarque em Paranaguá

Desembarcaram em Paranaguá, 40 ciganos que viajavam no paquete Saturno, com destino ao Estado de Matto Grosso e que estão cometendo vários roubos naquela cidade da marinha, chegando ao ponto de narcotizarem vários caboclos. A' esse respeito o Sr. Desembargador Chefe de Policia, recebeu do Commissario em exercício, comunicação telegráfica, solicitando providencias. O Sr. Dr. Felinto Teixeira, respondeu que ia tratar de realizar o reembarque dos referidos ciganos (Jornal Oficial, 17/05/1907).

Interessante observar que esta matéria relata que os ciganos narcotizavam suas vítimas para facilitar seus furtos. Na Seção do serviço telegráfico do Diário da Manhã, uma breve notícia relata a ação de um grupo de ciganos que também narcotizava suas vítimas no subúrbio do Rio de Janeiro.

Usaram de narcótico para roubar  
Rio, 11 – (A.H.) – A policia está seriamente empenhada em capturar um bando – de ciganos, que vem agindo nos subúrbios desta capital e ao qual pertencem os ciganos que narcotisaram duas familais no subuerbio de Nova Iguasse, para roubar ( Diário da Manhã, 12/07/1929).

A imprensa capixaba noticiava com muita veemência notícias sobre assassinatos, furtos e roubos supostamente cometidos pelos grupos de ciganos que se fixavam no estado ou em outras regiões do país. O teor destas matérias nos remete ao temor da população quanto à instabilidade que estes grupos causavam por onde passavam, “uma praga” que precisa ser combatida.

Itapemirim, 24 de Setembro de 1882  
Aqui chegou a força que segundo dizem veio reforçar o destacamento que aqui temos a dar caça nos malvados ciganos, que infestam as nossas mattas e que consta já estarem por Campos (O Horizonte, 27/09/1882).

A repressão policial era uma constante nos periódicos analisados. Com o consentimento da população o controle destes grupos constituía em lugar comum. As notícias sobre a ação de ciganos nos estados vizinhos era uma

constante na imprensa capixaba e evidenciavam uma prática comum adotada pelas forças de segurança pública em todas as províncias e, depois, estados brasileiros. Em 1912, “ O Diário da Manhã” publica o ataque de várias fazendas na serra da Mantiqueira e a evidente repressão policial.

Belo Horizonte, 20.

O governo mandou para a serra de Mantiqueira um forte contingente de força policial, que leva o intuito de prender o bando de ciganos que ali assaltou diversas fazendas (Diário da Manhã, 21/11/1912).

Na edição do jornal do dia 23/11 uma nova matéria relata o desfecho da ação do bando:

Um grande grupo de ciganos assaltou, há dias, varias fazendas situadas na serra da Mantiqueira, em Minas, causando alarme por toda parte. O governo mandou em perseguição do grupo um contingente de forças do 2º. Batalhão de policia, que poz em debandada os malfeitores, fazendo muitas prisões e apprehendendo os animaes que os mesmos conduziam Diário da Manhã, 23/11/1912).

Ao analisar relatórios da Chefia da polícia mineira nos oitocentos, a pesquisadora Camila Similhana Oliveira de Sousa relata que a presença cigana em território mineiro consistia em uma problemática

[...] atribuída a supostos abusos e desassossego público mesmo que não houvesse vias confiáveis que comprovassem a relação entre grupos ciganos e criminalidade. Os ciganos eram então identificados com todo o tipo de corrupção, dos homicídios às magias. Tal quadro, desse modo, colaborou para ressaltar os estereótipos vigentes, levando-os a serem vistos como elementos incivilizáveis (SOUSA,2013, p.07).

Em algumas matérias, chamou-nos a atenção sobre o quantitativo de ciganos existente nestes grupamentos. São cifras generosas, principalmente em se tratando de um Brasil rural com menos de 20.000 habitantes e, no caso dos ciganos, uma minoria étnica que representa uma ínfima percentagem da população brasileira. Possivelmente, os jornais no afã de maiores vendas e popularidade, maquiavam estes dados. Seria o caso do “O Jornal Oficial” que,

em 1906, publica duas matérias que relatam a ação de grupos de ciganos constituídos de um quantitativo considerável no estado de São Paulo:

Telegrammas de S. Paulo, informam que mais de 110 ciganos praticam toda sorte de desatinos nas cercanias de Riberãozinho e outras localidades próximas, tendo roubado cerca de duzentos cavalos, causando graves prejuízos aos fazendeiros.

A força que seguiu de Jaboticabal para persegui-los, é considerada insuficiente, sendo que dali sigam reforços (Jornal Oficial, 05/08/1906).

No mesmo ano, o jornal noticia um espantoso grupamento composto de 1500 ciganos:

Diz a Gazeta, de Jahú, no Estado de S. Paulo, que nas imediações de Riberãozinho estão acampados cerca de 1500 ciganos, armados de carabinas. Os furtos praticados pelos ciganos são inúmeros. Dizem que em seu poder existem 200 animais roubados (Jornal Oficial, 19/09/1906).

No Espírito Santo, a cidade de Itapemirim também foi invadida por um grande grupo:

Itapemirim, 31 de Agosto.

Um grande bando de ciganos aproxima-se d'este município. Consta serem os 500 que recentemente causaram tanto alarme no município de Campos. A população está aterrorizada. Peçam providencias às autoridades, no intuito de garantir a ordem publica e a propriedade particular (O Estado do espírito Santo, 02/09/1890).

A cidade de Itapemirim é palco de diversas matérias policiais que envolvem a presença dos ciganos em seus limites e o consequente confronto com a polícia local. Em 1882, "O Horizonte" publica um telegrama oficial que destaca o envio de reforços policiais a fim de combaterem a presença cigana no município.

Itapemirim, 24 de Setembro de 1882

Aqui chegou a força que segundo dizem veio para reforçar o destacamento aqui temos e dar caça nos malvados ciganos, que infestam as nossas mattas e que consta já estarem por Campos ( O Horizonte, 27 de setembro de 1882).

Na edição do dia 11 de Outubro do mesmo ano , o jornal já noticia efetivamente a fuga do grupo para a cidade de Campos:

#### Ciganos

Constava no Cachoeirano que a companhia de ciganos, que estava arranchada no município de Itapemirim, fugiu para Campos com o fim de livrar-se das autoridades, por estar sendo ali processada ( O Horizonte, 11/10/1882).

Localizada na Seção oficial do impresso onde se discutia a questão da “segurança individual e de propriedade”, a notícia revela o esforço da ação policial em combater a malta que se encontrava em Itapemirim.

[...] Em virtude de requisição do Dr, chefe de Polícia da Provincia do Rio de Janeiro em officio de 17 de Agosto utimo sobre a existência de uma malta de ciganos criminosos que apparecera na comarca de Itapemirim, os quais forma autores do assassinato praticado, no dia 10 de Julho na povoação do “ Bom Jesus” de Itabapoana no município da cidade de Campos, na pessoa do Capitão Manoel José de Sant’Anna, o Dr. Chefe de Policia expedio as necessárias ordens as autoridades policiaes d’essa comarca para providenciarem casso ali apparecessem taes criminosos, pondo-os debaixo de vigilância ( O Horizonte, 20/01/1883).

.A questão da ordem pública e a defesa da propriedade privada é uma tônica presente. Outro ponto bastante interessante consiste nas matérias que relatam a cidade de Campos como rota para a entrada de ciganos. Na verdade, as correrias para os estado do ES, no sul, desembocam na cidade de Campos. No mesmo ano, *O Estado do Espírito Santo* publica a presença de ciganos e suas prisões em Campos. Não conseguimos identificar se era o mesmo bando que se instalou em Itapemirim em 1890.

- Por ordem do dr. Anfriso Fialho, chefe de policia do Rio de Janeiro, acham-se detidos na cadêa da cidade de Campos os ciganos e gregos, que por ali andavam amedrontados os fazendeiros. Em S. João do Paraiso, no termo de S. Fidelis também foram presos e recolhidos á prisão, por ordem da mesma autoridade, 8 d’esses indivíduos, de uam outra turma que na mesma fregnezia iludiram incautos e por meio de ameaças obtinham dinheiro de alguns fazendeiros. A diligencia de Campos foi effectuada pelo delegado de policia Miranda Osorio e a de S. João do Paraiso pelo respetivo subdelegado (O Estado do Espírito Santo, 30/04/1890).

Estes grupamentos eram frequentes no sul do estado. As correrias ocorriam a partir do estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em vários jornais, era notória a presença destes grupamentos no sul do estado, causando as temidas reações da população. Em 1898, *O Cachoeirano* noticia os esforços do chefe de polícia Dr. Sérgio Loreto “[...] partiu para o Rio de Janeiro afim de impedir a entrada de ciganos no território do Estado” (16/10/1898). Os furtos de animais eram constantemente atribuídos aos ciganos.

#### Ciganos

Para publicar sob esta epigraphe, escrevemos um nosso amigo: “Informaram no que estiveram no Rio Muqui nos dias 8 e 9 do corrente dois ciganos, e nessa ocasião desapareceram do pasto do Sr. Francisco Lobo dois animaes do Sr. Joaquim Fonseca e um cavalo do Sr. João Machado.

Aos poderes competentes pedimos providencias a fim de evitar furtos e desacatos, pois presume-se que aquelles animaes fossem furtados por aquelles indivíduos”

Se tivéssemos policia... ( *O Cachoeirano*, 17/04/1898).

O cruzamento destes grupos entre os estado era constante, assim como as notícias de suas prisões.

#### Rio de Janeiro

Lemos no Monitor Campista, da cidade de Campos:

“ Uma horda de ciganos acha-se arranchada a 30 kilometros de Bom Jesus de Itabapoana, município de Itaperuna.

O destacamento policial d’alli é apenas de uma praça, que nada pôde fazer.

Os ciganos estiveram no arraial de Bom Jesus e forçaram os negociantes a venderem-lhes gêneros, fazendo o pagamento em notas falsas.

A autoridade d’aquella localidade requisitou dez praças do destacamento d’esta cidade, não sendo atendida a requisição por falta de soldados, pois apenas dispõe o quartel de 24 praças para todos os serviços d’esta cidade, inclusive guarda da cadeia, do próprio quartel, ordenanças das actoridades, cavalaria, cozinha, etc.” ( *O Estado do Espírito Santo*, 07/06/1900).

Assassinatos supostamente cometidos por ciganos também eram frequentemente noticiados e, muitas vezes, dotados de requintes de crueldade onde as vítimas não representavam qualquer ameaça.

Em Porto Alegre, quinze quilômetros distante da estrada de Santa Cruz, foram encontrados em uma cova, medindo um metro de profundidade, sete cadáveres de mulheres e crianças.

Os corpos das mulheres foram mutilados, enquanto que os das crianças apresentam sinais de estrangulação.

Parece que foram enterrados ainda vivos.

Os criminosos pertencem a bandos de ciganos, que já foram presos (Jornal Oficial, 29/11/1905).

A associação dos ciganos a furtos, principalmente de cavalos era comum. No Rio Muqui, em 1898, dois ciganos foram responsabilizados pelo sumiço de animais no pasto. O impresso exige providências das autoridades locais: “Aos poderes competentes pedimos providencias a fim de evitar furtos e desacatos, pois presume-se que aquelles animaes fossem furtados por aquelles indivíduos. Se tivéssemos policia” ( O Cachoeirano, 17 de Abril de 1898).Anda neste mesmo ano, outra matéria noticiava o pânico dos moradores de Muqui “[...] que até há pouco tempo gosava de bom nome, não só pelo desenvolvimento e progresso, como também por se compor sua população de grande número de cidadãos prestigiados pelos seus reaes merecimentos, é hoje considerado o foco de gatunos ( O Cachoeirano, 11 de Dezembro de 1898).A reportagem continua o relato do sumiço de diversos animais do pasto de vários proprietários rurais e associação destes furtos com a presença de ciganos no município, sobretudo pela figura do cigano Angelo Paes, retratado no texto como um exímio gatuno.

Em 1912, em Vitória, os irmãos Battisti escrevem uma nota de desagravo no Diário da Manhã. Preocupados com as recorrentes notícias do jornal que os acusavam de estarem constantemente embriagados e de alterarem a ordem pública, Giuseppe Battisti acusa o impresso de estar lançando uma campanha difamatória contra ele e seu irmão, Guilherme, principalmente em relação à fazenda deste denominada de sinistra pelo Diário. Giuseppe reforça que esta denominação é devido ao fato que esta propriedade ter sido refúgio de ciganos e marginais outrora.

[...] Não é verdade que andamos embriagados e alterando a ordem publica, disto podem dar testemunho toda a população

deste município. A fazenda onde reside meu irmão Guilherme Battisti não é a fazenda sinistra como quer fazer crer o noticiarista oculto de Accioly [...] Ilustre senhor incógnito, será talvez a fazenda por vós denominada sinistra digna deste título por não ser coito de ciganos, gatunos ou malfazejos? ( Diário da Manhã, 07 de Maio de 1912).

### 2.1.1- O Cigano Deolindo

As “Correrias de ciganos” eram muito frequentes neste período, o que justificava as notícias de grupos vindos de outros estados. Alguns possuíam chefes temidos por onde passavam. Parece que este é o caso do bando chefiado por Deolindo Cardoso acusado de assassinar um correligionário do jornal “O Estado do Espírito Santo” no distrito de Veado, na época pertencente à cidade de Alegre.

A horda de ciganos de que é chefe o celebre Deolindo acaba de invadir novamente o sul do estado, corridos do Rio, onde commeteram depredações e pretenderam saquear Porto Novo. Diversos tellegrammas hontem recebidos nesta capital noticiam ter sido invadido o sub-districto de Veado, município do Alegre, e como consequência o bárbaro assassinato do nosso digno correligionário Moreira da Silva, legitima influencia do Veado, achando-se também ameaçados os nossos amigos capitão Herculano e sub-delegado José Alexandre ( O Estado do Espírito Santo, 10 de Março de 1898).

A figura de um líder entre os ciganos é fato conhecido pelos ciganólogos há muito tempo. Na primeira onda migratória, como vista anteriormente, era muito comum os grupos ciganos possuírem líderes que tinham a missão em garantir um pouso e provisões para os demais. Além de apresentarem títulos de nobreza, eles possuíam nomes cristãos e, por isso, eram “ bem recebidos pelas autoridades civis e eclesiásticas, das quais costumavam obter cartas de apresentação e salvos-condutos” (MOONEN, 2008, p. 22). Esta figura encontra-se muito presente nos impressos analisados. Encontramos o também chefe Fraga que espalhou o terror no município de Passos, em Minas Gerais.

[...] chefiado pelo individuo de nome Fraga, cometeu assassinios, sendo três das victimas da sanha de tão feroces bandidos, de menor idade, uma destas até contando poucos mezes de existência.

A policia seguiu em perseguição dos famigerados assassinos que fugiram para o Estado de S. Paulo (Diário da Manhã, 18/11/1916).

No Espírito Santo, porém, a figura do cigano Deolindo é emblemática. A presença do seu grupo e suas andanças foram muito noticiadas pelos jornais capixabas do período. O assassinato de Moreira da Silva foi o estopim para deflagrar uma verdadeira perseguição policial contra Deolindo e seu grupo. Por trás deste homicídio, várias ações políticas e ataques contra grupos opositores locais ocorreram. “O Estado do espírito Santo” encontrava-se, evidentemente, a frente das notícias e não poupou os seus adversários políticos de inclusive estarem dando refúgio aos ciganos, e, conseqüentemente, obstruindo a ação policial.

[...] Os nossos adversários políticos do Veado teem responsabilidade nestes factos, por isso que em vez de auxiliarem as autoridades na perseguição dos abomináveis ciganos, muito ao contrario abrigam-nos em suas fazendas e favorecem-lhes os planos criminosos. Taos são as informações que de boa fonte colhemos. O incansável dr. Sergio Loreto, distincto chefe de policia, tomou imediatamente as providencias que o caso requer e certamente será ali restabelecida a tranquillidade publica e punidos os responsáveis do hediondo crime. Os bons cidadãos não podem ficar a mercê da ciganagem que pretende apropriar-se do districto do Veado em proveito dos bons federaes d’ali ( O Estado do espírito Santo, 10 de março de 1898).

O *Cachoeirano* afirma que a situação no distrito de Veado era gravíssima onde os habitantes “[...] estão reduzidos a não sahir de suas casas porque em cada moita espera-os uma tocaia” (27 de Março de 1898). Desta forma, a repressão policial em Veado foi evidente.

Os ciganos

O dr. chefe de policia recebeu hontem o telegrama do delegado de policia de Alegre comunicando o regresso da força que fora ao Veado em perseguição dos ciganos.

As forças do Alegre e do Calçado chegaram conjuntamente no Veado, pondo em fuga os criminosos e restabelecendo ali a ordem.

As autoridades procederam a todas as deligencias na forma da lei (O Estado do Espírito santo, 16/03/1898).

Contudo, um mês após a publicação da morte de Moreira da Silva, os jornais publicam que o assassinato onde “[...] se procurava imputar aos ciganos, fora

resultado de manejo e planos da politicagem sem escrúpulos” (O Cachoeirano, 01/05/1898). Ou seja, este homicídio foi a mando de políticos locais e não dos ciganos anteriormente acusados.

[...]Ainda hontem o chefe de polícia recebeu um officio do official commandante do destacamento do Alegre communicando que o recente assassinato de Moreira da Silva, que se procurava imputar aos ciganos, fora o resultado de manejo e planos da politicagem sem excrupulos. A população está indignada contra os responsáveis por tao nefandos crimes e é de receiar que a ordem publica ali seja alterada seriamente. Entretanto confiamos nas providencias prontas e energicas tomadas pelo sr. dr. chefe de polícia( O Estado do Espírito Santo,06 de Abril de 1898).

Apesar disso, Deolindo Cardoso teve um destino trágico – foi assassinado em 1900 por um cerco policial o que ocasionou a prisão de diversos membros de seu grupo. “[...]A força, que exterminou a horda de ciganos que infestava este e o estado do Rio de Janeiro, matando em combate, nas matas de Piemonte, neste Estado, o famigerado chefe Deolindo Cardoso, e prendendo diversos ciganos” ( O Estado do Espírito Santo,24 de Março de 1900).Neste mesmo ano, o cigano Belarmino Alves, membro do grupo de Deolindo é acusado de homicídio e sentenciado a trinta anos de prisão.

Sabemos que a Côrte de Justiça do Estado confirmou a centença do Jury desta comarca que condemnou o réo Belarmino Alves da Silva a sofrer a pena de 30 annos de prisão simples.Belarmino Alves fazia parte da malta de ciganos do celebre Deolindo, que foi morto neste estado e perseguido pela força publica, ambos autores da morte de João Gualberto de Albuquerque e seu filho menor, crime que se verificou a 3 annos nas Serras das Antas desta Comarca e que tanto alarmou os habitantes desta cidade.Do processo a que respondeu consta ser Berlamino responsável de varias outras mortes ( O Cachoeirano,24 de Maio de 1900).

O cigano Deolindo era considerado uma figura execrável pela imprensa do período. Diversas matérias, muitas delas contraditórias, noticiam seus crimes e, conseqüentemente, as ações policiais contra seu grupo. Em uma desses textos, noticiou-se a prisão, sob a ordem do Alferes Trindade, de três ciganos e duas mulheres, sendo uma delas sua esposa. Estas capturas ocorreram logo após a morte de Deolindo e a conseqüente dispersão do seu grupo.

[...] Tendo sido atacado pela força às do tenente Almeida, perto do Rodeio, o bando a cuja frente se achava, já ferido, o célebre Deolindo, de execranda memoria, foi este morto, sendo dispersados os companheiros.- Os que aqui chegaram, que são: Belarmino Alves da Silva, sobrinho de Deolindo, um que diz chamar-se Antonio Bragança, um de nome Liberato A. Franc e as mulheres Jardelina, ainda moça, que vivia com Deolindo há 8 mezes, e a de nome Clementina, companheira do que diz chamar-se Bragança, sendo perseguido pelo alferes Trindade, foram alcançados quando pernoitavam em uma casa deste município. Intimidados a se entregarem recusaram a principio mas depois o fizeram pela impossibilidade de lutar, visto lhes faltarem munições. Em interrogatório feito pelo delegado desta cidade, no dia 22, declarou Belarmino, conhecido por Bello, que Deolindo e um irmão foram os autores dos assassinatos de Joao Gualberto e seu filho, na estrada de Muqui, deste município há mais de um anno.(...) Que os assassinos roubaram de Gualberto os animaes, a roupa e as esporas e cento e tantos mil réis. Ora, em vista das suas próprias declarações, conhece-se que Belarmino, foi cúmplice ou um dos auctores desses assassinatos. Espera-se, portanto, que a justiça toma na devida consideração esse facto, para que não fique impune tão nefando crime. E' preciso que os malfeitores tenham certeza da punição dos seus actos, em qualquer tempo, afim de que não continuem sem garantias os cidadãos pacíficos e ordeiros que transitam pelas estradas ( O Cachoeirano, 27 de Novembro de 1898).

Observamos nesta matéria algumas discrepâncias contidas nas informações. Primeiramente consiste na data: a morte do cigano Deolindo, a dissolução do seu grupo e estas prisões ocorreram em 1898 ou em 1900 como mencionado na matéria anterior? Outra questão que nos chamou a atenção. “ O Estado do Espirito Santo” noticiou, em 1898, que a morte de João Gualberto e seu filho foi obra de políticos opositores. Acreditamos que o cigano Belarmino foi torturado durante o interrogatório policial. Assim, confessou a participação de Deolindo nas mortes.

O distrito de Veado, pertencente ao município de Alegre demonstrou ser uma área de constantes conflitos entre ciganos e autoridades policiais. Já em 1895, *O Cachoeirano* relata a invasão de ciganos nesta região e relata as ordens dadas pelo Capitão Herculano Martinho de Carvalho para que o grupo se retire da região. Segundo o correigionário José Vianna, “[...] os ciganos estão resolvidos a entregarem-se à prisão. Eu me responsabilizo a entregar as

armas, evitando assim todo e qualquer ataque” (O Cachoeirano, 17 de fevereiro de 1897).

### **3- “Quem tem nariz chato, serve de barraca para cigano” – As diversas representações dos ciganos nos periódicos capixabas**

Os pesquisadores que estudam as populações ciganas geralmente descrevem a aparência física como um dos elementos primordiais para a construção do estereótipo contra os ciganos. Elemento constante nos relatos de viajantes ao longo dos séculos, o aspecto exótico é evidente, causando estranhamento principalmente no que se refere “[...] a vestimentas, aparência física, os hábitos de higiene dos grupos, aspectos que relatam com acuidade em seus diários” (CASTRO, 2011, p.79). A forma física dos ciganos nestes relatos é também descrita de modo positivo e elogioso. Sua tez, olhos e cabelos são características sempre destacadas pelos viajantes, como também na literatura.

Em toda a bibliografia estudada, percebemos um forte etnocentrismo em todos os relatos, não havendo, portanto, um espaço pra “o outro”, no caso o cigano, ser descrito de modo fidedigno, real. A ausência de relatos e registros dos próprios ciganos também foi percebida. Nos periódicos capixabas, as representações analisadas também seguem este modus operandi, como veremos a seguir.

#### **3.1 – Imigração, vadiagem e mendicância**

Os esforços policiais para conter o desembarque de ciganos eram frequentes no período referenciado inclusive em outros estados, como por exemplo, na cidade de Santos onde “[...] a polícia impediu que desembarcassem neste ponto diversos ciganos expulsos pela polícia platina” (Diário da Manhã, 08 de Junho de 1912). A questão da imigração era um tema recorrente nos impressos. Havia um grande temor que as políticas imigratórias adotadas pelo governo brasileiro trouxessem cidadãos considerados “indesejáveis”. Em um extenso artigo de opinião publicado pelo Diário da Manhã, a imigração é vista com certa cautela. Compreende que esta serve para suprir os locais onde o elemento genuinamente brasileiro é escasso, mas enxerga esta ação com receio, pois estes imigrantes se constituem em grupos sem qualquer unidade

com a pátria, podendo futuramente corroborar com a independência de regiões do país.

[...] japoneses, italianos, com ou sem trachoma, alemães, húngaros, turcos, russos, ciganos, que venham, se quiserem. Mas que o governo selecione os melhores dentre eles, e os distribua razoavelmente por todas as zonas do país. Localizando-os, como se tem feito, numa só região, - mais dia, menos dia, o que por enquanto não vai além dos lumes oratórios em assembleias estaduais, inflamadas do amor das suas pequeninas pátrias, será visível realidade (Diário da Manhã, 26 de novembro de 1924).

A criminalidade e a vadiagem são temas recorrentes quando falamos sobre os ciganos. Os impressos da baliza histórica proposta dedicam a maior parte de suas notícias relatando crimes e prisões os quais os ciganos estariam envolvidos. O assalto a fazendas da região e de outros estados eram frequentes e causavam temor. Em 1890, *O Estado do Espírito Santo* relata a chegada de um grande grupo de ciganos no município de Itapemirim. O teor alarmista do impresso é evidente.

Um grande bando de ciganos aproxima-se d'este município. Consta serem os 500 que recentemente causaram tanto alarme no município de Campos. A população está aterrorizada. Peçam providencias às autoridades, no intuito de garantir a ordem publica e a propriedade particular ( *O Estado do Espírito Santo*, 02 de Setembro de 1890).

Em 1926, *O Diário da Manhã* há um artigo que alerta sobre o controle do fluxo de imigrantes que aportavam no Brasil.

#### Immigrantes

E' raro o vapor , partido dos portos da Europa, que não traga centenas de imigrantes, em sua mór parte, dos paizes até 1918 sujeitos ao império de Nicolau II. São ukrrianos, filandezes, livonios, polonos, gentes altas, de estranhas falas, olhos azues, com uma ponta de mysterio no olhar. Vêm com eles romenos, parecidos com ciganos, judeus da Bessarabia, de vendedores a prestações. Quasi todos pertencem á agriculturae sahem da pátria, tangidos pela vaga de loucura e miséria que, desde 1914, passeia a Europa estanguida.

Os do sul, onde levas idênticas se acolheram, há anos, aguardam essa gente. Os governos os semearão em lotes de terras, dar-lhes-ão ferramentas, e eles trabalharão pela riqueza nacional.

Seria despidendo fazer aqui a apologia da imigração num paiz despovoado, como o Brasil. No entanto, vale a pena insistir na obrigação nossa de captarmos definitivamente a leva migratória. Fixa-los ao sólo, é bom, e não o suficiente. Cumpre abrazeirar-los, e sobretudo fazel-os perder o ouvido a algumas cantilenas de sereias entusiasmadas que sonham, para as respectivas pátrias, o domínio imperial. Para que o imigrante tenha realmente um valor efetivo, é necessário que adquira, com o sólo, os sentimentos de brasileiro. Fale a nossa língua. Ame os nossos costumes. Eduque brasileiroamente os filhos. Que a patria do além-Atlantico lhes venha á lembrança como uma saudade enão como um desejo, e um termo de comparação.

Sem esses elementos Moraes de adaptação, o imigrante é um caso de super felação, que convem eliminar ( Diário da Manhã, 12 de Março de 1926).

Intitulada “Aos Domingos” a coluna de Hermano Brunner no “ Diário da Manhã”, relata o fluxo migratório de ciganos vindos da Romênia.

[...] Que o diga a velha Rumania, que nos vive a presentear, assim como a Sérvia, sua vizinha, com ininterruptas remessas de ciganas e ciganos indesejáveis, exploradores incorrigíveis da parvoiee dos nossos compatriotas de mentalidade fosca (Diário da Manhã, 24 de Abril de 1932).

A mendicância também era uma questão amplamente debatida pelos impressos deste período. A associação entre pobreza e os ciganos era muito frequente. Várias matérias estabeleciam analogia a outros grupos sociais que encontravam-se em situação socioeconômica desfavorável com os ciganos. Ser comparado a estes sugere um nível extremo de degradação social. É o caso do relato do arcebispo português de Villa Real que ao conhecer a situação dos portugueses no Brasil declara que seus conterrâneos “[...] curtem a maior miséria, vivendo como ciganos” (Diário da Manhã, 13 de Maio de 1927). Na China, o cronista descreve o caos do mercado de Pequim comparando com turbas de ciganos nômades (O Estado do espírito Santo, 03 de Julho de 1900). Em outro texto publicado pelo mesmo periódico, relata-se os problemas que o governo soviético estava enfrentando com o recenseamento de sua população, devido às populações nômades, entre os quais os ciganos, que por causa desta prática dispunham de um modo de vida primitivo e miserável (Diário da Manhã, 07 de Junho de 1927). A vida miserável dos ciganos na Rússia chamava a atenção dos jornais da época. Em outro

texto intitulado “A vida de miséria que se vive na Rússia”, o escritor francês Henri Beraud, após longa estada na Rússia, descreve a miserabilidade dos ciganos descritos como “[...] pessoas de testas tatuadas, de mãos recurvadas” (Diário da Manhã, 14 de Dezembro de 1937). Em uma outra matéria, este periódico relata a vida miserável dos camponeses mexicanos. Comparados a uma manada de escravos assalariados a serviços dos land lords, eles vagam como nômades e “[...] cada aldeia parece um acampamento de ciganos” (Diário da Manhã, 27 de Julho de 1911).

No Brasil, a situação não era diferente. Associados frequentemente com a vadiagem, os ciganos eram constantemente repreendidos pelas forças policiais. “[...] A policia continua prendendo os ciganos que encontra perambulando pelas ruas da capital. Hoje foi presa Catharina Smith, que pagou imediatamente a fiança de um conto de réis (Diário da Manhã, 22 de março de 1930). Em 1899, as consequências da abolição são relatadas pelo “O Estado do Espírito Santo” que descreve a situação de vários negros em qualquer condição de sobrevivência considerados perdidos e mal trapilhos como hordas de ciganos. Trata-se de uma matéria muito significativa, pois a data de sua publicação deu-se na comemoração dos dez anos da promulgação da lei áurea, como também sugere que o fato de se assemelharem a uma horda de ciganos constitui em uma condição extremamente crítica, mesmo para eles que eram negros. Com a demolição “[...] dos postes e pilares dos alçózes da escravidão”, os escravos encontravam-se

[...] Sem dinheiros e pouca roupa, alguns com só andaina, e muitos em franca e ostentosa pirangagem, sem pouso e sem receio das algemas pareciam as primitivas romarias de foliões e tafues ou uma horda de ciganos (O Estado do espírito Santo, 13/05/1899).

Este tipo de discurso, muito frequente neste período, associava incapacidade e pobreza

[...] e esta à delinquência a ao crime, que, por sua vez era supostamente de caráter hereditário, servirá de pano de fundo para selecionar os indivíduos e grupos bem vindos na convivência urbana e, principalmente, delimitar aqueles que deveriam ser alvos da repressão sanitária e policial, entre os

quais os ciganos, sempre vistos como incorrigíveis delinquentes, avessos ao trabalho e amantes do crime, portanto sinônimo de perigo para a sociedade (BORGES, 2007, p. 58).

### 3.1.2 Canibalismo e rapto de crianças

[...] Nossas crianças (ciganas) são flores, donas do horizonte.  
 Nossas mulheres (ciganas), rainhas. Do amor doce fonte.  
 Os velhos (ciganos), nossa segurança. Minas de imenso  
 saber.  
 Os homens (ciganos), muralhas serenas a nos proteger.  
 Sungrê de Arael Magnovitch

Os impressos capixabas também traziam artigos sobre os ciganos que reforçavam mitos e estereótipos contra eles. Curiosamente, tais matérias ocorriam em países distantes. É o caso do artigo que relata a prisão de ciganos devoradores de crianças na Áustria. “[...] Dizem da Áustria que foi presa em Jasherny uma quadrilha de ciganos, que roubavam crianças devorando-as. O chefe dos ciganos confessou ter ele sozinho comido 18 meninos. A população tentou linchar os ciganos antropófagos” (Jornal Oficial, 01 de Agosto de 1905). Era frequente associar o cigano com práticas consideradas selvagens e abomináveis ao homem moderno.

[...] A grande caravana de ciganos que há dez ou doze dias se arranchou na povoação desta freguesia pôz a população em sobressalto no dia 10 ao meio dia mais ou menos. Deu-se um conflito entre eles e além da grossa fuzilaria que houve, aqueles bandidos empregaram espadas, facas, e outras armas, parecendo quererem exterminar todos da sua própria raça que ali se achavam. Foi uma scena de verdadeiro canibalismo! Uma infeliz criança foi a primeira victima deste triste e hediondo espetáculo! Depois foram mortos quatro ciganos e um preto que entretanto conseguiu salvar o seu senhor, ficando dois ciganos gravemente feridos e outros levemente ( O Cachoeirano, 31 de Julho de 1887).

A prática de canibalismo era frequentemente associada a povos considerados pagãos e hereges, adjetivos frequentemente associados aos ciganos, como também idólatras e ateus. Por não apresentarem uma doutrina religiosa definida, os ciganos eram duramente condenados e perseguidos por isto. Uma outra questão relacionada deve-se à dieta dos ciganos em que a carne

constitui um alimento muito comum; o seu consumo amplamente difundido entre os grupos, deve-se a séculos de nomadismo em que o cultivo da terra era-lhes negado. Acreditamos que esta prática tenha contribuído para a representação construída do cigano antropófago.

Outro ponto muito pertinente deve-se à associação dos ciganos, principalmente às mulheres, a práticas de bruxaria. Ao longo de sua trajetória, vários relatos e histórias realizam esta associação. Dotados de poderes sobrenaturais, capazes de realizarem rituais secretos, os ciganos carregam esta pecha. O olhar do cigano, alvo de muitas histórias e mistérios, seria capaz de lançar pragas e todo tipo de maldição. No século XIX, em virtude do movimento romântico, esta característica tornou-se muito relevante onde o olhar cigano “[...] se caracterizaria não só pelo exotismo dos olhos com grandes pupilas, mas também por uma certa magia na forma de fixa-los” (TEIXEIRA, 2007, p.108).

O rapto de crianças também era noticiado pelos jornais, como relatado na cidade de Santiago no Chile: “ Um grupo de ciganos, roubou, nos arredores desta cidade, diversas crianças” ( O Diário da Manhã, 18 de Dezembro de 1912). Os filhos de capitalistas também eram alvo. A matéria, intitulada de “Ladrões exquisitos”, expõe um terrível comércio administrado por indivíduos deformadores da fisionomia humana, responsáveis pelo surgimento de anões defeituosos para o simples divertimento de reis. Através de incursões noturnas em lares desprotegidos, os ciganos faziam novas vítimas.

[...]O bando de ciganos, com feiticeiras e cartomantes, que andavam como nômades, como beduínos do mal, pelas terras brasileiras, raptando os filhos dos capitalistas, para um quantioso e farto resgate, surgem de nossa mente alvoroçada, numa cavalgata sinistra de fantasmas, contra os berços rendados dos inocentes pimpolhos, quietos, no socego angelical do seu ninho de leves e brancas cortinas ( Diário da Manhã, 27 de Janeiro de 1922).

Em uma outra matéria intitulada “ O sequestro de pessoas nos estados Unidos” relata que a prática de sequestro em território americano tornou-se um crime banal e que a origem deste crime constitui em “ [...] um hábito dos ciganos ,

que foram os seus criadores” (Diário da Manhã 24 de maio de 1932). Outra reportagem relata o rapto de uma jovem na Saxônia.

#### O Rapto dos Ciganos

Uma folha européia conta este caso que é verdadeiro episódio de romance de tramoias:

“ Uma moça de 14 annos que havia sido roubada de casa de seus pais em Triptis, próximo a Gera na Saxonia, há oito annos, por um bando de ciganos, reapareceu ultimamente na aldêa.

A criança fora a principio bem tratada pelos raptos, mas crescendo, teve que sujeitar-se aos mais rudes trabalhos e a más tratos.

Por fim abandonaram-na na aldêa natal onde as autoridades apreenderam e a família reconheceu” ( O Estado do Espírito Santo, 13 de Agosto de 1896).

O rapto de crianças sempre esteve associado aos ciganos. Trata-se de uma acusação séria e sem fundamento e qualquer comprovação na literatura. Ao que tudo indica, Miguel de Cervantes em sua obra *La Gitanilla* tenha sido responsável pela criação deste mito. Outros autores como Molière, Goethe, Victor Hugo também teriam contribuído para a construção e fortalecimento desta representação.

As crianças são adoradas pela cultura cigana, possuindo uma posição de destaque na estrutura familiar. Abrigar crianças gadjés órfãs ou rejeitadas por suas famílias de origem não se constituía em uma situação incomum. Há registros, a partir do século XV,

“[...] de mães gadjés solteiras, ou casadas adúlteras, entregando seus filhos indesejados às ciganas. Enquanto isto, os documentos históricos provam, sem qualquer sombra de dúvida, que em muitos países, e ainda em pleno século XX, milhares de crianças ciganas foram violentamente arrancadas do lar paterno para serem entregues a pais adotivos não-ciganos (MOONEN, 2008, p. 93).

### 3.2 – Ciganos: Política e comunismo

Nós, os ciganos, temos um desprezo  
olímpico pelo poder.  
Cigano Osvaldo Macedo

Em nossa pesquisa, encontramos uma representação bastante curiosa nos impressos capixabas: a analogia dos ciganos com a política e com o ideário

comunista. Trata-se de uma representação bastante singular, pois não encontramos em nosso levantamento bibliográfico qualquer referência sobre estes dois temas.

Em 1888, “A Folha da Vitória” estabelece uma analogia entre o comportamento de políticos aventureiros como ciganos. O artigo descreve que

[...] As ascensões políticas despertam sempre um grupo de aventureiros que a modo de ciganos percorrem as províncias, enchendo os celeiros com preterição de direitos alheios, e á essa expedição concorrem velhos e moços n’um trotar systemático, que denuncia o calculado fim de suas aspirações ( A Folha da Vitória, 05 de Abril de 1888).

No dia 08 de Abril, o impresso publica a continuação do artigo que denuncia a prostituição de políticos onde há “ retrahimento do pessoal honesto, deixando a sua confraria formada dos ciganos, que de barracas ás costas vivem dela, e por ella morrem depois de haverem abatido a nobreza do próprio ser” ( A Folha da Vitória, 08 de Abril de 1888). Já em 1889, este impresso compara estes políticos como cobras a sempre darem o bote “[...] esses negociantes políticos que andam a qualquer hora nos acampamentos dos dous partidos, arranjando a vida como ciganos” (A Folha da Vitória, 27 de Outubro de 1889). “Os ciganos surram os filhos que se deixam apanhar em furto” (O Cachoeirano, 14 de Abril de 1889). Em 1892, “ O Cachoeirano” relata a corrupção no sistema judiciário

[...] Quando estamos em tempo normal, isto é, depois da eleição: é daqueles que entregarem suas causas a advogados ou ciganos do for que pertencerem a mesma laia política( O Cachoeirano, 22 de Maio de 1892).

Nos impressos analisados encontramos a associação da imagem do cigano com uma postura desprovida de fidelidade partidária dos políticos do período. A ausência em suas bases no estado já eram motivos para estes políticos estarem fazendo “papel de ciganos”. Vejamos esta nota da seção Serviço telegráfico do Diário da Manhã que noticia a fala do senador Irineu Machado:

RIO, 18 – (A.H.) – Na sessão de hoje, do Senado, o sr. Irineu Machado leu um telegrama recebido de Araguay referente ao assassinato do jornalista José Avelino, ocorrido ali.

[...] O orador relatou as sucessivas viagens dos secretários do sr. Antonio Carlos ao interior de Minas, dizendo que os mesmos estão fazendo papel de ciganos ( Diário da Manhã, 19 de Outubro de 1929).

Em 1932, o “Diário da Manhã” publica um artigo intitulado O “ Radical” e o movimento político que demonstra apoio incondicional ao governo de Getúlio

Vargas e a “Revolução de 30” descreve o triunfo desta na política mineira e ameaça os políticos ciganos que deseja sua derrocada.

[...] A Revolução venceu mais uma vez! Adeante! Queremos a ditadura ditatorial, a Revolução revolucionaria, para cujo prestígio e engrandecimento, convençam-se os traidores!, não trepidará em rasar com a lamina das espadas o acampamento dos ciganos políticos que tentam sua corrupção ( Diário da Manhã, 01 de Julho de 1932).

Em um telegrama recebido pelo interventor Punaro Bley que relata a situação política no Fundão em 1933, onde o apoio à revolução é ostensivo e a ação de políticos profissionais será reprimida:

FUNDÃO,<sup>13</sup> –Resultado caso o Espirito Santo jamais contribuirá arrefecer civismo povo este município onde ciganos politica profissional não tem guarida. Asseguro vossencia mesmo apoio defesa princípios instituídos revolução trinta. Atenciosas saudações. – Everaldo Silva, Prefeito( Diário da Manhã, 24 de Setembro de 1933).

A representação do cigano vigarista e trambiqueiro constitui em uma das mais difundidas contra esta minoria. Segundo o senso comum, ao realizar um negócio com um cigano, é inevitável ser enganado. Da mesma forma seriam as ciganas, que utilizariam da leitura da mão para aliciarem suas vítimas.

Os homens ciganos costumam ser acusados de serem vigaristas, desonestos, enganadores e seja lá o que for mais, em suas transações comerciais com os gadjé. Mal afamado é especialmente seu comércio com cavalos, jumentos e burros. Cavalos decrepitos são milagrosamente recauchutados; pangaré desbotado aparece repintado; uma égua anêmica se torna fogosa; um manga-larga bem brasileiro, com alguns retoques, é travestido num verdadeiro campeão árabe. O único conselho que neste caso se pode dar é que, se a pessoa não entender nada de equinos, melhor é não fazer negócio com um ciganos, porque até muitos peritos perceberam, embora, tarde demais, que os ciganos eram muito peritos ainda (MOONEN, 2008, p. 94).

A referência aos ciganos e a ideologia comunista também foi encontrada no estudo das fontes.

[...] opondo-se a esses regimen chamado comunismo no qual os bens pertencem á comunhão social e lembra os tempos em muitos povos nômades viviam organizados em hordas, tribos ou gregários e outros tantos povos vivem ainda formando caravanas, locomovendo-se com o nome de ciganos, ocupando os oásis dispersos no deserto do Sahara (Diário da Manhã, 26 de Abril de 1908).

Como dito anteriormente, trata-se de uma representação bastante peculiar e que não foi encontrada na bibliografia analisada. Dentro da perspectiva burguesa que almejava uma sociedade industrializada e urbana, a ameaça comunista transformou-se em um verdadeiro inimigo a ser combatido a partir do início do século XX. Com a Revolução Russa em 1917, o temor tornou-se ainda maior e todos aqueles que destoassem do projeto capitalista, eram considerados inimigos. O comunismo era um mal que deveria ser combatido a qualquer custo.

### 3.3 – O Bohemio

Na presente dissertação, encontramos anúncios, críticas de filmes e peças de teatro e contos cujo tema era representado pelos ciganos. A maior incidência destas matérias foi encontrada no *Diário da Manhã*.

O termo bohemio era comumente usado pelos escritores ao se referirem sobre os ciganos no período referenciado da nossa pesquisa. Tratava-se de uma denominação que correspondia à representação do cigano errante, livre e sedutor. Segundo Borges (2007, p. 53),

[...] os bohemios são reconhecidos por Saint Victor como amantes da música, e esta, para ele, caracterizava-se por uma “fantasia sonora, sem regras, sem disciplina, mas cheia de arabescos de uma riqueza feérica” servindo de instrumento para que as mulheres ciganas pudessem atrair, seduzir e roubar os homens “estrangeiros”. Vista através da lente interpretativa dos valores ocidentais do escritor como uma “mentira viva”, e comparada a sereias e serpentes, com nome de flores e estrelas, objetos de desejo e temor, a imagem da cigana percebida e reproduzida por esse influente poeta, através da disseminação de sua obra.

### 3.4 – Os Ciganos Carnavalescos

O meu futuro está lá atrás.  
Cigano Gogo Cristo

O bloco de salão “Os Ciganos Carnavalescos” foi fundado na cidade de Vitória em 25 de Janeiro de 1919. Formado por rapazes e senhoritas pertencentes à sociedade capixaba, este grupo era extremamente atuante e suas atividades eram amplamente divulgadas pelo “Diário da Manhã”. A fundação do grupo foi anunciada com muito entusiasmo:

Cordão “Ciganos Carnavalescos”

Será fundado nesta cidade por iniciativa de um punhado de rapazes e senhoritas apreciadores das folias momescas, um cordão que se propõe a festejar externamente, com bailados artísticos e cantando versos chistosos, o carnaval deste anno, tao cheio de promessas.

Tomaram a designação de “Ciganos Carnavalescos” os decididos foliões do novo cordão a organizar-se.

Domingo, na Villa Rubim, será feita a primeira reunião dos membros desse grupo, e nessa reunião, serão admitidos os que quiserem fazer parte dos “Ciganos”, sendo considerados sócio fundadores.

O “Diario da Manhã”, noticiando a criação dos “ Ciganos Carnavalescos”, deseja-lhes os maiores triumphos no próximo tríduo de Março ( Diário da Manhã, 25 de Janeiro de 1919).

Durante a análise das fontes documentais, verificamos a atuação profícua deste grupo, principalmente entre os anos de 1919 a 1930. Dentre as matérias encontradas no impresso analisado, encontramos notícias sobre reuniões dos sócios, eleições e posses de diretoria do clube, alterações do endereço da sede do grupo na cidade de Vitória, notas sobre a cobrança de mensalidade dos associados, como também os eventos sociais promovidos. Esta sociedade carnavalesca realizava diversos eventos sociais, tais como bailes, sempre dedicados aos sócios do grupo ou a personalidades da sociedade, sarais dançantes que ocorriam ao longo do ano, como nas festividades do Natal e Ano Novo, piqueniques e realização de festivais culturais.

Contudo, as notícias que tratavam sobre os preparativos do grupo em relação ao carnaval capixaba constituem, obviamente, o foco destas matérias. “Reinando entre ciganos e ciganinhas”, a realização dos bailes pré-carnavalescos onde a fantasia era sempre um quesito obrigatório, muitos destes com programação para três dias, os ensaios para o carnaval e as notícias sobre a saída do cordão do grupo e a repercussão da sua passeata “clari-multicolor” nas ruas de Vitória eram sempre destacadas pelo jornal, rendiam sempre comentários elogiosos e muito animados pelo jornal.

#### Diversões

##### Os Ciganos Carnavalescos

Na sede provisória do distinto clube “Os Ciganos Carnavalescos”, haverá hoje á noite, após os ensaios do cordão, animadas dansas.

Os associados da novel agremiação nutrem as melhores esperanças sobre o sarau dansante de hoje, cujos bailados serão feitos ao som de harmoniosa orchestra (Diário da Manhã, 08/02/1919).

Muitas matérias rendiam comentários elogiosos e muito animados sobre o grupo que nasceu “talhado para as grandezas”.

[...] o “Ciganos Carnavalescos, não há duvida, vae colher as palmas da victoria, nas polejas do momo.

O novel cordão, que já conta com um crescido numero de meninas, apresentar-se-á em publico com vasto e variado repertorio de cantigos, especialmente para ele compostas, a par de tangos também feito especialmente para ele.

No salão de ensaios, todas as noites, os componentes do cordão comparecem bem dispostos, entoando as deliciosas cantigas com que conquistarão a corôa do triumpho, em meio ás rosas do aplauso, que lhe hão de ser aspergidas por de cima (Diário da Manhã, 09/02/1919).

È importante destacarmos que “Os Ciganos Carnavalescos” figurou em um tempo em que a alta sociedade capixaba participava ativamente dos festejos carnavalescos na cidade. Constitui no período das grandes sociedades, dos blocos de salão que no início do século XX traziam uma áurea de glamour para o carnaval de rua. Nestes grupos, admitiam-se somente membros da alta

sociedade, o que possibilitava um grande destaque nos jornais deste período, como é o caso dos “Ciganos Carnavalescos”.

O que nos chama a atenção neste grupo carnavalesco constitui no caráter peculiar que a imagem do cigano foi representada em associação com as festas públicas carnavalescas do início do século XX na cidade de Vitória. É no riso popular que a figura do cigano se molda neste grupo, tornando-se um representante da cultura cômica popular capixaba.

Os festejos do Carnaval, detentores de um aspecto cômico e popular, sempre ocuparam um lugar de destaque na sociedade ocidental. Trata-se de um espetáculo que oferece “uma visão do mundo, do homem e das relações humanas totalmente diferente, deliberadamente não oficial, exterior à Igreja e ao Estado” (BAKHTIN, 2008, p. 4-5). Durante o carnaval, constrói-se um segundo mundo e uma segunda vida em que há uma espécie de “liberação temporária da verdade dominante e do regime vigente”. Um momento em que há a “abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus” (BAKHTIN, 2008, p. 08).

Dessa forma, não havia qualquer mal em se trajar como um/uma cigano/cigana e ser designado como tal, desde que todos estes atributos fizessem parte do realismo grotesco, do riso festivo que só o carnaval é capaz de proporcionar. Nele, não há desigualdade, todos os indivíduos possuem um contato livre mesmo quando se encontram separados na vida ordinária. A inversão hierárquica, elemento primordial nos ritos carnavalescos consiste no passaporte para a suspensão de normas, valores, preconceitos e tabus.

Duas matérias nos chamam a atenção quanto a sua singularidade na representação exposta. A primeira relata uma festividade religiosa para a arrecadação de fundos para a construção da Catedral Metropolitana de Vitória. Trata-se de uma festa de caráter oficial em que a imagem do cigano encontra-se representada.

[...] todo o serviço externo do recinto das tendas tal como venda de cigarros, balas, senhas, estafetas e demais outros necessários feito por uma grande comissão de senhoritas que lindamente caracterizadas de ciganas, copeiras da Holanda,

garçonetes, estafetas darão a rota de alegria e elegância (Diário da Manhã, 17/05/1934).

Em outra matéria intitulada “A noite das ciganas” faz-se propaganda de um baile carnavalesco no Clube Vitória onde os frequentadores realizarão “ruidosas homenagens ao Deus da Alegria”. Festa que inauguraria o Carnaval do clube naquele ano esperava-se uma atração especial que abrihantaria o evento: “[...] Entre os números de sucesso, dizem, haverá um casal de ciganos, que vae fazer, com as suas revelações, muita cabeça andar a roda” (Diário da Manhã, 15/01/1931).

Acreditamos que a imagem do cigano era amplamente difundida nas festividades do recorte histórico proposto, principalmente no início do século. Consistiria em uma representação que remete ao alegórico e ao exótico. Na festa da catedral vestir-se como cigana serve de um atrativo, uma maneira de se fantasiar de modo jocoso. Quando ao casal de ciganos, a sua presença, certamente, foi permeada de exotismo e curiosidades.

Dentre os vários elementos que compõem a linguagem carnavalesca, as permutações constantes do alto e do baixo constituem em um motivo de inquietação na pesquisa. Estas permutações constantes, esta “roda” proporciona que o cigano seja o rei neste “mundo às avessas”, que se torne humano como os demais, pois no Carnaval todos são iguais.

## Considerações Finais

Ao longo deste projeto de pesquisa, a compreensão em estar em um terreno inóspito tornou-se uma certeza. Estudar os ciganos no Brasil e, mais especificamente, no Espírito Santo constituiu em uma tarefa espinhosa. A busca de bibliografia nesta área e, sobretudo, a disponibilidade das fontes documentais representou um grande desafio. A falta de pesquisas historiográficas neste tema que utilizem fontes primárias tem sua razão de existir. A falta de acesso a documentos e a disponibilidade dos arquivos públicos estaduais em atender os pesquisadores ainda constituem um grande empecilho na construção de uma história espírito-santense que represente as múltiplas vozes que participam da construção deste estado.

Certamente, esta dissertação representa apenas uma centelha dentre as múltiplas possibilidades de pesquisa nesta área. Poucas certezas e muitos questionamentos rondam os ciganos. Em termos quantitativos, as fontes documentais pesquisadas apresentaram-se de modo satisfatório dada a especificidade do tema.

A ampla baliza fez-se necessária a fim de analisarmos as representações dos ciganos nas décadas finais do século XIX e o início do século XX pela ótica dos impressos capixabas. As representações encontradas forma consoantes com a bibliografia utilizada. As imagens do cigano ladrão, trambiqueiro e sequestrador e da cigana lasciva e feiticeira compreendem algumas apropriações que o capixaba adquiriram com base na imprensa deste período.

O corpus documental utilizado, contudo, não foi capaz de responder questões de extrema relevância: como viviam estes ciganos? quais eram as suas opiniões, sentimentos, concepções a respeito do mundo e da sociedade que os cercavam? Estas indagações não foram exploradas pela imprensa capixaba.

A imprensa deste período caracterizou-se como detentora dos fatos e da verdade, típicos atributos de uma perspectiva historicista/positivista. Apontada muitas vezes como um “[...] veículo de ideias ou reflexo de condicionantes

sociais e econômicos predeterminados” (MOREL apud BARBOSA, 2010, p. 06), a imprensa foi acusada de “falsificadora do real”. Esta afirmativa caberia aos ciganos no Espírito Santo? Se considerarmos que a visão sobre o “ser cigano” foi omitida destes impressos, certamente que sim. Além disso, esta omissão contribuiu para a estigmatização destes grupos no estado.

No caso dos ciganos, o estigma os toca pelos simples fato de serem ciganos. São transmitidos “[...] através da linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família” (GOFFMAN, 2008, p. 14). Em diversas situações, o sujeito estigmatizado utiliza esta situação para “ganhos secundários” a fim de obter ganhos com a própria sociedade que o rejeita. Talvez esta característica esteja presente na mendicância, no caráter pedinchão que os ciganos foram rotulados ao longo dos tempos. Oscilando entre o retraimento e a agressividade, o estigmatizado imprime uma interação social conflituosa e angustiante. No caso do cigano “[...] a incorporação do espaço social ao seu delito de vida pode significar um ato de conquista, a investidura do *romanes* sobre um espaço hostil e contaminado pela indiferença e opressão *gadje*” (REZENDE, 2000, p. 173).

Nos impressos capixabas, o processo civilizatório presente nas últimas décadas do século XIX e décadas iniciais do XX fundamentava-se na medicina social que “[...] previa a fixação destes “indesejáveis” para fora do perímetro urbano. Naquele momento foi travada uma disputa pela ocupação do espaço social entre ciganos e *gadje*” (REZENDE, 2000, p.173). A constante mobilidade destes grupos em terras capixabas trazia as incertezas a uma sociedade que almejava a modernização e a ordem.

“A sociedade industrial implica ordem e racionalidade, ou pelo menos uma nova ordem e racionalidade. Sua instauração supõe não só transformações econômicas e tecnológicas, mas também a criação de novas regras do jogo, novas disciplinas”. (REZENDE, 2000,p.53).

Todas estas implicações obliteram a identidade cigana. Diante de tantas representações encontradas nos impressos analisados, qual/quais estaria revelando verdadeiramente o ser cigano? A questão identitária nos parece um

grande desafio neste tema quando se utiliza fontes documentais. À medida que a identidade desta minoria é negligenciada e suas vozes silenciadas, o conceito de “cidadão” tarda a se aproximar nestes grupos.

No século XVII, quando o conceito de cidadania emergiu na Europa Ocidental,

[...] a questão das identidades coletivas heterogêneas ficou inicialmente fora do olhar dos pensadores e políticos. Por um lado, essa idealização do conceito de cidadão evoluiu em sociedades que eram (excepcionalmente, do ponto de vista comparativo) relativamente homogêneas, tanto racial quanto religiosa e etnicamente; por outro, e mais importante, a heterogeneidade não foi vivida como problema a agendar (DEMANT, 2012, p.343).

Já no século XVIII, com base nos princípios iluministas, reivindicou-se os direitos civis. Contudo, para as minorias estas questões ainda estavam longe de serem resolvidas. Diversas sociedades ocidentais baseadas em valores nacionais não conseguiam dissolver problemas internos relacionados a grupos minoritários

[...] Estados-nação continham dentro de suas fronteiras minorias teimosas de outras nacionalidades; para alguns Estados, a reorganização do mapa político tinha também colocado dentro deles grupos cuja identidade coletiva se centrava na religião – e por vezes a religião tornou-se o berço de uma identificação e de reivindicações de tipo nacional, por exemplo entre gregos, armênios e judeus (DEMANT,2012,p.347).

A partir do século XIX, foi a vez dos direitos políticos. As transformações políticas, industriais e demográficas ocorridas neste período, como também a descolonização da América que originou Estados comprometidos, mesmo que em teoria com os princípios liberais, proporcionou que diversos grupos entrassem em confronto com a modernidade que emergia. Esta turbulência influenciou decisivamente na ampliação do conceito de “cidadão”.

No caso brasileiro, a cidadania ainda constitui em um processo inacabado que emergiu no século XIX, à medida que o país perdia suas feições rurais e adotava a industrialização e a urbanização como lemas.

A definição de cidadania brasileira surgiu com a emancipação política do país em 1822. Vivíamos uma monarquia constitucional de base liberal e possuíamos a maior população negra do continente no que se refere aos negros livres e escravizados. A nova Constituição promulgada garantia a escravidão, o que gerou uma relação conflituosa com o pensamento liberal em nosso país. Se a assertiva liberal de que os homens nasciam livres e iguais não atendiam a todos os brasileiros, como atingir grupos minoritários como os ciganos? Até o presente momento, as políticas públicas referentes aos ciganos são incipientes, o que os mantém em uma condição marginal na sociedade brasileira.

O conceito moderno de raça, construído na primeira metade do século XIX, ainda permanece vivo. Estudar o século XIX e os seus reflexos nas primeiras décadas do século XX deve-se ao fato “[...] pela forma como alguns relevantes desafios contemporâneos encontram ressonância e são dinamizados pelo estudo das experiências e dilemas vividos naquele período” (DUARTE, 2012, p. 566) à medida que as minorias se mobilizam a fim de reivindicarem seus direitos.

Diferentemente dos grupos negros e indígenas que possuem uma história de lutas por seus direitos sociais consolidados, os ciganos ainda enfrentam diversas dificuldades nesta questão. Dentre os diversos motivos podemos citar a heterogeneidade grupal que dificulta uma coesão entre eles. Ao mesmo tempo, cada grupo estabeleceu uma fronteira cultural marginalizada como é o caso dos ciganos calons “[...] reconhecidamente mais pobres e resistentes a sedentarização” (BORGES, 2007, p. 99).

Outra questão relevante encontra-se nas políticas higienistas adotadas na virada do século XX que visavam disciplinar as camadas populares. A crescente diminuição da mobilidade dos grupos através das diversas jurisdições e práticas policiais do período contribuíram significativamente para

“[...] o agravamento de dificuldade de sobrevivência dos grupos ciganos, de acordo com a preservação de suas tradições básicas, como leis internas próprias, o caráter nômade de seus grupos e a prática indispensável do comércio e da quiromancia como atividades principais para a

sustentabilidade econômica como fator de agregação das grandes famílias” (BORGES, 2007, p. 99).

O questionamento permanece: Como inserir os ciganos em nossa sociedade como cidadãos?”[...] Embora negue que a implantação e o respeito aos direitos civis seja desejável em si, eles são nem indispensáveis nem suficientes como condição para a paz entre maioria e minoria” (DEMANT, 2010, p. 373). Estes critérios não impedem situações reais como a assimilação e a ameaça de exclusão destes grupos minoritários.

Os ciganos possuem uma concepção baseada em uma subjetividade desconhecida para a nossa sociedade. Estar à margem, na periferia constitui em uma imposição ou escolha? Sempre seguindo em frente, quem poderá nos responder? Somente os ciganos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIB, Lara. Imprensa Republicana. In: **Quase 200: a imprensa na história capixaba**. Vitória: DIO, 2008.

ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na Era Vargas (1930-1937)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

AUZIAS, Claire. **Os Ciganos ou o destino selvagem dos Roms do Leste**. Antígona, 2001.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis, RJ:Vozes, 2009.

BASTOS, Fabíola. **Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidades: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Julho de 2009.

BAKTHIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução do Centro Bíblico Católico. São Paulo: Ed. Ave Maria, 1982.

BORGES, Isabel C. M. **Cidades de portas fechadas: A intolerância contra os ciganos na organização urbana na Primeira República**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

BURKE, Peter. **O que é história Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

\_\_\_\_\_. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARVALHO, Francismar A.L. **O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier** Diálogos, DHI/PPH/UEM, v.9, n.1.p. 143-165, 2005.

CASTRO, Debora. **O olhar de si e o olhar dos outros: um itinerário através das tradições e da identidade cigana**. Dissertação (Mestrado em História) –

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –PUCRS,2011.

CORTESÃO, Maria. **Pontes para outras viagens-** escola e comunidade cigana: representações recíprocas. Alto Comissariado para imigração e minorias étnicas.Porto,2005.

CHARTIER, Roger. **A construção estética da realidade-** vagabundos e pícaros na idade moderna. Tempo, Rio de Janeiro, no. 17, pp.33-51.

\_\_\_\_\_. **A História Cultural em práticas e representações.** Lisboa, Bertrand, 1990.

\_\_\_\_\_. **O mundo como representação.** Estudos Avançados, 11(5),1991

\_\_\_\_\_. **A História ou a leitura do tempo.** Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHINA, José B. D. **Os Ciganos do Brasil:** subsídios históricos, ethnographicos e linguísticos.São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 1936.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros:** presente, passado e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DEBBANÉ, Augusto;VIEIRA,Darshany;TASSAR,Monique. Espírito Santo de 1808 a 1849: os primeiros jornais. In: In: **Quase 200:** a imprensa na história capixaba. Vitória: DIO, 2008.

DEMANT, Peter. Direitos para os excluídos. In: **História da Cidadania.** São Paulo: Contexto, 2010.

DUARTE, Regina H.O século XIX no Brasil: identidades conflituosas. In: **Repensando o Brasil do oitocentos:** cidadania, política e liberdade.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

DURANTE, Daniela S. **Educação Cigana:** Perspectivas pedagógicas de uma minoria étnica, 2009. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Instituto Superior de educação Carlos Chagas, Juiz de Fora, MG, 2009.

ELIAS, Norbet. **O processo civilizador:** Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v.I.

FONSECA, Isabel. **Enterre-me de pé:** os ciganos e sua jornada. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FRASER, Angus. **História do Povo Cigano.** Lisboa: Editorial Teorema, 1997.

GINSBURG, Carlo. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Sílvia. **Crime na imprensa**: Representações sobre Imigrantes e Ciganos em Portugal. Centro de Investigação da Universidade do Minho.

GONÇALVES, Andréa L. Fazer o quê? IN: **Ciganos em terras brasileiras**. Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 2, no. 14, Novembro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In: Enciclopedia Einadi. Volume 1, Memória – História. Imprensa Oficial: Lisboa, 1997.

LOMBROSO, Cesare. **L'uomo delinquente**. s.e.

MACHADO, Lia Osório. **Origens do pensamento geográfico no Brasil**: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: Conceitos e Temas. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p.309-352.

MARTINUZZO, José A. **Quase 200**: a imprensa na história capixaba. Vitória: DIO, 2008.

MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: **Repensando o Brasil do Oitocentos**. cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MELO, Fábio J. Dantas de. **Os ciganos Calons de Mambaí**: a sobrevivência de uma língua. Brasília: Thesaurus, 2005.

MACEDO, Oswaldo. **Ciganos**: Natureza e Cultura. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MARTINEZ, Nicole. **Os Ciganos**. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

MOONEN, Frans. Anticiganismo: os ciganos na Europa e no Brasil. Juiz de Fora, Centro de Cultura Cigana, 2008. Documento disponível em <http://www.dhnet.org/direitos/sos/ciganos>. Acessado em 10 de Julho de 2009.

MORAES FILHO, Alexandre M. **Os ciganos no Brasil e Cancioneiro dos ciganos**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1981.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOREL, Marco. Os Primeiros Passos da Leitura Impressa. In. MARTINS, Ana Luíza e DE LUCA, Tânia Regina. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 22-43.

NAVARRETE, Eduardo. **Roger Chartier e a Literatura**. Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL), v.2, no. 3, p.23-56. Set/Dez., 2011.

PEREIRA, Cristina da Costa. **Povo cigano**. Rio de Janeiro: Gráfica MEC Editora Ltda, 1986.

\_\_\_\_\_. **Lendas e histórias ciganas**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.

\_\_\_\_\_. **Os ciganos ainda estão na estrada**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

PENA, Martins. **Comédias**. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.]. O Cigano, p.217-231.

PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PIERONI, Geraldo. **Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: os degredados no Brasil- colônia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2006, 144p.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REZENDE, Dimitri. **Transnacionalismo e etnicidade: a construção simbólica do Romanesthàn (Nação Cigana)**. Dissertação de mestrado de Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

ROCHA, Luciane P. **Imprensa e impresso para a civilidade da infância: representações e apropriações (Vitória na segunda metade do século XIX)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2012.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOLFORO, Joria Motta. **O último grão de areia na ampulheta da vida: poder, política e falecimentos nos periódicos “Correio da Victoria” e “Espírito-Santense”**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2011.

SIMÕES, Sílvia R.F. **Ciganos: perspectivas e desafios emergidos na busca por direitos fundamentais**. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e democracia, UFSC, Florianópolis, 2007.

SOUZA e MARCO, Mirian A. e MELLO, Antonio S. Meirinhos aristocráticos. IN: **Ciganos em terras brasileiras**. Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 2, no. 14, Novembro, 2006.

TEIXEIRA, Rodrigo C. **Correria de ciganos pelo território mineiro (1808-1903)**. Belo Horizonte: UFMG. Dissertação de mestrado em História, 1998.

\_\_\_\_\_. **História dos Ciganos no Brasil**. Recife, Núcleo de Estudos Ciganos – Coleção estudos ciganos, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ciganos em Minas Gerais: uma breve história.** Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

TITO, Amanda; SANTANA; João Cláudio; TARCÍSIO, João. A trajetória dos meios de comunicação capixabas. In: **Quase 200: a imprensa na história capixaba.** Vitória: DIO, 2008.

#### Fontes eletrônicas de dados

APEES. Disponível em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em Julho de 2012.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. Disponível em: <http://antt.dglab.gov.pt/>. Acesso em Fevereiro de 2014.

SOUZA, Camila S. **Lei, moral e opressão aos grupos ciganos nos oitocentos.** 2013. Disponível em: [revistas.unibh.br/index.php/dchla/article/download/1058/591](http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/article/download/1058/591). Acesso em 10 jan. 2014.

<http://historia-cities.huji.ac.il>. Acesso em Janeiro de 2012.

<http://www.lusophia.wordpress.com>. Acesso em Dezembro de 2012.

<http://revistapesquisa2.fapesp.br>. Acesso em Janeiro de 2013.

<http://thegypsyhistory.blogspot.com.br>. Acesso em Novembro de 2012.

#### Periódicos

A Folha da Victoria -1887/1889.

Diário da Manhã – 1908/1912; 1916/1936.

Jornal Oficial – 1905/1907.

O Cachoeirano – 1882-1900.

O Constitucional – 07/02/1886; 07/03/1886.

O Estandarte – 03/12/1871; 10/12/1871; 17/12/1871.

O Estado do Espírito Santo -1890/1903; 1909/1910.

## **Apêndice**

